INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA - CENTRO DE ESTUDOS AGRÍCOLAS - VOL. 15 - Nº 6 - 15 DE JUNHO DE 1995 - R$ 5,00

AGROANALYSIS

A REVISTA DE ECONOMIA AGRÍCOLA DA FGV



A TR É O REAL PROBLEMA?

ROBERTO RODRIGUES E MAURO LOPES RESPONDEM

ESPECIAL: PEDRO CAMARGO

A LUTA PELA DEFESA COMERCIAL

PREÇO DA TERRA PÓS REAL

Agribusiness Marketing,
a primeira agência de
publicidade especializada
em agribusiness do Brasil.

AGRIBUSINESS
MARKETING
A agência do agribusiness

Reformas estruturais para a agricultura



Roberto Rodrigues

— Alguns deles (membros da bancada ruralista) chegaram a ameaças, dizendo que, se o governo não resolvesse a questão do endividamento, não votariam projetos de seu interesse, que eram na verdade do interesse de todos os brasileiros. Foi um erro do qual parte da mídia se aproveitou para jogar a opinião pública contra os agricultores.

A opinião acima evidencia duas das principais características de Roberto Rodrigues: a lucidez e a coragem.

O engenheiro agrônomo, proprietário rural, professor universitário e líder rural Roberto Rodrigues dispensa apresentações. Formado pela Esalq em 1965, sempre dedicou boa parte de seu dia à luta política da agricultura.

Roberto teve algumas passagens pelo governo. Assessorou diversos governadores, foi membro do Conselho Nacional de Política Agrícola e foi secretário de Agricultura do estado de São Paulo entre 1993 e 1994. Atualmente, é presidente da Sociedade Rural Brasileira, cargo que já exercera anteriormente. Foi também o primeiro representante do setor rural no Conselho Monetário Nacional (de 1993 a 1994).

Em sua entrevista a Agroanalysis, *ele afirma que o contencioso da agricultura, como costuma se referir à questão da dívida, deve ser sanado pelo governo. Mas não fica por aí. Defende a necessidade de reformas profundas que melhorem a competitividade do setor e reduzam sua dependência em relação ao crédito e aos estímulos oficiais.*

■ *Os instrumentos tradicionais da política agrícola estão exauridos em alguns casos e, em outros, inconsistentes com a abertura econômica. Quais as mudanças que precisam ser feitas?*

— Quase todo o instrumental de política agrícola foi bancado pelo Estado nas últimas décadas, desde o famoso modelo de substituição de importações. Com a falência do Estado — que de tanto intervir criou demandas que não consegue mais atender —, faliram também instrumentos como preço mínimo, crédito, seguro etc. Os investimentos em tecnologia foram reduzidos, praticamente não se fez nada em termos de recursos humanos e a infra-estrutura foi sucateada. Por outro lado, todos os planos destinados a estabilizar a economia nos últimos nove anos (a exceção foi o Plano Bresser) provocaram perdas para o setor rural, seja pelo descasamento entre correções de crédito e preços mínimos, seja pelos desvios no câmbio e na área fiscal. Com isto, o crédito rural virou uma armadilha para seus tomadores, os preços mínimos viraram máximos, o Proagro é segurança de calote oficial e competir se transformou num sufoco: temos que ganhar uma guerra carregando nossos impostos e os subsídios alheios. Por fim, nas negociações voltadas para a integração continental (Mercosul), o governo deu pouca importância à agricultura, que, desorganizada, perdeu ainda mais terreno com tarifas externas comuns (TEC) reduzidas e listas de exceções desfavoráveis.

■ *O quadro é completado com sucessivos descumprimentos de compromissos por parte do governo, que culminaram com o veto do ex-presidente Itamar Franco ao artigo da MP que criava o Plano Real, segundo o qual crédito rural e preço mínimo teriam o mesmo indexador. Tal artigo, fruto de um acordo entre o Executivo e o Legislativo, derivava de uma CPMI sobre o endividamento da agricultura concluída no final de 1993 no Congresso Nacional.*

— O resultado de toda essa falência de instrumentos e de ética foi o empobrecimento brutal da agropecuária brasileira e uma formidável transferência de renda para o setor financeiro.

Duas são as mudanças necessárias: a redefinição do papel do Estado — que não pode deixar de atuar em política agrícola, basicamente por causa da garantia do abastecimento — e a organização dos agricultores, divididos, dispersos e desunidos na vastidão e na diversidade regional, tecnológica,

étnica, cultural e edafoclimática do Brasil.

■ *Como ficaria um novo modelo de desenvolvimento da agricultura no médio prazo?*

— Em primeiro lugar, é preciso resolver o "contencioso". A solução para o endividamento agrícola é fundamental. Esta questão tem sido debatida no Congresso Nacional, com ênfase no descasamento do Plano Collor e na debacle da renda ocasionada pelo Plano Real — âncora cambial e crédito indexado pela TR x preços agrícolas cadentes —, ambos reconhecidos pelo governo. Ainda que se organize uma excelente política agrícola para o futuro, isso não interessará a muitos agricultores, que não agüentarão esperar por ela.

Em segundo lugar, é preciso caracterizar os objetivos de uma política agrícola consistente e que são, sumariamente, dois: garantir a sustentabilidade da atividade e promover a competitividade da agropecuária, tanto interna como externamente.

Isto posto, podemos listar cinco políticas que devem constituir as linhas gerais do modelo:

• Uma política de comércio norteada pela abertura econômica e a liberalização comercial.

Aqui devem ser tomados cuidados especiais na área de comércio exterior, sobretudo no que se refere a tributação compensatória, impostos de exportação, alíquotas de importação, solução de controvérsias, política *antidumping* etc. tudo sob a égide da Organização Mundial de Comércio e dos acordos regionais. No plano interno, devem ser destacados o papel das bolsas, com novos instrumentos comerciais — como CMG, CPR, CLB e outros — bem estimulados e desenvolvidos, além de uma redefinição da política de preços mínimos e de liberação de estoques. Com relação a estes, é preciso haver transparência de informações quanto a sua localização, volume, qualidade e custo, para os agentes do mercado trabalharem em igualdade de condições.

• Uma política tributária que reduza a enorme carga fiscal da agricultura brasileira, mediante a eliminação/diminuição de impostos indiretos. Seria interessante acabar com o ICMS sobre exportação de produtos agrícolas e agroindustriais, eliminar o ICMS sobre insumos agrícolas e cesta básica, acabar com a guerra fiscal interestadual e utilizar o ITR como instrumento capaz de viabilizar o uso eficiente da terra.

• Uma política de crédito que contemple a tempestividade da oferta, o volume disponível e o custo do dinheiro. A questão básica é a segunda, disponibilidade. Para isto as idéias são muitas — fundo fiscal, compulsório do sistema financeiro esterilizado no Bacen, Tesouro etc. — mas a grande e definitiva saída será a criação do Banco Cooperativo, à imagem do que já existe nos países desenvolvidos: (Rabobank nos Países Baixos, Crédit Agricole na França, DgBank na Alemanha, Desjardins no Canadá, e bancos cooperativos poderosos no Japão, EUA e até do Terceiro Mundo (Argentina, Colômbia, Colac no Panamá).

Alguns parlamentares ruralistas equivocaram-se e acabaram colocando interesses legítimos dos agricultores acima dos interesses nacionais. A contrapropaganda e a mídia se aproveitaram disso para jogar a opinião pública contra os agricultores.

• Uma política de desenvolvimento tecnológico enfaticamente voltada para a formação de recursos humanos em todos os níveis. Governo e setor privado, por intermédio do Senar, devem se somar nesta tarefa. Devem ser criados mecanismos privados de apoio à pesquisa e extensão, com legislação que permita aos órgãos de pesquisa a apropriação de benefícios hauridos com as novas tecnologias criadas.

• Uma política de desenvolvimento regional que viabilize a conquista sustentada e em termos ecológicos da fronteira agrícola. O Brasil é o único país do mundo que tem uma fronteira igual ao dobro da atual área cultivada. O modelo do Prodecer (parceria de governo Brasil e Japão com o setor privado cooperativo brasileiro) foi um êxito e pode ser imitado: o país deve buscar recursos externos para criar pólos de desenvolvimento regional, que levariam em conta projetos de reforma agrária. A questão regional deve também considerar programas de reconversão, especialmente nos estados do Sul, devido ao Mercosul, e de integração, no Centro-Oeste e Norte. O Nordeste deve ser contemplado com programas destinados a sustentar o visível crescimento do turismo, como irrigação de produtos vocacionados para a região, estímulos à pesca e programas de subsídios ao consumo de produtos básicos para a população carente.

• Outros dois pontos são igualmente importantes: defesa sanitária e investimentos em infra-estrutura. Ambos são essenciais para garantir a competitividade dos produtores brasileiros.

■ *Você esteve recentemente na Nova Zelândia. Alguns itens da reforma da agricultura de lá seriam aplicáveis ao caso brasileiro?*

— Os países são extremamente diferentes: a Nova Zelândia é pequena, cabe duas vezes no Paraná, é quase homogênea em termos de solos e clima (fértil, chuvosa, temperatura variando pouco), tem um povo também homogêneo e educado, com tecnologia de ponta, tem uma renda *per capita* de Primeiro Mundo. Muito diferente, portanto, do Brasil. Mesmo assim, alguns pontos da sua reforma poderiam ser adaptados às nossas condições.

É o caso da dívida rural enorme surgida com a abrupta eliminação dos subsídios, que chegavam a 30% dos preços agrícolas em 1984. Ela foi compensada por uma desvalorização da moeda de 20%. Os agricultores tecnificados conseguiram sair da dívida com isto, por-

que 80% da produção agrícola neozelandesa são exportados. Os outros tiveram suas dívidas renegociadas, com abatimento e, por último, um truste de terras comprou as grandes fazendas dos maiores devedores, com cláusula de recompra no longo prazo.

Outro ponto importante é o monopólio de exportação de leite, dado a organizações de cooperativas neozelandesas, assim como os *trade boards* de carne, de lã e de frutas (pêra e maçã).

Por último, a privatização de tudo, inclusive da pesquisa, com fundos privados sustentando a experimentação, é um bom modelo, bem como o tratamento dado à questão ambiental, eminentemente local, levando em consideração características específicas de cada município.

Mas o grande modelo, mesmo, é a excelente organização dos agricultores, seja em nível gremial, via Federated Farmers, seja em nível de cooperativas.

■ *Lá como aqui, o governo está reduzindo sua participação no apoio à agricultura. Quais devem ser as bases do novo relacionamento do governo com o setor produtivo agrícola?*

— Quem não entende e não quer entender de alguma coisa, afasta-se dela, rejeita-a. Este é o grande problema do governo em sua relação com os agricultores brasileiros ao longo dos últimos 20 anos. O governo não sabe nada de agricultura e marginaliza até aqueles que, dentro dele, sabem. O governo só pensa em agricultura quando o assunto é abastecimento. Esquece-se da produção e da competitividade. Não tem a menor visão sistêmica do assunto, e acha os agricultores todos uns incompetentes e indolentes. Nega-se a enxergar o óbvio, já decorado pelos países desenvolvidos: sem agricultura forte, não há economia que se sustente. Se esta visão ridícula não for mudada, o Ministério da Agricultura será sempre de segunda ou de terceira linha e não terá nada a fazer em relação à política agrícola. Perde até a razão de ser. Mas se houver uma mudança, ela tem que ser alicerçada em uma parceria adulta com o setor privado, sobretudo em direção à organização deste. Não há democracia estável sem sociedade organizada. Governos sérios investem na organização social. Aqui, o governo vive jogando consumidores contra produtores, pequenos produtores contra grandes produtores, sob a antiga mágica de dividir para governar. Isto é velho. Tão velho quanto dizer que é preciso estimular os pequenos, para que eles cresçam. E depois que ficam grandes, não servem mais.

A função básica de um governo realmente democrático é dar igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Para isto, é preciso pensar, dizer e fazer a mesma coisa e não coisas diferentes. E para concretizar tais ações num país cheio de desigualdades como o Brasil é imperioso fazer parcerias com o setor privado.

O governo não sabe nada de agricultura e marginaliza até aqueles que, dentro dele, sabem. O governo só pensa em agricultura quando o assunto é abastecimento.

■ *Quais as novas fontes de financiamento da agricultura, agora que o governo reduziu drasticamente a oferta de crédito? Qual seria o papel do Banco do Brasil nesse novo sistema?*

— O Banco do Brasil foi um extraordinário impulsionador da agricultura no país. Foi também — e ainda é — uma reserva de recursos humanos de excelente qualidade, ao lado de outras estatais como Vale do Rio Doce e Petrobras. Mas há muito deixou de ser o banco rural que ainda pretende ser por uma razão simples: o custo do seu dinheiro é incompatível com a atividade produtiva. E este custo alto é uma espécie de guarda-chuva do alto custo do crédito rural para todo o sistema financeiro, inclusive o privado. Poderíamos gastar números e números de *Agroanalysis* discutindo os porquês disto. Uns afirmariam que é a política econômica como um todo que exige juros altos. Outros, que é pura ineficiência da máquina estatal. Outros, ainda, que é o custo de manutenção do corporativismo, da Previ, das AABB, da maravilhosa propaganda institucional, do voleibol. Outros, que foi o fim da conta-movimento. Ou, enfim, que é uma soma de tudo isto. O fato é que o BB, infelizmente, não é mais a grande alavanca do campo. Resolver isto é quase impossível porque implica reduzir custos, cortando por dentro da instituição, poderosíssima em si mesma. Como sair do impasse? A criação do Banco Cooperativo é um começo de conversa, até mesmo em parceria com o Banco do Brasil. Mas precisamos de crédito para investimento, de mais dinheiro, e menos caro do que o Finame Rural. A criação de um fundo permanente de crédito para investimento, com um *mix* de recursos oriundos do exterior, do orçamento da União, da poupança rural e do próprio BNDES será uma saída. O restabelecimento de linhas de crédito de curto prazo para desconto de títulos e operações agroindustriais com recursos privados, outra. A implementação de papéis como a CPR, também. Mas a grande função do Banco do Brasil será, no futuro, a busca de recursos externos, seja para investimentos em equipamentos ou em infra-estrutura, seja para desenvolvimento de pólos agroindustriais integrados.

■ *O que você acha da proposta de extinção dos preços mínimos para produtos comercializados no mercado externo? Quais poderiam ser os mecanismos alternativos de estabilização?*

— Qual é o espírito do preço mínimo? É garantir ao produtor um retorno a sua atividade, de forma a mantê-la. Para quê? Para garantir o abastecimento de alimentos à população.

É essencial entender o preço mínimo, portanto, como um instrumento de proteção ao consumidor, muito mais do que ao produtor. Por outro lado, o consumidor brasileiro tem uma renda tão baixa

que acaba determinando preços mínimos abaixo dos custos de produção. Não é possível isto: nenhum país sério pode manter uma política de preços agrícolas baixos para sustentar salários urbanos baixos. A agricultura não suporta tal empate. Então, aquilo de que o país precisa — inserir-se no mercado mundial e, portanto, adotar uma linha de liberalização comercial — pode ser um problema, em alguns casos para o consumidor de baixa renda, e em outros (quando o produto importado for subsidiado), para o produtor mais eficiente.

No entanto, acho necessária a extinção dos preços mínimos para produtos comercializados no mercado externo, desde que seja assegurada ao produtor brasileiro a sua competitividade para tais produtos. E isto implica alinhar o custo do crédito e o peso dos impostos com os dos competidores. Implica mecanismos compensatórios para os subsídios externos. E implica a diminuição dos nossos custos de transporte e portos. Enfim, implica a redução do "custo Brasil".

De qualquer forma, o preço mínimo deve ter seu papel limitado a uma garantia contra variações forçadas, para baixo, dos preços pagos pelo mercado ao produtor; deve priorizar o pequeno produtor, em especial o de produtos da cesta básica, organizado em cooperativas e associações; precisa ter sua credibilidade resgatada, cumprindo a lei.

■ *Desde o início do processo de abertura, fala-se em reestruturar os organismos responsáveis pela investigação de subsídios e em aplicação de medidas de salvaguarda. Por que tão pouco foi feito, até agora?*

— Em primeiro lugar, pela falta de simpatia do governo para com o agricultor. Em segundo lugar, pela falta de experiência do governo com relação a investigação de subsídios e aplicação de medida de salvaguarda na agricultura. Em terceiro lugar, pela dificuldade natural de mensurar os subsídios e a proteção que os países desenvolvidos dão aos agricultores: são subsídios diretos a preços, a exportação, ou indiretos, como a crédito, isenções fiscais ou tarifas elevadas para produtos importados. Existem também subsídios embutidos no acesso à terra em alguns países e em pacotes tecnológicos. E, em último lugar, pela desorganização do setor privado, incapaz, muitas vezes, de provar consistentemente tais mecanismos. De novo, aqui, é fundamental uma parceria harmoniosa entre governo e agricultores, dado o fato de que defender os interesses legítimos dos segundos é um ato de defesa da nação. Durante as discussões da Rodada Uruguai do Gatt, freqüentemente se viam membros de governos de países desenvolvidos assessorados por líderes rurais. Precisamos chegar a este nível de acerto, eliminando a fase de enfrentamento em que alguns setores oficiais ainda estão em relação aos agricultores.

O cidadão precisa saber que sua calça jeans é feita de algodão, que sua gravata de seda é feita a partir da plantação de amora e que esta revista existe porque alguém planta árvores para fazer papel.

■ *A questão da dívida da agricultura vem sendo tratada pela mídia dirigida ao grande público de forma desvirtuada. Os agricultores inadimplentes seriam, em sua maioria, grandes produtores que não pagam as dívidas porque não querem. A bancada ruralista estaria impondo ao governo, e à sociedade, um custo absurdo e improcedente. E o governo, não teria culpa alguma nesse jogo? Quais as soluções viáveis?*

— De novo é a questão da visão simplista e preconceituosa que a sociedade brasileira tem da agricultura. Qualquer cidadão urbano alemão defende o subsídio ao leite em seu país, porque assim estará garantindo abastecimento do leite à sua família e, simultaneamente, mantendo a atividade no campo, impedindo que o produtor venha disputar seu emprego na cidade. Aqui, ao contrário, o produtor de leite é um "explorador" do consumidor. Esta imagem é fruto de uma longa história em que se misturam a violenta e rápida urbanização do país e a contrapropaganda oficial desmoralizante, somada à desorganização de agricultores incapazes de provar sua importância. E, por último, a alguns erros de poucos parlamentares ruralistas que, ciosos de seu compromisso com o campo, às vezes colocam interesses legítimos dos agricultores acima dos interesses nacionais, do que se aproveitou a contrapropaganda.

No ano passado, alguns deles chegaram a ameaças, dizendo que, se o governo não resolvesse a questão do endividamento, não votariam projetos de seu interesse, que eram na verdade do interesse de todos os brasileiros. Foi um erro do qual parte da mídia se aproveitou para jogar a opinião pública contra os agricultores.

A atual discussão do endividamento é uma farsa. O governo diz que só o grande é que deve, e o pequeno já pagou tudo. Em primeiro lugar, a política econômica — e não é a deste governo, mas a dos últimos 20 anos — desgraçadamente marginalizou o pequeno produtor do crédito rural. Ele praticamente só tem acesso ao crédito por intermédio de cooperativas, e aí não aparece nas estatísticas. Em segundo lugar, quando consegue crédito, o mini não tem TR e o pequeno tem só metade da TR, que é o grande problema da dívida. Em terceiro lugar, ninguém — a não ser os picaretas — deixa de pagar dívida porque não quer. Não paga porque não pode e está negociando com os bancos. Qual é o país do mundo em que, com economia estável e preços agrícolas estabilizados, se pode pagar juros reais acima de 50% ao ano? E, em último lugar, se os picaretas não pagam é porque o banco não cobra, até porque não lhe interessa tomar suas terras.

Ninguém quer perdão de dívidas no Brasil. Os agricultores só querem competir salutarmente. Para tanto, a sociedade precisa respaldar uma política agrícola adequada. Mas só fará isto se estiver infor-

mada da real importância da agricultura, o que não é possível com a lamentável propaganda negativa do governo. O cidadão precisa saber que sua calça *jeans* é feita de algodão, que sua gravata de seda é feita a partir da plantação de amora, que seu sapato de couro e sua bolsa só existem porque alguém cria boi, que o perfume de sua esposa vem de flores, e que esta revista existe porque alguém planta árvores para fazer papel.

A agricultura não serve apenas para produzir comida barata. As pessoas nas cidades imaginam que ovo nasça em embalagens de isopor ou que bombom nasça embrulhado em plástico. Ninguém se lembra do milho que faz o ovo e do cacau que faz o chocolate, ou da borracha que faz o pneu.

Penso que a única solução viável para isto é uma maciça propaganda, em que governo e agribusiness se unam para mostrar a visão do conjunto do complexo agroindustrial, do qual a agricultura é o elo central.

■ *Quais os segmentos da agricultura brasileira que precisam do apoio do governo?*

— Os agricultores brasileiros podem ser classificados em três grandes grupos:

• Os de mercado, que são autosustentados, por inúmeras razões: tiveram acesso ao crédito subsidiado, tiveram educação, acessaram cooperativas ou agroindústrias de integração, trabalharam terra boa. Estes independem do governo. Precisam apenas de regras claras e oportunidade de investimento.

• Os marginais, que pelas mesmas razões, mas no sentido contrário delas, mal conseguem subsistência com sua atividade. Precisam de assistência social, cesta básica subsidiada e proteção formal, para não deixar a roça e ir engrossar os contingentes excluídos das cidades. São os potenciais desassentados que estão na contramão dos projetos de assentamento.

• Os de transição, que nem chegaram ainda ao mercado, nem foram marginalizados. Estes têm todo o potencial técnico e gerencial para dar o grande salto de produtividade e de aumento de área plantada. Para eles a política agrícola, com todo seu instrumental, é muito importante.

Assim, a cada grupo de agricultores cabe uma ação específica de governo. Mas, para todos eles, é preciso investimento maciço em educação e treinamento, desde o mais rudimentar até o mais complexo: desde ensinar o manejo adequado de um canivete de enxertar até os complicados *softwares* de comércio exterior.

E, em todos os casos, é necessário levar em consideração as características regionais. Não se pode estabelecer o mesmo instrumento de crédito para investimento no Paraná e no Maranhão, nem os mesmos mecanismos de estímulo à rizicultura em Goiás e no Rio Grande do Sul.

O governo diz que só o grande produtor deve e que o pequeno já pagou. Em primeiro lugar, há muitos anos o pequeno produtor não tem acesso ao crédito.

■ *Quais as condições para que a agricultura comercial possa sobreviver no cenário mais competitivo definido pela abertura econômica?*

— Há uma condição essencial: a política macroeconômica precisa estar ajustada às políticas setoriais de estímulo ao agribusiness. É preciso ter uma visão sistêmica. De nada adianta preço mínimo se a política cambial desfavorece o campo; o crédito rural fica apagado se a política monetária for restritiva; não se competirá jamais se as políticas fiscal e tributária forem constrangedoras das disputas mercadológicas; e, sem estabilidade econômica, não há política agrícola consistente. Privatização é outra palavra que tem a ver com competitividade do campo, sobretudo na área de infra-estrutura.

Em seguida, algumas precondições são essenciais para o funcionamento da política agrícola. Destaquemos as principais:

• Legislação — Desde artigos da Constituição de 1988 até normativos do Bacen e do CMN, existem perto de 70 instrumentos jurídicos que regem a atividade rural e que precisam ser revistos. Estatuto da Terra, do Trabalhador Rural, legislação tributária, previdenciária, Lei de Armazenagem devem ser modernizados. Precisamos de uma completa lei de comércio e de uma legislação ambiental que não seja radical nem ideológica.

• Margens — Uma questão dramática é a do lucro de cada um dos elos da cadeia de produção. Não é possível que o produtor de leite receba 1 por seu produto e o consumidor pague 3 logo em seguida. Existe ineficiência e má distribuição de renda ao longo de todo o processo. Se as relações entre os diversos elos da cadeia não forem redefinidas de maneira adulta e transparente, a desconfiança persistirá e será impossível aproximar o consumidor do produtor em termos de renda, em benefício de ambos. É preciso descobrir e eliminar estas ineficiências.

• Desperdício — Ninguém consegue medir o tamanho do desperdício e das perdas da agricultura brasileira, em função da inadequação de tecnologia e de infra-estrutura. Mas talvez seja válido afirmar que mais de 10% da produção nacional desaparecem em desperdícios e perdas. É demais! Isto equivale a mais de 1% do nosso PIB, cujo tamanho real também é indefinido (U$500 ou U$900 bilhões?).

Com tais procedimentos, e com um Ministério da Agricultura valorizado perante o conjunto do governo, fazendo parceria construtiva com o setor privado, a agricultura brasileira estará em condições de carimbar o passaporte do Brasil para o Primeiro Mundo.

Caso contrário, iremos cada vez mais para o fundo do vagão da segunda classe do Terceiro Mundo.

CARTAS

Proálcool

Gostaríamos de parabenizá-lo pelo excelente artigo Gerenciamento dos Preços do Segmento Sucroalcooleiro e Panorama Estrutural do Seguimento Sucroalcooleiro, publicados na revista *Agroanalysis* do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas. Sua análise retrata com clareza e competência a realidade de um setor que, apesar dos sérios problemas enfrentados nos últimos anos, vem contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento econômico do país.

Ermeto Barea

Presidente da Associação de Produtores de Álcool e Açúcar do Estado do Paraná (Alcopar); Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado do Paraná (Sialpar); e Sindicato da Indústria do Açúcar do Estado do Paraná (Siapar).

Cumprimentamos V. Sa. e todo o corpo editorial da revista *Agroanalysis* pela edição especial — O Futuro do Proálcool — em março último.

Os temas abordados e as personalidades escolhidas para enunciá-los possibilitaram aos leitores uma perfeita reciclagem informativa sobre a atual situação desse importante programa, além de ter chamado a atenção da sociedade brasileira e do governo sobre as necessárias correções de rumo para o mesmo, sem as quais poderemos estar destruindo a melhor iniciativa energética, a partir da biomassa, de que se tem conhecimento, no mundo.

Pedro Robério de Melo Nogueira
PR Consultoria e Assessoria S/C
Brasília-DF

Cumprimentamos V. Sas. pela edição especial sobre o Proálcool. Vimos parabenizá-los pela excelência da matéria publicada, que reflete a realidade atual desse programa.

Jorge Toledo Florêncio

Secretário de Planejamento do Estado de Alagoas e Presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool do Estado de Alagoas.

É permitida a reprodução total ou parcial dos índices e matérias desde que seja citada a fonte.

AGROANALYSIS
Revista mensal de economia agrícola da Fundação Getulio Vargas editada pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia

Fundador:
Julian Chacel

EXPEDIENTE

Chefe do CEA/IBRE:
Ignez Vidigal Lopes

Redator-chefe:
Regis Alimandro

Equipe de redatores:
Eliana C.B.L. Viglio (arroz, feijão, meio ambiente, tomate, mandioca, caju), Fernando R. de Freitas Almeida (cereais de inverno, oleaginosas, frutas, vinho), Guilherme Soria Bastos Filho (cacau, açúcar, algodão), Irene Raguenet Troccoli (fumo, milho, avicultura, suinocultura, laranja), Maria José Cyhlar Monteiro (preços, previsão de safras, legislação), Mauro de Rezende Lopes (comércio internacional, política agrícola), Regis Alimandro (café), Tito B. B. Ryff (meio ambiente).

Gerente Comercial:
Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Colaboradores:
Adib Jamil Amim, Lucio Junqueira Campos (estatísticas de preços), Rubens de Mello Nogueira Abdelhay (índice FGV/Abag), Ana Célia Junqueira Campos, Edmilson Pereira Conceição, Edna Frias de Souza, Mário Augusto Rodrigues Martins (apoio técnico).

Copidesque:
Lauda Editoração e Comunicação Ltda.

Técnicos em processamento:
Bruno da Silva Júnior, Deise Jaffar de Lima.

Estagiários:
Ana Paula de Mello Carvalho, Ednéia da Silva Bezerra, Maria das Graças Soares.

Secretaria e apoio administrativo:
Claudia Ana Marques, Antonio Barbosa, Antonio Getúlio Corrêa de Oliveira.

Divisão de Gestão da Informação (DIGI)
Diretor: Moacyr Antonio Fioravante

Editora da FGV
Chefe: Francisco de Castro Azevedo
Coordenação editorial: Cristina Mary Paes da Cunha
Editoria de arte: Eliane da Silva Torres, Jayr Ferreira Vaz, Marilza Azevedo Barboza, Osvaldo da Silva, Simone Ranna.
Revisão: Aleidis de Beltran, Fatima Caroni.

Produção gráfica: Helio Lourenço Netto, Joel Alves.
Comercialização: Juarez Nery de Souza, Valéria Oliveira Santiago.
Vendas de assinatura: José Milton Gondim.
Vendas avulsas: Edna Kumakola
Publicidade:
Belo Horizonte — MG: Tel. e fax: (031) 224-9534; Brasília — DF: Tel. e fax: (061) 577-4883; Porto Alegre — RS: Tel. e fax: (051) 249-7056; Recife — PE: Tel. e fax: (081) 465-1851; Ribeirão Preto — SP: Tel.: (016) 625-9639 — Fax: (016) 625-0521; Rio de Janeiro — RJ: Tels.: (021) 252-8720 e 252-9074 — Fax: (021) 221-5984; Salvador — BA: Tel. e fax: (071) 351-1784; São Paulo — SP: Tel. e fax.: (011) 524-1174.
Livrarias — Rio de Janeiro: Livraria J. Carneiro Felipe — Praia de Botafogo, 188 — Tel.: (021) 536-9105
São Paulo: Livraria Faria Lima — Av. Nove de Julho, 2.029 — Tel.: (011) 281-7875.
Editora da Fundação Getulio Vargas — Serviço de Vendas: Praia de Botafogo, 190 s/607 CEP 22253-900 — ou Caixa Postal: 62.591 — CEP 22257-970 — Rio de Janeiro, RJ — Tels.: (021) 551-0698 e 536-9196.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Presidente de honra: Luiz Simões Lopes
Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Diretora-geral: Celina Vargas do Amaral Peixoto

Conselho Diretor

Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Vice-presidente: Mario Henrique Simonsen
Vogais: Aldo Baptista Franco, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Eliezer Baptista, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Luiz Fernando da Silva Pinto, Manoel Fernando Thompson Motta, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto de Oliveira Campos.
Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Eugenio Emílio Staub, Gilberto Dupas, José Luiz Miranda, Oswaldo Antunes Maciel, Pedro Leitão da Cunha.

Conselho Curador

Presidente: Theodoro Arthou
Vice-presidente: Paulo de Tarso Leal
Vogais: Antonio Monteiro de Castro Filho, Armando Klabin, Associação de Bancos do Estado de São Paulo, Banco Credit Commercial de France S.A., Carlos Alberto Lenz Cesar Protásio, Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Barbosa da Silva, Estado de Minas Gerais, Gilberto Ulhôa Canto, Gustavo de Sá e Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Instituto de Resseguros do Brasil (IRB), José Ephim Mindlin, Mário Abrantes da Silva Pinto, Mauro Salles (Salles-Interamericana de Publicidade S.A.), Paulo Guilherme Aguiar Cunha (Cia. Ultragaz S.A.), Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro.
Suplentes: Cristiano Buarque Franco Neto (Banco Bozano, Simonsen S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Jorge Paulo Lemann (Banco de Investimentos Garantia S.A.), Lineu de Paula Machado (Banco Boavista S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga (Icatu Empreendimentos e Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Terrestres, Marítimos e Acidentes — Cia. de Seguros), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco da Bahia Investimentos S.A.), Roberto Duailibi (DPZ Propaganda S.A.), Sérgio Franklin Quintella, Unibanco — União de Bancos Brasileiros S.A.

Conselho Consultivo

Abgar Renault, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Gilberto Duarte Prado e Rubens D'Almada Horta Pôrto.

Instituto Brasileiro de Economia
Diretor: Antonio Salazar P. Brandão
Banco de Dados-IBRE
Salomão L. Quadros da Silva
Centro de Estudos Agrícolas
Ignez Vidigal Lopes
Centro de Estudos das Empresas
Sergio Gustavo S. da Costa
Centro de Estudos de Economia e Governo
Lia Valls Pereira
Centro de Estudos de Preços
Paulo Sidney de Melo Cota
Centro de Estudos Tendenciais
Eden Gonçalves de Oliveira
Revista Conjuntura Econômica
Lauro Vieira de Faria

Nesta edição

1 **Entrevista com Roberto Rodrigues**

6 **Cartas**

8 **Especial**

8 **TR: o maior, mas não o único problema**

Mauro de Rezende Lopes

12 **Efeito estufa: "a caixa de Pandora" do homem**

Tito Ryff

16 **Opiniões: uma questão de princípio — I**

Pedro de Camargo Neto

20 **Conjuntura do agribusiness:**

20 **Preços da terra: desempenho recente**

22 **Ovos**

24 **Arroz**

26 **Cana-de-açúcar**

30 **Cereais de inverno**

32 **Índice FGV/ABAG (Iabag) 1995**

34 **IBGE — Síntese estatística**

36 **Oferta e demanda**

38 **Estatísticas agropecuárias**

44 **Panorama agropecuário**

48 **Panorama internacional**

50 **Legislação agrícola**

52 **Janela aberta**

A dívida e o futuro

A questão da dívida da agricultura vem consumindo demasiada energia. Os atores envolvidos têm procurado fazer valer seus pontos de vista e seus interesses, nem sempre da forma mais adequada.

Até na imprensa dirigida ao grande público, a questão da dívida vem ocupando um espaço poucas vezes reservado a assuntos rurais. Também nesse caso a abordagem nem sempre é a mais adequada. Fala-se muito da exceção e pouco do rotineiro. Uma revista semanal de grande circulação, em meados de maio estampou na capa "Os reis do calote rural" como principal manchete da edição.

É verdade que nossos grandes veículos de comunicação são essencialmente urbanos e costumam refletir os supostos interesses da população da metrópole.

Também é inegável a existência de um pequeno número de grandes proprietários rurais, não necessariamente produtores, que fez fortuna (ou engordou a fortuna preexistente) acumulando dívidas junto ao Banco do Brasil. São os aproveitadores de plantão, e não seria logo a *Agroanalysis* que se disporia a defender esse grupo. Muito pelo contrário.

Por certo o perfil dominante dos empresários rurais, grupo que tem acesso ao sistema de crédito, não corresponde àquele descrito pela grande imprensa. Todas as partes envolvidas sabem disso. Sabem também que as dificuldades são reais. E reconhecer isto é precondição para que se equacione o problema.

A agricultura atravessa um momento bastante delicado. A supersafra colhida em 1995 coincidiu com um período de crédito extremamente escasso, taxas de juros reconhecidamente altas, liberação das compras externas, muitas vezes com subsídios na origem e sem a devida taxação compensatória etc. Ao lado disso, o esperado crescimento da demanda interna de produtos agrícolas em decorrência da queda da inflação de fato ocorreu, mas não em dimensão capaz de absorver o ganho da oferta. A conjugação desses elementos levou à prática de preços agrícolas dramaticamente baixos durante toda a fase de comercialização da safra 1994/95. E isso agravou um problema já antigo — a dívida da agricultura originária do Plano Collor.

Pode-se alegar que os preços agrícolas caíram em razão de fatores de mercado e que o governo não teria mesmo o que fazer nesse caso. A verdade não é bem essa, todos sabemos. Mas, e em relação à dívida velha, decorrente da correção dos débitos da agricultura por índice muito superior àquele aplicado para atualizar os ativos agrícolas? Nesse caso, o descasamento de contas é decorrência direta da ação e da posterior omissão governamental.

Como diz Roberto Rodrigues, na entrevista desta edição, o contencioso da agricultura precisa ser sanado.

Essa condição, no entanto, não pode embotar a inteligência dos atores envolvidos de modo direto na questão. A dívida é um problema real, sério e carece de solução. Não é, porém, o único problema da agricultura, tampouco o mais importante.

Estão na agenda do Executivo, ou próximo de lá, diversos assuntos de extrema relevância para o futuro da agricultura brasileira. Só para citar alguns, o governo já dá sinais de ter entendido que os juros agrícolas (TR mais juro real) são insuportavelmente altos. O uso da política cambial como um dos sustentáculos da estabilização compromete de maneira significativa a renda agrícola, tanto por reduzir os preços da exportação, quanto por emprestar falsa competitividade aos produtos importados.

Do mesmo modo, as diversas reformas já agendadas interessam sobremaneira à agricultura. É o caso das reformas tributária e fiscal, as quais deverão funcionar no sentido de desonerar a produção e propiciar maior competitividade à agricultura brasileira, mediante a viabilização de melhores produtos e serviços de que se vale o setor.

Por último, cabe lembrar a questão da defesa comercial. Muito pouco foi feito até o momento nesse campo, e compete às lideranças pressionar as autoridades por uma ação mais efetiva.

Por todas essas razões, conclui-se que bloquear votações no Congresso Nacional pode até resultar em benefícios financeiros imediatos para os devedores agrícolas. Mas em nada contribui para que se avance nas questões de fundo, muito mais importantes para o futuro de nossa agricultura.

TR: o maior, mas não o único problema

MAURO DE REZENDE LOPES

Na edição de lançamento de Agroanalysis, *em setembro de 1994, afirmamos que dificilmente os preços mínimos seriam corrigidos a contento, que os encargos financeiros montariam a pelo menos 47% na colheita e que o governo não cumpriria a promessa de aplicar R$5,65 bilhões no crédito de custeio e comercialização. Infelizmente, nossas previsões se mostraram acertadas.*

Por ocasião do plantio da safra 1994/95, o governo prometeu muito mais do que poderia cumprir. Os preços de garantia não foram reajustados, apesar de ter sido absolutamente necessário corrigi-los. A promessa era de reajustá-los caso fosse "indispensável". E era. A colheita foi muito grande e a defasagem dos preços mínimos atingiu cerca de 27%. Os encargos financeiros devidos, os mais baratos, estão na ordem de 50%. E, o que agravou a comercialização, os recursos aplicados pelo governo na agricultura atingiram R$3,6 bilhões, contra os R$5,65 bilhões prometidos.

Sugerimos que os produtores deveriam proceder com extrema cautela no plantio da safra, pois poderiam defrontar-se com grandes dificuldades no momento do pagamento dos débitos do custeio. Dissemos que iriam faltar recursos para a comercialização. O tom do nosso artigo era diferente do ânimo dos produtores: era de preocupação, nunca de euforia. Em suma, o pacote não merecia crédito.

Dissemos ainda que a solução para a taxa de juros do crédito rural seria uma taxa prefixada e baixa. A solução da TR não será diferente desta sugestão. Acreditem.

Na safra, as condições foram até piores do que o previsto

O governo promoveu um dos maiores cortes de recursos de que se tem notícia, descumprindo virtualmente todas as promessas feitas. Como previmos, o sistema de equivalência-produto não foi cumprido, pelo menos nos limites dos compromissos assumidos pelo governo. Recursos para AGF, como também previmos, inexistem.

Com isso os preços mergulharam em um abismo na abertura da safra. Havíamos previsto que eles ficariam mais ou menos constantes em relação ao ano passado, mas, ao contrário, sofreram uma queda, nos setores de grãos, cereais, fibras e oleaginosas, de em média 20 a 25% no pico da safra. Podem até melhorar daqui para a frente, como de fato ocorrerá, mas esse é o momento que vive a agricultura.

No caso do milho, os preços atingiram R$4 o saco, ou seja, cerca de US$60 a tonelada! No caso do arroz irrigado, os preços atingiram, na abertura da safra, R$6 o saco. Os produtores que tomaram cerca de R$7 por saco (os que estavam descapitalizados) deviam agora R$10,50, sem contar as demais despesas, e, logicamente, não podiam vender por R$6 o saco. Os negócios paralisaram e todo o interior ficou esperando uma solução para essa crise na agricultura.

Qualquer país sério, que tenha uma agricultura do porte da agricultura brasileira, teria razões para enorme preocupação com tais preços, em vez de celebrar os sucessos do Real obtidos à custa de preços agrícolas deprimidos. Todos esses fatores contribuíram para um impasse seguido de uma crise na derrubada do conhecido veto do presidente Itamar Franco.

Qualquer país sério, que tenha uma agricultura do porte da agricultura brasileira, teria razões para enorme preocupação com esses preços, em vez de celebrar os sucessos do Real obtidos à custa de preços agrícolas deprimidos.

Esses fatos foram a causa imediata da luta contra a TR

A luta contra a TR é, ao mesmo tempo, antiga e muito atual. A cada plano de estabilização surge um desequilíbrio entre os juros, as despesas financeiras e acessórias e os preços de garantia (e também os preços de mercado, pois o processo de abertura foi malfeito no caso dos produtos agrícolas).

Logo após o Plano Cruzado, em 1986, os débitos de custeio, pactuados ao tempo do plantio (setembro) com encargos financeiros muito baixos, de até 3%, foram unilateralmente modificados no meio da safra (novembro) para 10%, e reajustados antes da colheita para 20% (março). Os preços mínimos não foram reajustados e os produtores acumularam pesados débitos. Muitos produtores caíram nessa armadilha. Restou o chamado débito rural, concen-

trado no Centro-Oeste e em produtos como a soja. Casos idênticos ocorreram com o Plano Verão e o Plano Bresser. Foram perdidas algumas oportunidades para sanar esses passivos, por renegociação caso a caso e refinanciamento, como se deve proceder nessas instâncias. E, o que é mais importante, para evitar que novos erros fossem cometidos na política agrícola.

Em março de 1990 os débitos dos financiamentos do custeio agrícola foram corrigidos em 74,6%, enquanto os preços mínimos tiveram correção de 41,28%, criando o famoso diferencial do Plano Collor.[1] A partir desse ponto os débitos pendentes, decorrentes do descompasso entre o passivo dos produtores e os preços da produção, passaram a ser rolados em operações denominadas "mata-mata", em que um novo crédito "matava" um débito pendente, com o saldo devedor sempre crescendo. A partir de um voto do Conselho Monetário Nacional, que autorizava o refinanciamento por 10 anos, uma parte dos produtores negociou as suas dívidas. Outra parte não o fez. Perdeu-se a primeira oportunidade de resolver o problema com todas as partes envolvidas: produtores, governo e agente financeiro.

A luta contra a TR é, ao mesmo tempo, antiga e muito atual. A cada plano de estabilização surge um desequilíbrio entre os juros, as despesas financeiras e acessórias e os preços de garantia (e também os preços de mercado, pois o processo de abertura foi malfeito no caso dos produtos agrícolas).

A situação agravou-se no momento em que esses débitos foram "refinanciados" com os recursos destinados ao custeio da safra 1990/91, na medida em que os débitos passaram a ser gravados com taxas cobradas por inadimplência. Os débitos pendentes sofreram juros moratórios da ordem de 17% mais correção da poupança, ou a chamada taxa Anbid. Como se isso não bastasse, houve a cobrança de um "adicional" de 4% (os juros de mora, que, de acordo com o Decreto-lei nº 167/67, não podem passar de 1%).

Os custos financeiros nessa época atingiram entre 24 e até 50%, devido aos juros temporariamente elevados pós-Plano Collor. Se os juros, mais tarde, por força de regulamentação do crédito rural, decresceram para 12%, os níveis anteriores eram logicamente inadmissíveis. Note-se que, no plantio da safra 1994/95, que se deu após o Plano Real, os juros mais baratos eram de TR mais 20% (o normal ficou em TR mais 22%). Os prêmios do Proagro subiram exorbitantemente. Nenhuma agricultura do mundo resiste a taxas dessa natureza: quebrar, nessas condições, seria a coisa mais natural do mundo.[2]

A agricultura imobiliza capital próprio ou de terceiros por seis meses para plantar e por quatro meses para comercializar. Colhe em dois meses o que o país consome em 12. Precisa desesperadamente de crédito na colheita, pois nessa época os preços de mercado podem cair de forma drástica pela pressão da oferta concentrada e da demanda diluída. Com débitos pendentes impagáveis em condições normais, onerada com taxas punitivas por inadimplência e ainda por cima com preços cadentes, a situação do produtor é de virtual insolvência. O produtor não pode exportar: seus produtos são gravosos devido ao "custo Brasil" e aos impostos de exportação. Não há saída, tanto mais com os cortes de crédito e a virtual extinção da política de garantia de preços mínimos.

Em vez de se buscar uma solução, pelo contrário, os problemas se agravavam, com a adição de maiores encargos, maiores taxas punitivas, mais impostos, mais importação de subsídios (como veremos) e, naturalmente, menos diálogo.

Pressionado pelas bases, o bloco parlamentar uniu-se e adquiriu poder político

As defasagens foram tão acentuadas entre os débitos e o valor de venda dos produtos que os produtores praticamente quebraram. A pressão foi tanta que um grupo de interesse, o bloco rural, notoriamente desprovido do poder de influenciar políticas e decisões, acabou mobilizando todo o Congresso para derrubar o veto do presidente Itamar Franco.

O bloco rural saiu de uma posição historicamente subalterna no conjunto de *lobbies* que formam o interesse organizado no Brasil para uma posição de proeminência. Hoje, o *lobby* rural tem quase o mesmo *status* do *lobby* da indústria automobilística, do *lobby* do calçado etc.

[1] Alegou-se, para a cobrança dos 74,6%, que esta era a remuneração da poupança. Mas, de fato, a poupança remunerada a essa taxa era a de até Cr$ 50 mil, pois o que excedia esse valor era remunerado pela BTN fiscal. O preço mínimo foi reajustado em 41,28%, que era a BTN fiscal de março de 1990 (Lei nº 8.024/90). Esse *spread* era excessivamente elevado.

[2] Um dos mais eficientes produtores de arroz irrigado do mundo (pois colhe 7.100kg de arroz por hectare, podendo competir com os produtores mais eficientes de Louisiana), que usou todo o seu capital para se financiar e tomou no final da safra um crédito de custeio, em janeiro, no montante de R$4 por saco, em maio devia R$6 (50% em pouco mais de três meses). Se vendesse todo o seu produto aos preços correntes, apenas pagaria ao banco e perderia tudo o que gastou na safra. Decidiu fechar sua lavoura.

A agricultura passou a participar do clube fechado do poder de influenciar políticas. Graças ao próprio governo, que teve todas as oportunidades do mundo de resolver o problema, mas ficou alimentando a arregimentação dos aliados políticos do bloco parlamentar.

A questão da TR foi objeto de decisão de dois poderes da República

O Executivo tem que considerar que dois poderes da República manifestaram-se contra a cobrança da TR. Não foi somente o Congresso. O Poder Judiciário também condenou o uso da TR.

A propósito da utilização da TR como forma de atualização de débitos, o procurador-geral da República declarou que, por ser essa taxa de natureza financeira, não se presta a substituir a correção monetária (Adin 493). Sua utilização, ademais, impõe duplicidade de juros (ou melhor, juros sobre juros, pela própria forma como ela é calculada). O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Adin 493, qualificou a TR como índice de remuneração de capital. O seu uso como índice de atualização monetária, portanto, é inadequado.

E poderão ser criados outros rombos se não forem tomadas medidas para estabilizar os preços agrícolas e promover a defesa comercial.

A próxima safra pode ser muito grande com a solução da questão da TR

Se esse impasse tiver uma solução satisfatória, certamente a agricultura plantará uma grande safra. Por solução satisfatória não se entende refinanciamento das dívidas pendentes. O refinanciamento é um instrumento válido e muito usado nas economias avançadas do mundo. No Brasil, porém, procura-se utilizá-lo sem se cuidar para que todas as condições de sua eficácia sejam verificadas.

A opção de refinanciamento com perspectivas de juros tão elevados como os atuais não é solução, é simplesmente empurrar com a barriga. Não se está solucionando os problemas dos produtores. Não é solução nem com uma organização melhor da política de tarifas, comercialização, correção de câmbio, retirada dos impostos de exportação, reforma no crédito rural etc., muito menos sem essas reformas. Os problemas da agricultura são muitos e muito graves; e os juros atuais são absolutamente incompatíveis com a atividade agrícola, com ou sem refinanciamento.

Os problemas da agricultura são muitos e muito graves

Os problemas da agricultura têm várias dimensões. Se elas não forem devidamente consideradas, não haverá solução duradoura para a defasagem criada entre os juros e os preços dos produtos agrícolas. Não se pode, em outras palavras, tentar resolver apenas a questão dos encargos financeiros, deixando de lado as reformas necessárias na comercialização, na administração das tarifas e no crédito rural.

Em primeiro lugar, quando o governo se retirou da comercialização da safra, praticamente eliminando os recursos na linha EGF (crédito de comercialização), deveria, como foi advertido na época, ter colocado imediatamente o financiamento privado no lugar do financiamento público, com o desenvolvimento da legislação de armazenagem, regulamentação do mercado primário de documentos de depósito, títulos representativos de commodities armazenadas, emissão de *securities* lastreadas por documentos de depósito, redefinição do papel das empresas estatais no abastecimento, regras de formação e liberação de estoques públicos etc. Desse conjunto, quase nada foi feito. Sem liquidez na safra, os preços agrícolas passaram a cair a cada safra e o corte do crédito passou a ser um pesadelo para os produtores.

A impressão que se tem é de que o governo, ou pelo menos os agentes financeiros estatais, jamais quis se retirar de fato do custeio, da comercialização, dos mercados de estoques e do crédito rural. Pelo menos nunca levou a sério os mecanismos para sua atualização, modernização e substituição. Apesar de conhecer com detalhes quais as políticas que deveriam ser adotadas. As causas para esse comportamento — o porquê de o governo querer continuar nesses setores — são, até hoje, largamente desconhecidas.

Em segundo lugar, quando se fez a integração no âmbito do Mercosul e quando se fez a abertura comercial, já se sabia que os preços mínimos ficariam, na prática, incompatíveis com importações livres e desgravadas. Mas daí a extinguir preços mínimos sem um *phasing out* adequado há um abismo. Ninguém pode alegar desconhecimento das etapas que têm de ser vencidas para se extinguir uma política como a de preços mínimos. Sabe-se, passo a passo, o que deve ser feito. Até hoje, as reformas de desregulamentação dos mercados agrícolas nunca foram encaradas com a devida seriedade.

Em terceiro, é preciso entender algo muito complicado no Brasil, que é a dança das tarifas. Isso é algo incrível. O Brasil, com uma safra recorde de milho, com o saco de milho atingindo aqueles R$4 em Santa Catarina, cogitou e chegou a anunciar que zeraria

as tarifas do cereal.[3] A lógica seria, na fase de uma supersafra, zerar os impostos de exportação, nunca os de importação! A notícia que anunciou a medida a "desanunciou" logo abaixo. Era para zerar, mas decidiu-se não zerar. Os preços do arroz no Rio Grande do Sul atingiram R$6 e importações de arroz vietnamita chegavam aos portos brasileiros. Depois que o arroz daquele país entrou no mercado brasileiro é que se cuidou de elevar as tarifas do arroz de 10 para 20%. Escapa à lógica.

O mais incrível dessa história toda é que o consumidor não se apropria dos benefícios das reduções de tarifas. Há uma grande exploração na imprensa com relação às informações que pretensamente "justificam" essa verdadeira dança das tarifas. Tarifa é instrumento de longo prazo e incide sobre o item produto *in natura*, ou matéria-prima, que contribui com uma pequena parcela do produto final. O benefício dessas reduções de tarifas incide apenas na intermediação comercial e nas indústrias de processamento.

Em quarto lugar, por falta de legislação e sobretudo de aplicação de mecanismos de defesa comercial contra a concorrência predatória e desleal que as importações exercem sobre os mercados domésticos, a abertura comercial resumiu-se, para os produtos agrícolas, apenas em redução de tarifas. Importações subsidiadas infligiram pesadas perdas aos produtores de arroz e algodão, para citar apenas os casos mais graves. Esses cultivos foram aniquilados em algumas áreas.

Os produtores brasileiros, salvo raríssimas exceções, têm um solene descaso pela luta por tarifas consistentes entre insumos (altas) e produtos (baixas). Talvez as únicas exceções sejam os produtores de algodão que, por intermédio de duas cooperativas, continuam lutando para fazer cumprir a Lei nº 8.174, que manda tributar as importações subsidiadas na origem. Os produtores de arroz têm consciência dos estragos causados pelas importações do arroz norte-vietnamita, mas não acionaram os instrumentos adequados para pôr cobro a essa desova de estoques baratos no mercado brasileiro.

Finalmente, em quinto e último lugar, não se fez uma reforma no modelo de crédito rural. O chamado "modelão" do passado não se sustenta mais. Isso já é conhecido há muito, muito tempo. Outra dúvida: por que o governo não reforma o crédito rural?

Ou adotamos um modelo totalmente aberto ou um modelo de defesa da concorrência leal nos mercados internos, ou seja, um modelo de abertura com as devidas salvaguardas, como convém a uma abertura com desgravação corajosa. Ficar ignorando essas duas vertentes não dá mais.

Novos rombos à vista

Os rombos, causados pela inadimplência dos produtores, agravada pelos preços cadentes motivados pela importação de produtos com subsídios e pelas taxas de juros que ninguém pode pagar, foram transferidos das contas de crédito rural para o Proagro velho, para o Proagro novo, para o débito rural junto ao Banco do Brasil, quando não para as cooperativas, muitas delas hoje em situação falimentar. Os erros de política agrícola foram sendo transferidos para fundos onde estão prejuízos irrecuperáveis. Esses erros geram rombos financeiros, empurrados pelas contas inadimplentes para as contas do Tesouro.

Os erros mais graves estão, em primeiro lugar, na política de impostos sobre impostos. Os produtos agrícolas de exportação sofrem tributação no mercado interno e no porto, e sobre esses impostos incide outro imposto representado pelo câmbio defasado, que é um imposto implícito. Em segundo lugar, o produto importado que concorre com o produto nacional recebe subsídios sobre subsídios. Ou seja, o produto importado tem o subsídio na origem e sobre ele incide outro subsídio no momento em que o produto é nacionalizado (sem a imposição de direitos compensatórios), por meio do câmbio defasado.

O Brasil exporta imposto e importa subsídio; e este fator é exacerbado quando o câmbio defasa. Em terceiro lugar, há o juro sobre o juro, pois o produto paga taxas elevadíssimas na produção, e os débitos são majorados por juros na comercialização (um efeito cascata de juros, por 180 dias para produzir e 180 dias para comercializar). Enquanto isso, o produto importado tem financiamento externo com juros concessionais.

Destarte, a política de impostos sobre impostos, subsídios sobre subsídios e juros sobre juros resultou em uma política de rombos sobre rombos. Assim, a continuar essa política, com impostos sobre impostos, juros sobre juros, estaremos acumulando

[3] No início do governo Collor, na equipe de transição, no Bolo de Noiva, dissemos ao presidente do Banco do Brasil à época que não permitisse — como se cogitava então — que as tarifas de alimentos fossem zeradas, pois aquilo acabaria estourando no colo do banco, gerando inadimplência. Dito e feito, as importações de alimentos com tarifas zero e com subsídios destruíram os mercados agrícolas. O atual presidente do banco declarou, na CPMI do Endividamento Rural, que esse foi um dos principais fatos causadores da desorganização do setor primário.

prejuízos sobre prejuízos, que serão redistribuídos pela sociedade, pelos produtores, pelos contribuintes.[4]

A decisão a ser tomada é muito simples

Ou adotamos um modelo totalmente aberto ou um modelo de defesa da concorrência leal nos mercados internos, ou seja, um modelo de abertura com as devidas salvaguardas, como convém a uma abertura com desgravação corajosa. Ficar ignorando essas duas vertentes não dá mais. Sem essa decisão, não há agricultura que resista. Uma vez decidido, temos que adotar todas as medidas cabíveis e consistentes.

Uma opção é a declaração tácita do governo de que importará pelos preços mais baratos, respeitadas as tarifas TEC do Mercosul, o que converterá o Brasil em um Egito, ou seja, em um país com política de importador líquido de alimentos (caso em que o país se declara incapaz de produzir alimentos suficientes para alimentar sua população). Há poucos casos assim no mundo, mas há. As políticas que se seguiriam seriam de reconversão em massa.

A outra opção seria um modelo com TEC baixas e um sistema de defesa comercial capaz de impedir a concorrência desleal nos mercados nacionais. Nesse caso, as reformas no sistema de avaliação de petições de investigação de subsídios e práticas desleais têm o mesmo *status* das reformas nos sistemas de crédito rural e comercialização. Infelizmente, não há mudanças e reformas à vista em nenhum dos casos. Muito menos decisões acerca de que modelo vamos seguir.

[4] A esse respeito, ver Lopes, M. Impostos sobre impostos, subsídios sobre subsídios e juros sobre juros. *Agroanalysis*, *15*(2):10, fev. 1995.

Efeito estufa: a "caixa de Pandora" do homem

TITO RYFF

A emissão de gases nocivos pelo homem transforma a atmosfera em estufa, ameaçando romper o equilíbrio climático que permitiu o desenvolvimento da humanidade nos últimos 10 mil anos.

Um dos problemas que mais preocupam os ambientalistas de todo o mundo é o das mudanças climáticas que podem ocorrer no planeta, em função das agressões continuadas ao meio ambiente. Estas agressões decorrem, sobretudo, da emissão de gases, resultantes de atividades humanas, os quais provocariam, na atmosfera, o chamado efeito estufa.

O efeito estufa tem esse nome em razão da semelhança do fenômeno que ocorre na atmosfera com o que se passa nas estufas, cuja cobertura de vidro (ou de plástico) deixa passar a luz solar, mas bloqueia a dissipação do calor ali formado, provocando aquecimento de seu interior. Da mesma forma, a elevação da concentração de dióxido de carbono (CO_2) e de outros gases na atmosfera produz uma espécie de efeito estufa, ao reduzir a taxa de perda de calor para o espaço, o que contribui para aumentar a temperatura da superfície terrestre.

A concentração de CO_2 na atmosfera cresceu 25% desde a Revolução Industrial.

O fenômeno é fácil de entender. Quando a energia da radiação solar atinge a Terra, uma parte penetra na atmosfera e é absorvida pela superfície terrestre, contribuindo para aquecê-la, e outra é refletida de volta para o espaço pela Terra e pela própria atmosfera. Num sistema climático estável a longo prazo, estabelece-se um equilíbrio entre a radiação solar absorvida e a radiação emitida para o espaço. Qualquer fator que altere este equilíbrio provocará mudança climática. É o que ocorre com os gases-estufa, que atuam como uma espécie de cobertor, reduzindo a dissipação do calor e promovendo, portanto, desequilíbrio no sentido de um aquecimento maior da atmosfera.

Os gases-estufa são uma espécie de cobertor que retém o calor na atmosfera.

A emissão de gases-estufa pode provir de fontes naturais (vapor d'água e erupções vulcânicas, por exemplo) ou ser antropogênica (provocada pela atividade do homem). Dentre as fontes de emissão de gases-estufa de responsabilidade do homem, destacam-se: a queima de combustíveis fósseis — carvão, petróleo e gás natural —, a adoção

de determinadas práticas agrícolas, a queima de florestas e a emissão de carbonos clorofluorados (CFC).

As emissões provenientes da queima de combustíveis fósseis são, de longe, as que mais cresceram nos últimos 100 anos. Calcula-se que, entre 1860 e 1953, excluído o período das duas guerras mundiais e da depressão de 1929, tenham crescido a uma taxa anual de 4,2%. Entre 1950 e 1973, esta taxa elevou-se para 4,4%, diminuindo desde então, em função do encarecimento de alguns combustíveis fósseis, o que produziu maior eficiência no uso de energia e participação crescente de fontes energéticas não-fósseis nas economias industrializadas.

O que preocupa os especialistas é o fato de que as emissões provocadas pelo homem representam um elemento de desequilíbrio num sistema que se encontra estável há cerca de 10 mil anos. Isto porque, enquanto as emissões provenientes de fontes naturais têm caráter episódico, como é o caso, notadamente, das erupções vulcânicas, ou se encontram estabilizadas, as emissões antropogênicas são de natureza constante e se mostram, na maioria das vezes, crescentes. Estima-se, por exemplo, que a concentração de CO_2 na atmosfera, desde os primórdios da Revolução Industrial, tenha aumentado cerca de 25%. E o pior é que as emissões deste gás-estufa continuam crescendo à razão de 0,5% ao ano.

As emissões de gases-estufa provenientes da queima de combustíveis fósseis foram as que mais cresceram nos últimos 100 anos.

Os climatologistas acreditam que, mantidas nos níveis atuais, as emissões de gases-estufa provocarão uma elevação da temperatura média mundial de 1°C, nos próximos 30 anos, e de 3°C a 4,5°C até o final do próximo século. Insistem, por outro lado, em salientar que estas previsões podem estar subestimadas, tendo em vista que os modelos de simulação (chamados de modelos de circulação global) não levam em conta várias retroalimentações, nem possíveis alterações dos mecanismos de dissipação. As retroalimentações podem ser positivas, caso tendam a reforçar o efeito estufa, ou negativas, quando amenizam ou reduzem este efeito. E os climatologistas estão convencidos de que as retroalimentações positivas predominam no ecossistema terrestre. Não se pode descartar, além disso, a possibilidade de que a acumulação de gases-estufa na atmosfera acabe provocando algum processo de saturação, capaz de acelerar o mecanismo de aquecimento global.

As conseqüências da emissão de gases-estufa

Acréscimos da ordem de 1°C a 4,5°C na temperatura podem parecer pequenos à primeira vista, mas mostram-se significativos quando comparados com os registros de variações climáticas ocorridas no passado. É preciso considerar, também, que se trata de um acréscimo médio, que pode distribuir-se de forma desigual, segundo as diversas regiões da superfície terrestre. O aquecimento global poderia, portanto, vir associado ao surgimento, no planeta, de extremos cada vez maiores de temperatura e de umidade.

Na história da humanidade, existem vários exemplos de variações climáticas decorrentes de fenômenos naturais, cuja origem e conseqüências foram cuidadosamente reconstituídas por especialistas. Em geral, essas variações climáticas ocorreram em função de erupções vulcânicas e resultaram em mudanças médias de temperatura da ordem de 1°C a 2°C. Embora aparentemente pequenas, estas alterações de temperatura provocaram sérios efeitos econômicos e sociais.

Sabe-se, hoje, que o famoso "ano sem inverno" (1816) resultou de uma série de violentas erupções do vulcão Tambora, situado na ilha de Sumbawa, Indonésia, ocorridas na primavera de 1815. Cientistas estimam que 10 mil pessoas morreram em conseqüência direta da erupção e que outras 82 mil faleceram, nos meses seguintes, de fome ou doenças provocadas indiretamente pelo fenômeno. Somente um ano depois fizeram-se sentir plenamente os efeitos da erupção inicial sobre outras áreas do planeta. A poeira lançada no espaço espalhou-se pela atmosfera, reduzindo a quantidade de luz solar na superfície terrestre e provocando queda acentuada de temperatura em diversas regiões.

O senador Al Gore descreve, em seu livro *Earth in the balance*, as conseqüências das erupções do Tambora. Na Nova Inglaterra nevou em junho daquele ano e houve geada durante todo o verão. Da Irlanda aos Bálticos, incluindo toda a Inglaterra, choveu continuamente de maio a outubro. Esses fenômenos provocaram perdas de safra e revoltas por falta de suprimentos alimentícios nas ilhas Britânicas e em parte do resto da Europa. O historiador John D. Post referiu-se ao epi-

sódio como "a última grande crise de subsistência do mundo ocidental".

Felizmente, os efeitos de uma erupção vulcânica sobre a atmosfera acabam por dissipar-se após dois ou três anos. O mesmo não ocorre, contudo, como já vimos, com a emissão antropogênica de gases-estufa, cuja concentração aumenta na atmosfera, em razão de seu caráter constante e do fato de que o efeito de dissipação tem-se mostrado insuficiente diante do volume crescente de emissões.

Apesar da preocupação crescente dos especialistas com as mudanças climáticas que podem decorrer do processo de aquecimento global provocado por causas derivadas da atividade humana, a mobilização de governos e entidades privadas para enfrentar o problema tem sido praticamente inexistente. Isto decorre de três fatores:

• O primeiro deles é o fato de que a ameaça é considerada remota no tempo. Dentro desta perspectiva, muitas lideranças políticas expressivas e importantes formuladores de políticas públicas acreditam que a preocupação antecipada com o problema seria desnecessária e até mesmo contraproducente, na medida em que, nos próximos 100 anos, o conhecimento científico da questão será aprofundado e novas tecnologias desenvolvidas, permitindo ao homem dotar-se de instrumentos mais poderosos para enfrentar o problema. Por que implementar medidas dolorosas e impopulares agora, para evitar danos que só se materializarão dentro de décadas e que não são claramente avaliados pela opinião pública mundial? Esta parece ser uma das perguntas que inibe a ação.

Pequenos acréscimos na temperatura média da Terra podem provocar graves distúrbios econômicos e sociais.

• O segundo fator tem por base a controvérsia científica que envolve a questão. Com efeito, uma parcela dos especialistas, embora minoritária, crê que as evidências empíricas relacionadas com a tendência a um aquecimento global ainda são insuficientes (e, segundo eles, em alguns casos, frágeis) para justificar qualquer ação de vulto por parte de empresas e governos. Os custos seriam excessivamente grandes quando comparados à probabilidade do risco envolvido. O prof. Richard Lindzen, do Massachusetts Institute of Technology (MIT), por exemplo, afirma que o aquecimento global "é uma questão em grande parte política, à qual falta uma base científica sólida".

• Finalmente, parece claro que um outro obstáculo importante deriva do fato de que as mudanças necessárias para reverter, de forma efetiva, o processo de acumulação de gases-estufa provocariam considerável custo social e econômico, e afetariam, sobretudo, duas indústrias poderosas: a indústria do petróleo e a da fabricação de automóveis.

Aquecimento global: problema real e grave

Com relação à controvérsia científica, já constituem hoje franca maioria os especialistas que consideram o aquecimento global um problema não apenas real, mas também grave. Em 1990, mais de 300 cientistas, provenientes de várias partes do mundo, apresentaram relatório ao Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (PIMC), da ONU, em que afirmam: "Temos certeza de que as emissões resultantes de atividades humanas vêm causando substancial aumento das concentrações, na atmosfera, de gases que provocam efeito estufa... O aumento das concentrações acentuará o efeito estufa e o resultado será, em média, mais aquecimento da superfície terrestre".

Tendo-se como correta a avaliação dos cientistas, conclui-se que a inércia, em matéria de tamanha relevância para o bem-estar futuro da humanidade, produzirá duas conseqüências inelutáveis: o agravamento do problema e o aumento dos custos de sua solução.

Os especialistas acreditam que as mudanças climáticas previstas pelos modelos de circulação global não afetariam de modo decisivo a capacidade do planeta de produzir alimentos em quantidade suficiente para atender à demanda mundial. Reconhecem, contudo, que os custos de adaptação da produção agrícola às novas condições climáticas são praticamente impossíveis de estimar. É certo, porém, que algumas regiões do planeta se tornariam mais férteis e outras mais áridas, em função de tais alterações climáticas.

As previsões indicam, por exemplo, que esta elevação de temperatura será mais acentuada nas grandes latitudes e menor na região equatorial. Há evidências também de que poderão ocorrer verões mais secos nos continentes situados nas latitudes médias. Áreas que hoje são responsáveis por cerca de 50% da produção mundial de trigo e mais da metade da produção mundial de milho se tornariam mais quentes e secas. Haveria, provavelmente, perdas na produção de cereais em áreas importantes, como o sul da Europa, o sul dos EUA e o oeste da Austrália. Por outro lado, ficariam mais úmidos os solos onde atualmente se concentram mais de 80% da produção mundial de arroz, cerca de 60% da produção de batata e 50% da produção de cevada.

As áreas de grande produção de trigo, batatas e cevada da ex-URSS se tornariam mais secas e quentes. Inversamente, os solos de grandes produtores de arroz como Índia, Indonésia, Bangladesh, Tailândia, Japão, e de parte da China continental ficariam mais úmidos, possibilitando a elevação da produtividade no cultivo deste cereal.

É possível antever a natureza dos problemas

É insensatez imaginar que todas essas mudanças possam ocorrer sem enormes traumas econômicos, sociais e políticos. Embora seja quase impossível estimar, com precisão, a intensidade e a distribuição geográfica desses impactos, pode-se especular com relação à sua natureza.

Apesar da gravidade da ameaça, pouco se fez para enfrentar o problema.

Nas novas regiões áridas, por exemplo, haverá certamente migrações humanas e de animais, em busca de solos férteis. O custo econômico e social deste movimento de populações é imprevisível. Nas novas áreas férteis, por outro lado, ocorreria um período de transição, que poderia revelar-se bastante longo, antes que todo o seu potencial de produção pudesse ser efetivamente explorado. Tempo este necessário não apenas para que as condições mais favoráveis de umidade, por exemplo, produzissem a cobertura vegetal, os microorganismos e a matéria orgânica capazes de elevar a fertilidade natural da terra e de alterar a sua estrutura física, mas também para que ocorressem os deslocamentos de população e se materializassem os investimentos em infra-estrutura indispensáveis ao desenvolvimento da produção no local.

Ou seja, as mudanças climáticas previstas poderão provocar fome, migração e perda de investimento em infra-estrutura nas áreas em processo de degradação agrícola e, ao mesmo tempo, exigir enormes recursos financeiros para desenvolver a infra-estrutura econômica e social e o capital produtivo nas novas áreas férteis. É só pensar nos inúmeros encadeamentos da produção agrícola com outras atividades de serviço, transformação industrial, fornecimento de insumos, infra-estrutura de armazenamento e escoamento das safras, por exemplo, para se ter uma idéia do abalo econômico que os fenômenos climáticos considerados poderiam provocar em certas regiões.

É evidente que a desintegração de alguns dos sistemas agrícolas existentes acarretará enormes custos econômicos e sociais. Em algumas regiões, a disponibilidade de capital, o grau elevado de instrução dos produtores rurais, a diversificação dos cultivos, o conhecimento técnico-científico acumulado e o acervo de variedades de plantas com características variadas, dentre outros fatores, representarão elementos capazes de amenizar o impacto desfavorável das variações climáticas, ou mesmo de superá-lo, sobretudo se a alteração de temperatura for de pequena monta. Em outros casos, contudo, as conseqüências podem ser dramáticas. Segundo os especialistas responsáveis pelo relatório do Grupo de Trabalho 2, do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática, algumas regiões que já são, hoje em dia, áridas e marginais correriam sério risco de não mais oferecer sustento à sua população. Dentre elas, destacam-se áreas extensas e populosas, caracterizadas por elevadas taxas de crescimento demográfico, como o Sahel, o norte e o sul da África, todo o subcontinente indiano, o México, a América Central, o sudoeste dos EUA, partes do leste brasileiro e a zona do Mediterrâneo.

As nações que não dispusessem de recursos para adquirir no mercado internacional os genêros alimentícios necessários ficariam seriamente ameaçadas em sua segurança alimentar. O número de refugiados ambientais aumentaria de forma considerável, gerando conflitos políticos e étnicos. O comércio internacional de produtos agrícolas passaria por um período de turbulência, em função das alterações que aconteceriam no fluxo tradicional de exportações e importações. Perdas e ganhos de comércio poderiam eventualmente se compensar, mas deixariam cicatrizes nas comunidades de produtores agrícolas de vários países.

Trezentos cientistas alertaram o mundo sobre o perigo.

Se a estes efeitos sobre a produção agrícola, somarmos o impacto econômico e social que as mudanças climáticas previstas podem ter sobre a distribuição dos recursos hídricos na superfície terrestre, a disseminação de insetos, vírus e bactérias, o nível do mar, as correntes marítimas e o regime dos ventos, veremos que o homem está a ponto de abrir uma verdadeira "caixa de Pandora" ao tratar o aquecimento global como um problema incerto e remoto. As certezas já existentes bastam para justificar uma ação mais decidida dos governantes. Sobretudo daqueles que, pela importância econômica e diplomática de seus países, desempenham um papel de liderança em escala mundial. A hora de agir é esta, para construir, desde já, o processo de integração de esforços que se faz necessário no plano internacional e para reduzir os custos políticos e sociais das iniciativas futuras.

Uma questão de princípio — I

PEDRO DE CAMARGO NETO

Fator importante da crise que abala a agricultura brasileira tem sido a tão propalada importação de produtos agrícolas com subsídio, os quais comumente ingressam no país sem a necessária imposição da tarifa compensatória. Desde o início do processo de abertura do comércio, em 1990, diversos pedidos de investigação foram submetidos às autoridades pelos produtores rurais por intermédio de suas lideranças mais esclarecidas.

Neste artigo, Pedro Camargo, ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, inicia o relato lúcido dos fatos mais marcantes na luta de meia década travada pelos agricultores junto ao Departamento Técnico de Tarifas (DTT), luta que, a despeito dos inúmeros percalços, tem sido de inestimável valia para barrar o avanço das importações subsidiadas. No próximo número de Agroanalysis *publicaremos a segunda parte do artigo.*

No Brasil se confunde desenvolvimento com industrialização. A política de substituição acelerada de importações, seguida pelos incentivos à exportação de produtos industriais, causou enorme discriminação entre setores econômicos. Os industriais foram incentivados com isenções tributárias e protegidos contra a concorrência externa. Simultaneamente, a agropecuária era penalizada pela estrutura tributária e atacada por importações muitas vezes realizadas pelo próprio Estado.

O resultado não poderia ser outro. O Brasil urbanizou-se rapidamente. O campo suportou as dificuldades, não só por ter enorme potencial de eficiência, mas também em função de programas compensatórios — sobretudo por meio do crédito —, oferecidos a determinados grupos de produtores. A urbanização acelerada contrasta com o empobrecimento de grandes regiões e de suas populações. Este modelo de desenvolvimento, que, como indutor, pode ter mérito, foi levado ao extremo e perseguido por excessivo tempo. Exauriu-se em si mesmo, trazendo a proposta de abertura da economia.

A apresentação da abertura facilitou ao setor rural discutir a sua própria questão. Salvo as exceções que comprovam a regra, a agropecuária sempre esteve, e continua estando, escancarada ao exterior. Foi, porém, com a discussão da abertura para a indústria que se enxergou um caminho para sair do discurso, das reclamações e dos pedidos, em direção a uma ação prática visando alterar a exposição perniciosa ao mercado internacional, o qual, no caso agrícola, é quase sempre distorcido.

Deve-se destacar que, como aliado do interesse equivocado, simplista e nunca tecnicamente provado, porém legítimo, de importações de custo baixo para a alimentação, sempre existiram os interesses ilegítimos de operações de importação de alimentos. As importações dos planos Cruzado em 1986 e Collor II em 1991 foram objeto de comissões parlamentares e de inquéritos policiais. Importadores privados também sempre souberam realizar pressões sobre a fixação das alíquotas de imposto de importação, muitas vezes de maneira ilegítima.

Em 1990 o caso mais evidente de dano era o da pecuária leiteira. Décadas de política pautada por tabelamentos e congelamentos de preços desenvolveram um setor deficiente, onde a crise no abastecimento é mascarada por importações na entressafra. A primeira comunicação escrita à Coordenadoria Técnica de Tarifas foi feita em maio. Reclamamos sobre as importações de leite em pó provenientes da Comunidade Européia. Solicitamos medidas *antidumping*, oferecendo a política de subsídio como argumento. Rapidamente fomos orientados a apresentar uma petição de investigação, dentro da Resolução CPA 00-1227. Pela primeira vez tomamos conhecimento de uma legislação existente desde 1986.

Como conseqüência da Rodada Tóquio, foram assinados documentos sobre a implementação do

art. VI e a interpretação e aplicação dos arts. VI, XVI e XXIII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio, conhecidos como Código Antidumping e Código de Subsídios. Em tese, entraram em vigor em 1980. A ratificação pelo Poder Legislativo após grande atraso, certamente causado pela ausência de motivação, pois o Brasil era uma economia autárquica, veio em 1986 por meio dos Decretos Legislativos nºs 20 e 22. Uma indústria fechada não necessitava de instrumentos de proteção contra práticas desleais de comércio. A agricultura, aberta, ignorava até aquela data esse caminho.

A decisão de preparar petição para o leite estava tomada, porém demoramos algum tempo para obter todos os dados. No mês de setembro de 1990 alguns frigoríficos pretenderam importar 80 mil toneladas de carne da Europa. Apesar da insistência dos frigoríficos, o governo, daquela vez, se recusava a importar diretamente. Liberava, contudo, as importações para o setor privado. Uma petição de investigação para a carne passou a ser emergência.

Em outubro protocolamos a primeira petição referente a produto agrícola. Fomos informados que estavam sendo estudados dois outros casos. Um de *dumping* de cimento uruguaio em Porto Alegre e outro de fraldas descartáveis argentinas. Otimistas, acreditamos que realmente entrávamos em uma nova era. A enorme discriminação para com o setor rural iria acabar. A abertura da indústria viabilizaria o fechamento, ou melhor, a abertura ordenada, da agricultura.

A petição, a repercussão na imprensa, a divulgação da legislação que quase ninguém conhecia e o próprio posicionamento do governo, que ficou dividido perante o problema, trouxeram um elemento de dúvida para os frigoríficos importadores. Na eventualidade de a alíquota vir a ser efetivada, mesmo que pequena, o negócio se inviabilizava. Foram 15 dias de tumulto. Nesse meio tempo, o câmbio se alterou. A arroba do boi, que quase havia chegado ao desajustado valor de US$40, passou para menos de US$30. A importação se inviabilizou por si mesma.

Em dezembro de 1990, o Congresso aprovou a primeira Lei Agrícola. Possuía inúmeros pontos confusos. O governo passou a analisar vetos e o setor procurou negociar um acordo. Alguns pontos eram impossíveis de ser resolvidos com o artifício do veto. Foi acordado que o governo vetava e, no mesmo instante, enviava uma medida provisória com uma redação aceitável. A Medida Provisória nº 293, que acabou virando a Lei nº 8.174, passou a complementar a Lei nº 8.171, que contém o corpo da legislação. Seu art. 2º diz: "Os produtos agrícolas que receberem vantagens, estímulos ou subsídios diretos ou indiretos no país de origem, desde que os preços se caracterizem em concorrência desleal ou predatória, terão tributação compensatória, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA)".

No momento em que o governo foi apresentar sua oferta de alíquotas a serem consolidadas junto ao Gatt, chamamos a atenção para o conjunto dos produtos agrícolas que tinham o comércio internacional totalmente distorcido.

Os Decretos Legislativos nºs 20 e 22, suficientes para a proteção da indústria, não eram suficientes para a agricultura. Agora tínhamos também a Lei nº 8.174. Veríamos que continuava insuficiente.

No mês de janeiro de 1991, o governo soltou outro plano econômico, ocasionando um tumulto em todos os mercados, inclusive no da carne. Foi a oportunidade que os frigoríficos esperavam. O governo apresentou a solução para o que foi apresentado como desafio do pecuarista. Importar diretamente 100 mil toneladas de carne e jogar no mercado. Iniciou-se mais uma malfadada operação de importação de boi europeu.

A primeira reunião do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNPA), criado pela Lei Agrícola, foi realizada no dia 8 de março. O primeiro documento entregue ao CNPA foi cópia da petição referente às investigações sobre as importações de carne em andamento na CTT. O CNPA deveria ser ouvido e seu posicionamento, esperava-se, iria tornar obrigatória a decisão de tributar a carne importada.

Foi o tema que maior tempo tomou nas primeiras reuniões do CNPA. Constou, de alguma forma, de todas as reuniões. A questão do que representava concorrência desleal ao produtor nacional foi amplamente discutida. Isto não foi o suficiente para barrar a operação. Foram dois passos para a frente e um para trás.

Recebemos, nessa época, correspondência comunicando o encerramento dos estudos e o conseqüente arquivamento da primeira petição de carne. As razões apresentadas foram: "a não-concretização das importações objeto da queixa; os argumentos da petição não possibilitam concluir positivamente pela existência de dano ou ameaça de dano aos produtores domésticos; as recentes medidas adotadas pelo governo em relação à crise de abastecimento de carnes". Estranha explicação. Misturava a não-concretização da oferta de 80 mil toneladas iniciais com as medidas que trariam a nova oferta de 100 mil toneladas. Tentamos acionar o Judiciário, sem sucesso. Em

abril a Companhia Nacional de Abastecimento assinou contrato com a empresa francesa Socopa International, no valor de US$122 milhões, sem qualquer concorrência ou transparência. Tudo contra a "ganância" dos pecuaristas.

Em março de 1991, protocolamos finalmente petição de investigação de subsídios para o leite em pó da Comunidade Européia. Em junho foi a vez de petição de investigação para as importações de trigo norte-americano. As petições, porém, não caminhavam, pois alegavam que faltava "regulamentação" para os casos agrícolas.

Em julho, o Decreto nº 174 tratou da questão. Também não seria agora. Entendia-se ser necessário uma portaria regulamentando o decreto. Seria a regulamentação da regulamentação de uma legislação que reforçava uma já existente e que se encontrava devidamente regulamentada. Para os produtos industriais, a Portaria CPA 00-1227 era o suficiente.

Em outubro, saíram finalmente as Portarias nºs 974 e 444. Agora não poderiam existir maiores motivos para atrasar as petições de investigação dos casos do leite da Comunidade Européia e do trigo norte-americano.

Um importantíssimo subproduto dos trabalhos para a introdução dos direitos compensatórios foi conseguido nessa época. Ao exigirmos a introdução dos direitos compensatórios, foi caracterizada com fatos a realidade do comércio internacional. Deixou de ser possível ignorar as gritantes distorções. No momento em que o governo foi apresentar sua oferta de alíquotas a serem consolidadas junto ao Gatt, chamamos a atenção para o conjunto de produtos agrícolas que tinham o comércio internacional totalmente distorcido.

Uma vez consolidada no Gatt, a tarifa máxima ficava quase que fixa. Era um caminho de difícil retorno. Caso o Brasil consolidasse tarifas baixas com a idéia de que éramos competitivos, e portanto não precisávamos de proteção, ficaria muito difícil proteger o setor produtivo das distorções do mercado internacional. Outro agravante que tinha se tornado mais evidente era a dificuldade de utilizar o instrumento do direito compensatório. A tarifa normal não precisava de justificativa em fórum internacional. Era uma decisão nacional e ponto.

As discussões na Rodada Uruguai do que era ou não suscetível de ser protegido pelos direitos compensatórios, os *countervailables*, também mostravam a necessidade de estarmos preparados para enfrentar eventual decisão da rodada que impedisse ou dificultasse a aplicação dos direitos compensatórios. Existia uma interpretação de que o novo acordo da rodada poderia impedir que o Brasil se protegesse de importações com o instrumento de direitos compensatórios.

A Comunidade Européia certamente não esperava a imposição de direitos compensatórios, pois era a primeira vez que o Brasil fazia isto.

O governo apresentou como proposta de consolidação tarifas entre 40 e 50%, para esses casos. Foi uma vitória que passou despercebida da grande maioria. As petições de investigação foram certamente essenciais para isto. Continuavam engavetadas no fim de 1991, mas já haviam produzido algum resultado.

A pecuária leiteira passou a cobrar uma solução para o processo do leite em todos os momentos e locais. Em março de 1992 saiu a circular formalizando o início das investigações para o caso do leite da Europa. Finalmente, a primeira medida concreta oficial, introduzindo uma proteção contra concorrência desleal de produto importado com preço distorcido por subsídio de governo estrangeiro. Em abril saiu a portaria estabelecendo direitos provisórios.

Apresentamos em junho uma petição de investigação contra o leite em pó norte-americano. EUA e Comunidade Européia tinham uma história de se alternarem no abastecimento suplementar nefasto para o Brasil. No Plano Cruzado, tinham sido importações norte-americanas que haviam viabilizado um congelamento arbitrário. Barradas as importações de uma fonte, somente os EUA teriam os volumes suficientes para substituírem a Comunidade Européia com igual poder de destruição.

Em contatos com a embaixada daquele país, conseguimos obter a declaração de que a oferta norte-americana se devia unicamente à presença de leite subsidiado da Comunidade Européia. O programa seria destinado a combater os subsídios da CEE, não havendo intenção de afetar o mercado doméstico do Brasil. Todo mês de janeiro, o USDA informa sua oferta de subsídio para os diversos países. O Brasil havia sido o segundo país em volume no ano de 1992 e não constou da lista em 1993. Não havia mais subsídio disponível para as exportações para o Brasil. Foi uma petição que deu certo sem qualquer circular ou portaria.

A Comunidade Européia certamente não esperava a imposição de direitos compensatórios, pois era a primeira vez que o Brasil fazia isto. Também não é usual países em desenvolvimento enfrentarem os países desenvolvidos com este tipo de medida. Posteriormente à imposição de direitos provisórios, a Comunidade Européia acordou, aparentando

estar indignada. Em julho, apresentou reclamação formal junto ao Comitê de Subsídios do Gatt. Iniciou-se o período de tentativa de conciliação.

Em agosto de 1992 foram estabelecidos direitos definitivos sobre as importações de leite da Comunidade Européia. A alíquota foi reduzida de 50,2 para 20,7%. As tentativas de conciliação continuavam frustradas. A Comunidade não demonstrava nenhum interesse em realmente inteirar-se do mérito da petição de investigação. A inexperiência do Brasil, e o próprio tumulto que o país vivia, em plena discussão do *impeachment*, dificultavam um posicionamento firme brasileiro.

Em janeiro de 1993, o Comitê de Subsídios confirmou a instalação do painel de arbitragem. Seria necessário preparar uma excelente defesa. A pecuária leiteira contratou um advogado norte-americano especialista como consultor. A apresentação da defesa brasileira, agora com ampla participação do setor privado, foi concluída a tempo e com um padrão de qualidade muitas vezes superior a tudo que tinha sido feito até aquela data.

Em agosto de 1993, a portaria que estabeleceu direitos compensatórios definitivos nas importações de leite em pó da Comunidade Européia completou um ano. A revisão da tarifa passava a ser possível. Demos entrada em um pedido de revisão da alíquota, limitando-nos a recalculá-la utilizando exatamente a mesma sistemática do governo, pois as importações da Comunidade Européia continuavam chegando, apesar da alíquota de 20,7%. Alterando os valores na fórmula, chegávamos a uma alíquota de 73,4%.

Durante o preparo da defesa brasileira, acabamos informados sobre a tramitação do processo internamente ao governo durante o ano de 1992. A correspondência trocada entre Brasil e Comunidade Européia, as reuniões havidas, as atas do Comitê de Subsídios. O painel não seria sobre o mérito da questão e sim sobre aspectos processuais.

A defesa melhorava a apresentação da argumentação de dano à economia nacional. O difícil era justificar os defeitos na tramitação processual. Não cabe culpar os funcionários. Embora fossem os responsáveis pelo preparo da documentação, é importante relembrar o ambiente político existente na época da emissão da circular e da portaria. O governo não tinha assumido — aliás ainda não assumiu — de maneira clara o cumprimento da legislação referente a direitos compensatórios. Parte da burocracia continua contra. A pressão é sempre grande. Os funcionários não trabalham com a calma necessária para não errar, não esquecer nada, tudo isto quando a aplicação de direitos está sendo feita pela primeira vez.

Décadas de política pautada por tabelamentos e congelamentos de preços desenvolveram um setor deficiente, onde a crise no abastecimento é mascarada por importações na entressafra.

A alegação da Comunidade Européia era o Brasil não ter seguido o rito estabelecido pelo Código de Subsídios. Faltava comunicação. Faltavam dados na circular e nas portarias. A argumentação brasileira era que tudo estivera disponível para a Comunidade, e esta não havia se interessado em conhecer os dados. Caso realmente desejasse inteirar-se dos fatos na fase de consultas, os dados estavam disponíveis. Na verdade, a fase de consultas não existira. Isto não era culpa do Brasil e sim da Comunidade Européia. O Brasil aplicava direitos compensatórios pela primeira vez e já havia declarado que aceitava críticas sobre detalhes da execução, porém o importante, que era o mérito, não podia ser questionado.

O processo de solução de controvérsias do Gatt e, neste caso, do Código de Subsídios mediante painéis não é exatamente um julgamento. A arbitragem produz um relatório com recomendações levadas ao comitê para apreciação. Reagir contra uma recomendação aprovada no comitê leva a um sério desgaste. A recomendação final foi que o Brasil havia aplicado os direitos de maneira incorreta.

Obrigado a retirar a alíquota por subsídios, o governo fixou uma alíquota normal de imposto de importação. Não podendo proteger o setor dos danos decorrentes dos elevados subsídios europeus em função de erros processuais de seus funcionários, garantiu alguma proteção por meio de uma alíquota normal. No dia 4 de agosto de 1994, na mesma página do *Diário Oficial*, uma portaria retirou os direitos por subsídios e outra fixou a alíquota normal em 32%.

Recentemente, o governo ameaçou reduzir a alíquota do leite em pó, juntamente com inúmeras outras, inclusive de leite fluido e queijos. Preparamo-nos para recorrer ao Judiciário, mas felizmente a alíquota do leite em pó foi mantida. Trata-se certamente da exceção à regra.

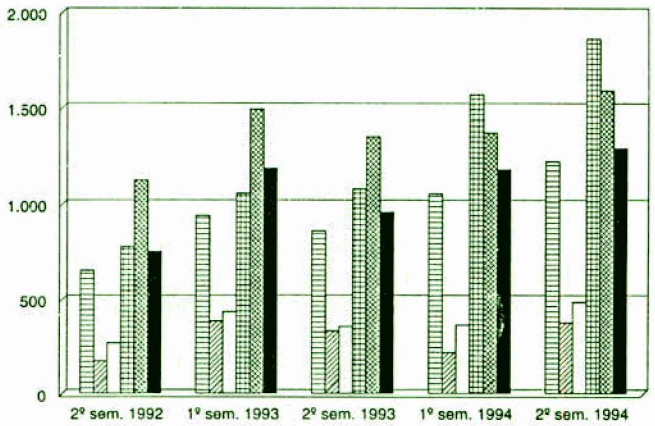
Pedro de Camargo Neto, doutor em engenharia de produção, é coordenador geral do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, ex-membro do Conselho Monetário Nacional e do Conselho Nacional de Política Agrícola.

Preços da terra: desempenho recente

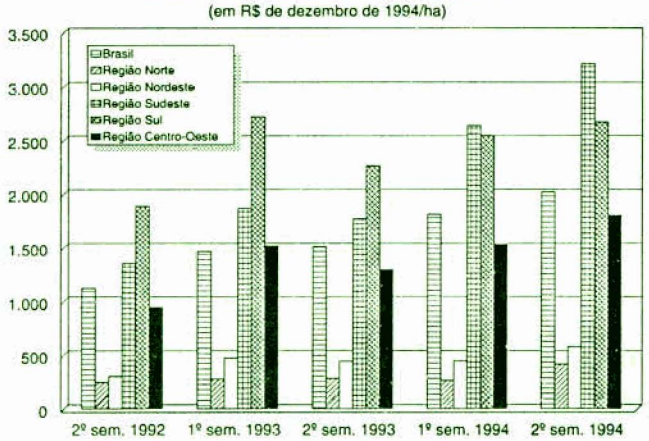
Apesar da estabilização monetária promovida pelo Plano Real, o preço de venda das terras registrou aumento significativo no segundo semestre de 1994, superando inclusive o aumento dos preços recebidos pelos produtores.

O desempenho dos preços da terra em dezembro de 1994 registra uma expansão que varia, já descontada a inflação, de 11%, para as terras de lavouras, a 20%, para as de matas. No mesmo período, os preços agrícolas variaram, em média, 10%. Como já foi dito em *Agroanalysis* (*14*(4), dez. 1994), os preços da terra estão sujeitos a inúmeros determinantes, muitas vezes difí-

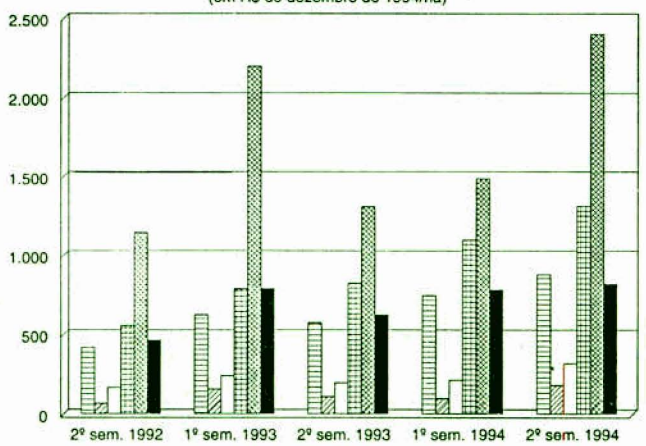
Brasil — vendas de terras: pastagens
(em R$ de dezembro de 1994/ha)



Brasil — vendas de terras: lavouras
(em R$ de dezembro de 1994/ha)



Brasil — vendas de terras: campos
(em R$ de dezembro de 1994/ha)

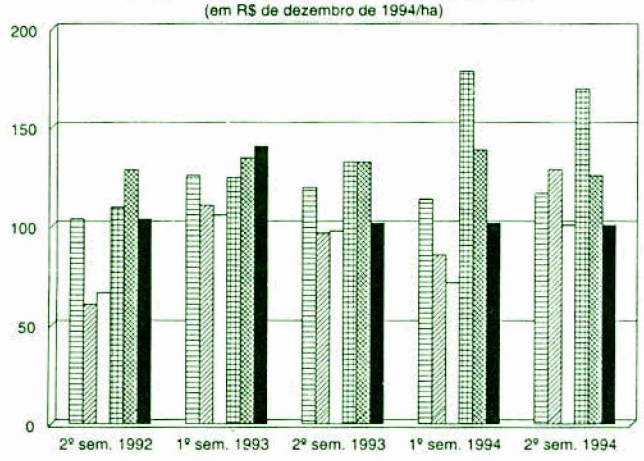


Brasil — preços médios de arrendamentos e vendas de terras
(em R$ de dezembro de 1994)

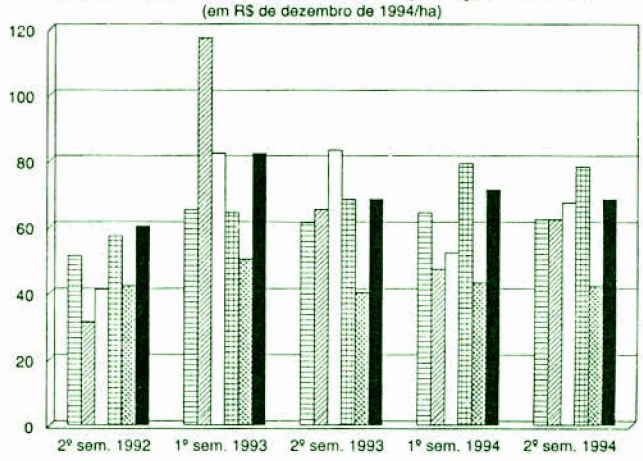
Discriminação	Unidade	1993 2º sem.	1994 1º sem.	1994 2º sem.
Arrendamento				
Lavouras	(ha/ano)	118,58	112,74	116,00
Explorações animais	(ha/ano)	60,57	64,28	62,00
Estada e engorda de animais	(cabeça/mês)	4,74	4,51	4,90
Venda de terras				
Lavouras	(ha)	1.501,72	1.803,45	2.010,00
Campos	(ha)	571,29	741,69	874,00
Pastagens	(ha)	857,53	1.052,14	1.222,00
Matas*	(ha)	...	281,17	467,00

Fonte dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas/IBRE/FGV.
* Exclui as informações relativas ao estado de São Paulo.

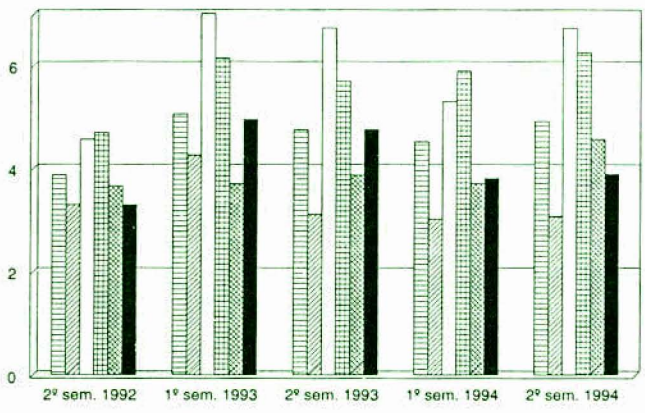
Brasil — arrendamento de terra: lavouras
(em R$ de dezembro de 1994/ha)



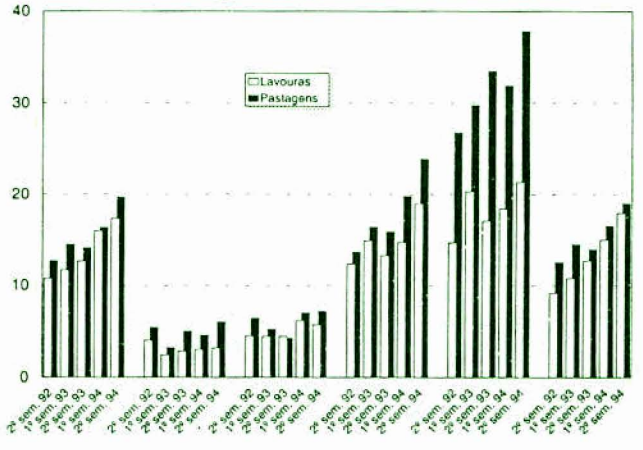
Brasil — arrendamento de terra: explorações animais
(em R$ de dezembro de 1994/ha)



Brasil — arrendamento de terra: estada ou engorda de animais
(em R$ de dezembro de 1994/mês)



Brasil — relação arrendamento/venda de terra



ceis de isolar. Há, contudo, uma unanimidade entre os analistas: a terra é um dos ativos mais seguros em tempos de incerteza.

Apesar do sucesso do Plano Real, a economia brasileira, para não dizer a mundial, tem motivos para procurar opções menos arriscadas: no plano interno, as altas taxas de juros e os sucessivos déficits da balança comercial. No panorama mundial, a crise do México e os mercados de derivativos foram fatores de incerteza quanto às aplicações financeiras.

Embora a pesquisa cujos resultados são agora apresentados tenha sido efetuada no momento em que estes fatos estavam se manifestando, não seria de desprezar a hipótese de que o mercado intuísse motivos de apreensão. Outras fontes, como o Instituto de Economia Agrícola da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, já revelavam a tendência de alta dos preços da terra.

Como também já foi observado, os movimentos dos preços da terra se dão paralelamente, qualquer que seja sua destinação.[1] Os fatores que exercem influência parecem ser bastante independentes da aptidão do solo para tal ou qual atividade.

Enquanto o movimento dos preços de venda da terra se dá em oposição ao movimento dos preços agrícolas, o valor dos arrendamentos, transação que por sua própria natureza está mais relacionada ao comportamento esperado dos preços da produção, teve evolução bem mais moderada.

Em termos regionais as informações também se mostram bastante coerentes. As terras mais caras destinadas à lavoura se localizam nas regiões Sudeste e Sul, onde a urbanização e a intensidade da atividade agrícola tornam o espaço rural mais escasso. O Centro-Oeste tem, na média, preços de nível intermediário e as terras mais baratas se localizam no Nordeste e no

[1] Para maiores esclarecimentos quanto a coleta dos dados e métodos de apuração, ver *Agroanalysis*, *14*(4), dez. 1994.

Norte. No caso das pastagens, no Sul os arrendamentos de terras próprias à atividade têm preço inferior a outras regiões, como o Centro-Oeste, o Nordeste e o Norte.

A comparação entre evolução dos preços de vendas de terra e arrendamentos também mostra outro aspecto interessante. Dada a valorização da terra por motivos alheios ao retorno esperado da atividade produtiva que nela se desenvolverá, arrendar terra para expandir a atividade produtiva está se tornando mais interessante.

Enquanto no segundo semestre de 1992 o preço de compra de um hectare de lavouras, na média nacional, permitiria custear o arrendamento de 11ha, no segundo semestre de 1994 por tal preço poderiam ser arrendados 17ha. No caso de terras para pastagem a relação seria de 12,7ha e 19,7ha, respectivamente.

No plano regional, a relação preço de venda/valor do arrendamento é mais alta no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Já no Norte e Nordeste a vantagem de arrendar terra decresce bastante, uma vez que o preço do hectare para venda equivale ao arrendamento de algo entre 3 e 7ha. A explicação para este fato parece difícil, mas pode-se afirmar que uma das razões seja a qualidade das terras. Pode-se inferir que o produtor rural só estaria disposto a pagar arrendamento se a área objeto da transação tivesse qualidade acima da média e acesso a água, de modo a assegurar com razoável probabilidade o sucesso da exploração. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste uma maior fertilidade média da terra faria com que o valor dos arrendamentos dependesse mais do preço esperado da produção a ser obtida. Há ainda a se considerar que no Nordeste os arrendamentos são destinados principalmente a atividades de maior valor unitário, como frutas para exportação. O esclarecimento destas questões exige novos estudos.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO
ADIB JAMIL AMIN

OVOS

Como expandir o consumo

O debate sobre as possibilidades de haver aumento no consumo de ovos no país reacende à medida que a nova mentalidade do agribusiness permeia todos os setores da produção de alimentos.

Ao apagar das luzes do ano de 1994, a contabilização dos dados da avicultura de postura brasileira mostrou resultados alentadores.

No que diz respeito aos preços recebidos da dúzia de ovos, apesar do avanço de 6% sobre a produção do ano precedente, o preço médio real anual registrado pelo ovo no estado de São Paulo ficou praticamente igual ao valor referente a 1993.

Quanto à lucratividade dos criadores, ela salvou-se devido à contenção dos custos representados pelo preço das rações. Como estas últimas se beneficiaram da oferta relativamente ampla dos insumos milho e soja, o preço relativo médio ovo/ração em 1994 para os avicultores paulistas foi de 1,44. Isto representou 41% a mais que o indicador de 1993 e 25% acima do valor referente ao triênio 1990-92.

Em termos da produção comercial, porém, continuou-se patinando dentro dos limites que vêm sendo observados desde meados da década passada. Obtiveram-se 13,5 bilhões de unidades, número praticamente idêntico à média anual registrada no período 1986-93. O consumo aparente *per capita* ficou em 83 unidades/ano, traduzindo a indigência em que este segmento produtivo se encontra, já que tal indicador acumula queda da ordem de 23% desde 1988.

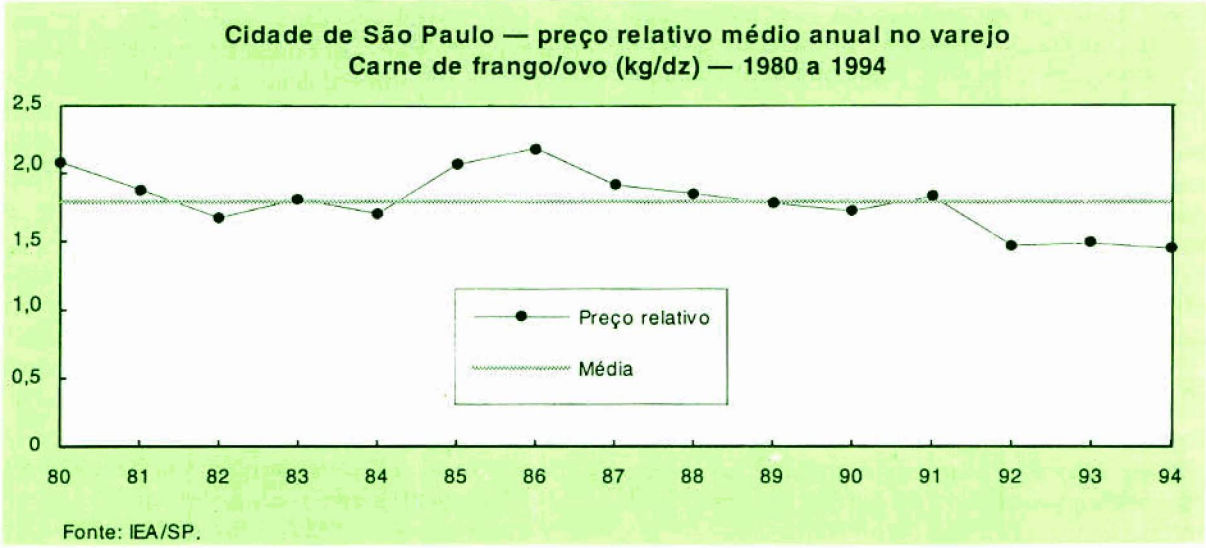
Com o começo do novo ano, reacendeu-se a polêmica a respeito dos caminhos a serem seguidos por esta atividade produtiva, até porque vem-se tornando gritante o distanciamento entre seu desempenho e o da avicultura de corte. Afinal, mesmo que a União Brasileira de Avicultura (UBA) tenha previsto que a produção de ovos em 1995 deve avançar cerca de 10%, ainda assim este nível nada mais significará do que a repetição do patamar registrado em 1988. Enquanto isto, prevê o mesmo órgão que a produção de carne avícola venha a atingir quase o dobro do registrado oito anos antes.

O desenvolvimento, nos EUA, do Simplesse como substituto da gordura animal visou atingir exatamente o nicho de mercado constituído pelos consumidores desejosos de diminuir a ingestão de colesterol.

Os debates a respeito da melhoria futura da avicultura de postura passam, obrigatoriamente, por propostas de expansão da demanda, movimento que foi fundamental para o mencionado avanço da avicultura de corte no país.

Na verdade, se a carne avícola é hoje um sucesso de vendas, a receita deste desempenho compreende tão-somente a conjugação de três fatos.

De um lado, ela dispõe da vantagem de ser encarada como substituto muito mais próximo da carne



bovina do que as outras alternativas protéicas animais (leite e ovos).

Em segundo lugar, a ampla oferta recente de milho e a forte expansão do plantel avícola fizeram com que, desde o início da década, sua produção aumentasse 45% em termos acumulados. Em conseqüência, seu preço médio real no varejo da cidade de São Paulo foi, em 1994, 38% menor do que o de 1990, tornando-se produto mais acessível à população de baixa renda.

Por fim, o acaso também ajudou os produtores de frangos, com a relativamente recente conscientização do público acerca das vantagens nutricionais deste alimento.

Os debates a respeito da melhoria da avicultura de postura passam, obrigatoriamente, por propostas de expansão da demanda.

Analisando-se estes três fatores em relação ao produto ovo, chega-se às seguintes conclusões:

1. Por não ser uma carne, o ovo nunca será considerado tão "nobre" aos olhos do público. Ou seja, por mais que também se trate de uma proteína animal, normalmente a opção pelo seu consumo em lugar de carne implica um sentimento de *downtrading* por parte do consumidor. Em outras palavras, trata-se de produto de baixa elasticidade-renda.

2. Num verdadeiro círculo vicioso, a produção de ovos não tem condições de crescer, na medida em que os produtores não se sentem estimulados a aumentar o plantel porque os preços do produto não são atraentes. Desta forma, a análise do preço relativo varejista *quilo do frango limpo/dúzia de ovos* na cidade de São Paulo mostra que, desde 1992, a favorabilidade tem pendido francamente para o lado da carne avícola. Além do mais, na média dos anos 1990-94, este indicador foi 16% menor do que aquele relativo à década passada. Numa demonstração mais dramática de perda de competitividade, o preço relativo foi, em 1994, 30% menor do que seu patamar de 1980 (o que é plenamente justificável por ter o consumo interno aparente *per capita* de frango evoluído 102% entre os dois anos, contra 9% apenas no caso do ovo).

3. Se as vantagens nutricionais do ovo estão a seu favor, por outro lado a campanha deflagrada desde meados dos anos 70 contra a ingestão do colesterol maculou definitivamente a sua imagem como alimento junto ao grande público. Ressalte-se que muitos destes conceitos estão sendo revistos, a exemplo da reavaliação feita pela American Heart Association quanto ao conteúdo de colesterol por unidade do produto (os 274mg por ovo grande e inteiro aceitos até então foram reduzidos em novas análises laboratoriais para 213/220mg).

De uma forma sumária, pode-se dizer que o produto ovo vê-se numa armadilha. Isto porque os consumidores de menor poder aquisitivo, que passam ao largo de considerações sobre o teor de colesterol nos alimentos, estão sempre buscando trocá-lo pela carne, por ser esta última considerada alimento mais nobre. Por outro lado, junto aos consumidores de renda mais alta o ovo tem apelo reduzido, não só devido a sua baixa elasticidade-renda, como também por este público ser mais crítico no que diz respeito à ingestão de colesterol.

Resta, portanto, a pergunta: como gerar um aumento da demanda do produto?

A resposta parece residir na experiência já vivida pelo setor em outros países e que se divide em dois flancos. O primeiro seria o estímulo ao consumo de alimentos em cujo processo de produção o ovo seja um dos componentes. Isto porque as necessidades dos consumidores vêm mudando gradualmente, dis-

pondo-se de cada vez menos tempo para o preparo de alimentos. Assim, adquiri-los prontos ou semi-elaborados tem-se revelado uma necessidade no dia-a-dia.

Dois bons exemplos deste caso seriam as indústrias de maionese e de massas alimentícias. O fato de serem as maiores adquirentes isoladas do ovo industrializado no Brasil deixa claro que foi a praticidade de seus produtos que lhes garantiu posicionamento consagrado junto aos consumidores.

O desenvolvimento de novas alternativas de alimentos que usem o ovo em sua composição tem esbarrado em alguns entraves, como o custo adicional da pré-adição do ovo.

A segunda alternativa diz respeito ao desenvolvimento de produtos substitutos do ovo inteiro destinados ao consumidor desejoso de diminuir sua ingestão de colesterol. No caso, o desenvolvimento, nos EUA, do *Simplesse* como substituto da gordura animal visou atingir exatamente este nicho de mercado.

Produzido pela firma norte-americana Nutrasweet Company, trata-se de produto composto por clara de ovo e leite desnatado (ou soro de leite). Utilizado na elaboração de sorvetes, iogurtes e queijos, o *Simplesse* reduz o poder calórico dos alimentos em 50-80% e o teor de gordura em 85-97%.

A utilização do ovo industrializado como insumo na indústria alimentícia dá-se com o produto sob a forma líquida ou desidratada (em pó). Embora não existam dados oficiais, há o consenso de que a produção anual brasileira do ovo industrializado esteja estabilizada em aproximadamente 30 mil toneladas (medidas em ovo sob a forma líquida). Destas, 60% permanecem na apresentação líquida, enquanto os 40% restantes são desidratados.

Apenas quatro empresas dominam o processo no Brasil: Sohovos, Ito, Cotia e Distribuidora Nacional de Produtos Alimentícios (Dinapro). Elas se localizam no estado de São Paulo, sendo que as três últimas detêm estrutura verticalizada de produção, possuindo desde as poedeiras até a venda do ovo industrializado.

Na busca da expansão do consumo do ovo industrializado, a indústria brasileira dá atendimento às necessidades de alguns nichos de seu mercado. Exemplo desta estratégia foi a elaboração, por parte da Sohovos,[2] de clara em pó com características especiais para o uso em alimentos aerados do tipo *marshmallow*. Da mesma forma, a empresa oferece aos fabricantes de macarrão uma variedade de ovo industrializado com maior teor de clara em sua composição, o que gera melhoria na qualidade da massa.

Também têm sido notados internamente os primeiros esforços no sentido de atender aos consumidores de maior poder aquisitivo, que se preocupam em diminuir a ingestão de colesterol. Para isso, vem sendo testado no mercado varejista produto elaborado à base de clara de ovo e outros componentes, e cujo objetivo é substituir o ovo inteiro no preparo de receitas caseiras.

Por outro lado, o desenvolvimento de novas alternativas de alimentos que usem o ovo em sua composição tem esbarrado em alguns entraves. Um deles é a desvantagem que representa o custo adicional causado pela pré-adição do ovo: os consumidores finais tendem a comparar o preço final (mais alto) destes produtos ao de produtos concorrentes que não contem com este ingrediente (caso típico das massas para bolos).

Não é por menos que os fabricantes do ovo industrializado têm procurado explorar o filão representado pelos consumidores institucionais, visando especialmente as cozinhas industriais. Neste caso, as necessidades específicas em termos de produtos, embalagens e distribuição têm sido objeto de estudo, sempre em sintonia com os pareceres dos profissionais da área de nutrição.

IRENE RAGUENET TROCCOLI

[2] Empresa responsável por pouco mais da metade da produção brasileira de ovos industrializados.

ARROZ

Crise na comercialização do arroz gaúcho

A safra gaúcha, a mais importante do país, encerrou-se em maio em meio a uma séria crise no setor rural, afetado pelo elevado grau de endividamento dos produtores no estado e pelos baixos preços do produto no mercado.

A área cultivada no Rio Grande do Sul deverá totalizar 982 mil hectares, proporcionando uma produção em torno de 4,89 milhões de toneladas, de acordo com as últimas estimativas do IBGE. Nas cinco grandes regiões produtoras do estado, Litoral Sul, Litoral Norte, Depressão Central, Fronteira Oeste e Campanha, a produtividade física ultrapassou 5 mil kg/ha. O clima foi muito favorável à

lavoura (altas temperaturas, excelente radiação solar) e, de acordo com o Instituto Rio-Grandense do Arroz (Irga), o uso intensivo de variedades melhoradas tem permitido a obtenção de resultados comparáveis aos das lavouras dos países de Primeiro Mundo. Segundo o Irga, cerca de 75% da área total cultivada no estado são plantados com variedades lançadas por esta instituição.

De antemão já se esperava uma comercialização difícil. A safra brasileira é cheia e as facilidades com as importações no ano passado delinearam um quadro de abastecimento folgado, forçando os preços para baixo. Outros fatores se somaram para compor um quadro de comercialização especialmente desfavorável para o produtor rural: as altas taxas de juros desestimulam a formação de estoques e a situação de desproteção do setor agrícola devido ao endividamento e à escassez de recursos para comercialização torna a posição dos agricultores francamente vendedora, ante a necessidade de quitação das dívidas mais imediatas.

Preços baixos em 1995

Arroz — Rio Grande de Sul — preços recebidos pelos produtores 1992/95 — R$/saca 50kg

Mês	1992	1993	1994	1995
Jan.	14,96	15,64	16,4	11,33
Fev.	16,47	13,13	14,09	10,18
Mar.	13,99	12,33	12,54	9,01
Abr.	16,38	11,69	12,11	8,00
Maio	13,49	12,01	13,45	
Jun.	15,5	12,28	14,89	
Jul.	13,6	12,37	11,57	
Ago.	15,47	14,76	11,2	
Set.	16,83	14,57	11,58	
Out.	15,57	14,53	12,37	
Nov.	14,52	15,04	11,55	
Dez.	16,14	16,55	11,48	

Obs: Com relação à metodologia de correção dos preços, ver *Agroanalysis 14*(1), set. 1994.

A retração dos varejistas com relação a efetuar compras em volumes maiores, em virtude da forte pressão de venda no mercado e da redução conjuntural no consumo durante o mês de abril, contribuiu ainda mais para agravar a situação dos produtores rurais. A necessidade de cobrir os custos emergenciais da colheita, tais como pagamento de pessoal, óleo diesel, fretes, peças para as máquinas etc., levou os agricultores a entregar parte de sua produção a preços muito desfavoráveis. As dívidas com fornecedores de insumos e bancos também pressionaram os produtores, que, em abril, chegaram a entregar o arroz a preços inferiores a R$7,00/saca de 50kg.

Segundo a agência Safras e Mercado, os baixos preços do arroz têm levado os varejistas a se interessarem por marcas de maior renome no mercado, que vêm sendo utilizadas com o objetivo de atrair os consumidores para as lojas (como se sabe, o arroz é um produto chamariz, ou seja, a margem de lucro para o varejista é pequena, mas este o utiliza para levar os consumidores aos supermercados e assim aumentar as vendas dos produtos de maior valor agregado). Estas promoções têm favorecido as empresas detentoras de marcas mais conhecidas, em detrimento das desconhecidas, as quais se vêem obrigadas a reduzir ainda mais os preços, de forma a se tornarem mais atrativas aos compradores.

Um dado impressionante é a concentração da dívida total em um número relativamente pequeno de produtores: cerca de R$805,8 milhões, ou seja, por volta de 70% do total da dívida, correspondem a débitos de 480 grandes clientes (dívidas superiores a R$500 mil).

A complicada situação dos produtores gaúchos chamou a atenção da mídia. Em abril, o Banco do Brasil divulgou os números da dívida agrícola. Haveria cerca de 7 mil ações do Banco do Brasil em todo o estado, totalizando um endividamento de R$1,153 bilhão. As culturas mais endividadas são o arroz e a soja, cujos débitos correspondem a 57,25% e 17,68% do total da dívida, respectivamente.

Um dado que impressiona, no entanto, é a concentração da dívida total em um número relativamente pequeno de produtores: cerca de R$805,8 milhões, ou seja, por volta de 70% do total da dívida, correspondem a débitos de 480 grandes clientes (dívidas maiores que R$500 mil).

De acordo com o Irga, existem em todo o estado cerca de 12 mil produtores de arroz (este é um número estimado, uma vez que nem todos os produtores se cadastram junto ao Irga; algumas entidades associativistas calculam que o seu número possa chegar a até 14 mil). Para se ter uma idéia do peso da lavoura na economia do estado, dos 427 municípios gaúchos, 118 possuem lavouras de arroz, ou seja, o correspondente a cerca de 27% do total de municípios.

Na Fronteira Oeste, importante região produtora do estado e responsável por aproximadamente 17,9% da área colhida na safra 1994/95, a situação dos municípios em função dos baixos preços do produto foi considerada tão crítica que a prefeitura de São Borja decretou estado de emergência, com a finalidade de chamar a atenção dos governos federal e estadual para o problema. A iniciativa foi seguida por outros municípios gaúchos, os quais alegam que a crise na agricultura desencadeou um efeito cascata no comércio das cidades cuja geração de riquezas é fortemente baseada na cultura do arroz, ameaçando desestruturar suas economias.

Com base em dados da Conab, IBGE e Emater, a prefeitura de São Borja estimou o déficit nas lavouras de arroz do município nos períodos 1993/94 e 1994/95. Embora se trate de um dado localizado, sua observação é representativa em função da importância histórica do município na produção rizícola.

As medidas do governo são emergenciais e, portanto, estão longe de compor diretrizes básicas para a gestão do abastecimento do cereal. Hoje, no entanto, se fazem mais do que necessárias.

As medidas governamentais

O mercado aguarda que, com o encerramento da safra em maio/junho e com as medidas governamentais de proteção à comercialização anunciadas, os preços do arroz em casca possam iniciar um período de recuperação lenta e gradual a partir de junho. Em maio, a defasagem dos preços recebidos em relação aos preços mínimos alcançava em média 25%.

As medidas do governo, embora emergenciais e, portanto, longe de compor diretrizes básicas para a gestão do abastecimento do cereal, deverão dar maior sustentação aos preços. A decisão anterior, de obrigatoriedade de pagamento à vista das importações para terceiros países, inclusive daquelas oriundas do Mercosul (Instrução Normativa nº 95/021, de 24 de março de 1995, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo), aliada à elevação da alíquota de importação para 20% (tipo casca) e 22% (beneficiado), deverá desestimular o ingresso de produto importado.

Outra importante medida anunciada pelo governo refere-se à compra de 1 milhão de toneladas de arroz agulhinha em operações de AGF, quantidade correspondente a 20 milhões de sacas do produto. A princípio, será dada preferência a pequenos e médios produtores e arrendatários, num limite de até 25% da produção física de cada um, e prioridade para arrozeiros que não tiverem cobertura da equivalência produto. Este enxugamento na oferta certamente conferirá maior desenvoltura ao mercado, ajudando a reduzir a pressão sobre os preços no primeiro nível da comercialização, que é sem dúvida o setor mais desprotegido em situações de crise.

A orizicultura gaúcha é uma atividade de grande expressão econômica, cujo grau de associativismo é bastante elevado. Bem articulados, os produtores rurais conseguiram obter do governo importantes medidas de suporte, no momento tradicionalmente crucial da comercialização. No entanto, a ausência de mecanismos eficientes e duradouros que equilibrem melhor o jogo da comercialização, quer partam do setor privado, quer do governamental, constitui um enorme risco à estabilidade daquele que é um dos mais amadurecidos sistemas de produção de alimentos básicos no país.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

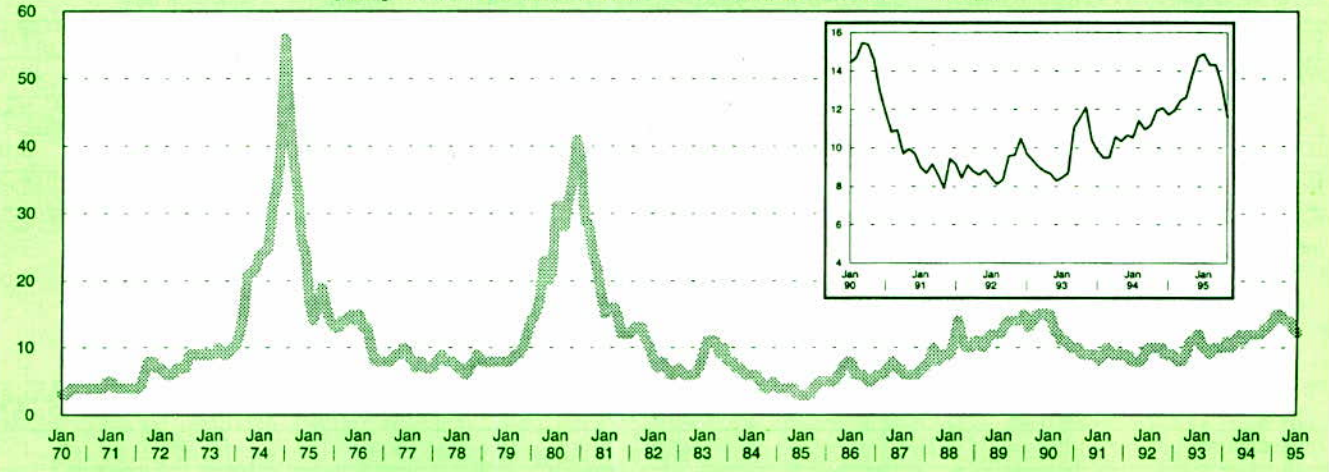
CANA-DE-AÇÚCAR

Avaliação 94/95 e perspectivas 95/96

A safra de 1994 foi marcada por bons resultados na produção de açúcar e elevadas cotações no mercado internacional. Para 1995, aguarda-se mais um aumento de produção. Em contrapartida, os preços internacionais serão menos remuneradores.

Em termos de produção, a recém-concluída safra 94/95 foi marcada por bons resultados. Segundo o último Levantamento Sistemático da Produção Agrícola do IBGE, a área colhida cresceu 13% e a produção, 19%, atingindo a marca recorde de 292 milhões de toneladas. A região Norte/Nordeste, apesar da crise por que o setor vem passando (com sucessivo fechamento de usinas), mostrou significativo aumento de produção e produtividade, apresentando acréscimos de 16 e 31%, respectivamente, na área colhida e na produção. O estado de São Paulo continua sendo, disparadamente, o maior produ-

Série histórica das cotações internacionais do açúcar demerara — preços médios mensais — contrato nº 11 — N. Y.



Fonte: USDA.

tor nacional de cana, açúcar e álcool,[3] embora estados como Paraná e Mato Grosso venham apresentando fortes sinais de incremento nas áreas plantadas de cana-de-açúcar. A taxa média de crescimento da área plantada nestes dois estados, ao longo de cinco anos (1990 a 1994), segundo dados do IBGE, foi de 7,07 e 11,36%, respectivamente, média bem superior à do estado de São Paulo, que foi de 3,99% ao ano.

Quanto à produção nacional de açúcar, mais uma vez a ascensão das cotações internacionais impulsionou as usinas nacionais a fabricarem, na safra 94/95, uma quantidade maior de açúcar em relação à destilação de álcool. Em função deste estímulo via preços, a produção ultrapassou em 27% o total regulamentado pelo plano de safra do ano passado. Foram exportadas, ao longo de 1994, mais de 54 milhões de sacas de açúcar (incluindo demerara, refinado e cristal), tendo sido internalizados aproximadamente US$800 milhões, contra U$43 milhões na safra 93/94.

A produção de álcool hidratado e anidro, que tem os preços controlados pelo governo, fechou a safra 94/95 com um volume ligeiramente superior ao autorizado, 2,32%. A tendência obviamente seria de as usinas optarem pela produção de açúcar em vez de álcool. No entanto, o estabelecimento de cotas pelos planos de safra elaborados junto ao Ministério da Indústria e Comércio de certa forma equaliza um problema que o setor enfrentaria caso todos decidissem produzir açúcar. Segundo estimativas da Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool, se toda a produção brasileira de cana fosse transformada em açúcar, isto resultaria em aproximadamente 25 milhões de toneladas, o que sem dúvida causaria um forte impacto sobre um mercado internacional que atualmente movimenta em média 30 milhões de toneladas de açúcar por ano.

Estados como Paraná e Mato Grosso vêm apresentando fortes sinais de incremento nas áreas plantadas de cana-de-açúcar.

Hoje, o volume de álcool produzido gira em torno de 12,5 bilhões de litros. É o suficiente para abastecer a frota nacional de veículos a álcool, estimada em 4,5 milhões de automóveis. Mesmo com todo o empenho que a indústria automobilística tem mostrado em relação ao retorno da produção dos veículos com motor a álcool, em particular os populares, os dados revelam uma contínua retração na oferta dos veículos desse tipo. Segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Automóveis (Anfavea), em dezembro do ano passado as vendas de carro a álcool não representaram mais que 4% do total das vendas efetuadas no mês, ou seja, 3.664 veículos. No auge do Proálcool, em novembro de 1985, 93% dos carros vendidos eram movidos a álcool.

Açúcar — panorama internacional

As cotações do açúcar no mercado internacional vêm se recuperando firmemente há dois anos. Esta fase, no entanto, pode estar entrando em desaceleração. As

[3] São Paulo responde por aproximadamente 50% da produção brasileira de açúcar, seguido de Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, todos perdendo participação na produção ao longo dos anos. Na produção de álcool (anidro e hidratado), São Paulo é responsável por quase 80% (1993) da produção. A participação do Paraná vem crescendo ano a ano, representando 7% da produção nacional de álcool. A dos estados do Nordeste, que já representou quase 20% da produção nacional, no auge do Proálcool (1986), hoje não passa de 6%.

Balanço da safra 94/95, de acordo com o plano de safra e a safra 93/94

Regiões e unidades da Federação	Safra 94/95			Variações percentuais			
	Açúcar		Álcool	Açúcar		Álcool	
	Sacas de 50kg	Toneladas	Metros cúbicos	Plano safra 94/95	Safra 93/94	Plano safra 94/95	Safra 93/94
Norte/Nordeste	65.076.925	3.253.846	1.555.386	23,13	38,42	9,00	69,64
Pernambuco	26.899.970	1.344.999	400.129	18,40	40,78	8,14	81,01
Alagoas	30.734.867	1.536.743	613.173	40,71	44,84	2,20	48,80
Centro/Sul	168.539.441	8.426.972	11.143.125	29,48	20,26	1,45	7,44
São Paulo	132.417.620	6.620.881	8.706.096	33,90	19,58	1,13	5,16
Brasil	233.616.366	11.680.818	12.698.511	27,64	24,82	2,32	12,49

Fontes: Região Norte/Nordeste: Assucal e Sindaçúcar/PE. Plano de safra 94/95: *Diário Oficial da União*. Região Centro/Sul: Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool (AIAA).

Cai o consumo *per capita* de açúcar

Consumo *per capita* de açúcar refinado nos principais países importadores e exportadores (em kg)

	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94	1994/95
Importadores					
Rússia	40,40	35,80	35,70	35,70	33,40
União Européia[1]	33,71	34,77	34,57	34,14	33,70
EUA	29,40	29,50	29,80	30,00	30,20
Japão	20,70	20,40	19,40	18,50	18,10
China	6,10	6,10	6,10	5,20	5,60
Canadá	38,10	37,70	40,10	42,50	41,20
Coréia	20,70	20,40	19,40	18,50	18,10
Média[1]	17,16	16,95	16,84	16,19	16,11
Exportadores					
Cuba	69,20	80,10	70,80	63,40	58,60
União Européia	33,71	34,77	34,57	34,14	33,70
Ucrânia	51,90	48,20	44,40	42,60	42,60
Austrália	46,80	47,10	49,20	49,60	50,50
Tailândia	19,70	20,30	20,20	20,50	20,90
Brasil	42,60	43,70	43,50	43,20	43,10
China	6,10	6,10	6,10	5,20	5,60
Média[2]	19,96	20,11	19,83	18,85	19,00

Fonte: USDA.

[1] Média ponderada pela população.

[2] Não foi considerado Cuba, pois os dados referem-se a consumo humano e animal.

evidências surgem a partir da análise gráfica da série histórica das cotações internacionais e das notícias sobre as perspectivas de boas safras em grandes países produtores de cana-de-açúcar.

No ano passado, as cotações foram sustentadas basicamente por três motivos: aguardava-se um déficit muito maior para a safra mundial 94/95, que se encerra em setembro; com problemas de oferta e um consumo mundial elevado, esperava-se que a oferta para exportação fosse reduzida; e acreditava-se que grandes compras seriam realizadas pela Rússia e pela China.

Segundo estimativas, o consumo mundial esperado para a safra internacional 94/95 é de 114,1 milhões de toneladas, contra uma produção mundial de 113,6 milhões. Ou seja, um déficit de 500 mil toneladas, menor do que o de 1,2 milhão de toneladas estimado no final do ano passado pelo USDA. Atualmente, em função das expectativas de uma boa safra em países como Brasil, Índia, Tailândia e Austrália, que juntos

respondem por mais de 30% da produção mundial, já se trabalha com a possibilidade de haver um ligeiro excesso na oferta mundial do produto.[4] Além do mais, o consumo *per capita* de açúcar refinado nos maiores importadores mundiais de açúcar vem registrando sucessivas quedas ao longo dos últimos cinco anos, o que revela uma menor pressão sobre o crescimento da demanda mundial.

Quanto às exportações mundiais, o Brasil, junto com Tailândia e Austrália, responde por mais de 40% do total mundial, estimado em 28 milhões de toneladas. Acrescentando-se Cuba e a União Européia, esta participação chega a atingir aproximadamente 70%. Dentro das boas perspectivas dos principais países produtores, o nível das exportações mundiais não deve ser tão baixo, podendo ser contrabalançado pelo aumento no consumo *per capita* de açúcar refinado dos principais países exportadores, que procurarão, desta forma, atender primeiramente aos respectivos mercados domésticos.

As cotações internacionais do açúcar podem estar entrando numa fase de desaceleração.

O suporte que seria dado aos preços pelo movimento de compras de grandes países importadores, como China e Rússia, parecem não estar se concretizando. No caso da Rússia, a economia interna do país ainda apresenta problemas e não há perspectivas de recuperação num curto prazo de tempo. Quanto à China, as grandes movimentações de compra cessaram em função das perspectivas de redução dos preços internacionais.

A pressão do mercado também dependerá da evolução da produção da ilha de Cuba, que perdeu posições no cenário internacional desde que seu setor sucro-alcooleiro entrou em crise, iniciada com o colapso dos acordos preferenciais que o país possuía com o antigo bloco socialista europeu. Em 1989/90, a safra cubana de açúcar chegou a 8,1 milhões de toneladas. No final da safra passada, este valor foi reduzido à metade: 4 milhões de toneladas. Investidores estrangeiros vêm-se interessando pela recuperação da produção canavieira do país, e os analistas estimam que, dentro de cinco anos, os 8 milhões de toneladas possam ser novamente atingidos, fato que sem dúvida afetará o mercado internacional.

As perspectivas para 95/96

Apesar da seca enfrentada nas principais regiões produtoras do Centro-Sul, aguarda-se uma produção de cana-de-açúcar 2,35% maior que a safra passada. Resultado de uma expansão de área em estados como Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul estimada em cerca de 6,58%, 36,95% e 20,54%, respectivamente.

Espera-se que, para esta nova safra, novamente seja produzida uma quantidade maior de açúcar, em relação à destilação de álcool. Com relação às exportações, o Brasil deve manter sua posição de liderança, já que a safra australiana 95/96 foi comprometida por uma forte seca ocorrida no final de 1994. Estas exportações deverão contar com um estímulo adicional, com o avanço promovido pelo governo no processo de desregulamentação do setor sucro-alcooleiro. A partir de junho, as exportações de açúcar deverão estar liberadas, após décadas de intervenção do governo no setor.

Se por um lado, no âmbito nacional, o cenário favorece as exportações brasileiras de açúcar, por outro, a abertura comercial que seria promovida pela liberalizante Rodada Uruguai do Gatt, a contar deste ano, não ocorrerá da forma esperada. Com relação ao mercado norte-americano, por exemplo, ficou acordado que, anualmente, seria garantido um nível mínimo de importações de açúcar em bruto, de 1,139 milhão de toneladas, cujas tarifas de importação seriam mais baixas, de US¢0,625/libra-peso (equivalente a US$13,78/t). Este nível mínimo, no entanto, já vem sendo cumprido desde a Lei Agrícola de 1990. As cotas de importação que ultrapassarem este mínimo serão taxadas em US¢17,62/libra-peso, e sobre estas haverá a redução de 15% por linha tarifária ao longo de seis anos. Ou seja, no ano 2000, o açúcar importado pelos EUA que exceder a cota mínima acordada na Rodada Uruguai será taxado em US¢15,36/libra-peso, ou seja, o equivalente a US$338,63/t.

Devido a exigências ambientais, até o ano 2000 os EUA devem estar consumindo 12 bilhões de litros de álcool.

Quanto ao álcool, muito ainda há que ser feito para retomar o Proálcool. Da forma como foi concebido, o programa é insustentável no que se refere ao subsídio e ao controle governamental de preços. Por outro lado, suprimi-lo significa colocar-se na contramão dos países desenvolvidos, que buscam alternativas energéticas renováveis e menos poluentes. Só nos EUA, devido à nova legislação ambiental de substituição do chumbo tetraetila por álcool, estima-se que serão produzidos, até o ano 2000, 8 bilhões de litros de álcool derivado do milho, total insuficiente para atender à demanda, projetada entre 12 e 15 bilhões de litro/ano. Ou seja, um grande mercado consumidor potencial começa a se formar.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

[4] Outros países, como México, EUA e Paquistão, também apresentam perspectivas de boas safras.

Uma safra cheia de problemas

O plantio de inverno está sendo um dos mais conturbados, com a soma dos tradicionais atrasos nas definições do crédito à incerteza quanto aos compradores do trigo brasileiro, o que também afeta as demais lavouras típicas da época.

As condições em que ficou a triticultura brasileira após a saída do governo federal da comercialização estão entre os temas mais recorrentes nas matérias recentes sobre a agricultura brasileira. Não poderia ser diferente, pois o país passou em pouco tempo da esperança de alcançar a auto-suficiência no abastecimento do trigo à segunda posição entre os importadores mundiais. Tal mudança representa a movimentação de algumas centenas de milhões de dólares (alguns analistas do mercado supõem que o dispêndio com importações, este ano, poderá chegar ao US$1 bilhão) e torna o mercado brasileiro um centro de disputas entre fornecedores europeus e americanos.

A avaliação da situação do plantio de inverno, porém, tem de contemplar outros cultivos, bem menos importantes que o do trigo, mas que são por ele influenciados e possuem alguma relevância regional. Com efeito, há outras lavouras de inverno, como alpiste, aveia, centeio, cevada e triticale, todos cereais, aos quais junta-se o linho e, mais recentemente, foi agregada a canola, variedade geneticamente melhorada da colza (canola é a abreviatura de *Canadian oil low acid*, por seu baixo teor de gorduras polinsaturadas).

No que se refere ao trigo, a principal delas, era claro que o plantio deste ano seria reduzido, em função da "escolha" feita pelos importadores do produto. As alegadas razões de que as variedades desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) visavam tão-somente a produtividade elevada, e não a qualidade, não são inteiramente corretas, pois foram obtidos aqui bons padrões qualitativos. No Paraná, por exemplo, expandiu-se com sucesso o cultivar semiduro BR-18 e, há algumas semanas, foi lançado o BR-40, de potencial ainda melhor. Mesmo havendo amostras de produto brasileiro de boa qualidade, contudo, suas condições de pagamento, quase à vista, impedem-no de concorrer com o trigo importado do Hemisfério Norte, que, além de beneficiar-se frequentemente de subsídios governamentais, pode ser pago em até 180 dias.

É claro que as atuais restrições creditícias também afetam a área de importação e alguns moinhos não estão em condições de efetuar grandes compras. O consumo total, no entanto, continua sendo estimado, ao longo do ano, entre 8 e 8,5 milhões de toneladas. Isto pode levar à compra de cerca de 800 mil toneladas do Canadá (embora o anúncio do governo canadense de que eliminará o subsídio dado aos fretes ferroviários, a partir de 1º de agosto deste ano, possa provocar um desvio do cereal canadense para os EUA, mercado preferencial mais próximo). E, se os EUA decidirem incluir o Brasil entre os beneficiários de seu programa de incentivo às exportações (EEP — Export Enhancement Program), poderão ser compradas mais 500 mil toneladas de trigo norte-americano. Outro fornecedor para os próximos meses poderá ser a Alemanha, cujo trigo já está sendo cotado a US$120/t.

A Argentina, principal fornecedora do Brasil (e que, a partir deste ano, tem no mercado brasileiro seu principal comprador, pois superou o Nafta), vem enfrentando problemas, que não serão resolvidos imediatamente após a reeleição presidencial. Falta liquidez, mas o governo ainda sustenta a moeda nacional, o peso, em seu ortodoxo programa de estabilização. Até fins de abril, o trigo argentino vinha-se desvalorizando e teve seu preço reduzido US$11/t em dois meses, chegando aos US$124/t e ficando abaixo do preço do concorrente canadense. Supõe-se que ficará estável, pois as indústrias estão bem abastecidas até julho, mas é interessante observar que o excedente exportável argentino hoje mal supera as 500 mil toneladas.

Toda a situação do mercado interno brasileiro deriva do déficit no suprimento legado pela safra do ano passado, que totalizou apenas 2,14 milhões de toneladas. O atual plantio resultará na safra que irá abastecer o mercado em 1996. As condições deste plantio, aliás, são as mais precárias.

A nova política agrícola para a triticultura não agradou aos produtores rurais e há tendência generalizada de redução da área cultivada. Anunciou-se que o crédito de custeio será corrigido pela taxa de juros de longo prazo, com juros anuais, até o mês de maio, de 23,6%, o que representa cálculo econômico mais favorável do que aquele feito com a TR. Os valores dos empréstimos serão livremente pactuados entre o agente financeiro e o agente financiado, sem o emprego dos valores básicos de custeio, que sempre estiveram associados à produtividade física das plantações. Os bancos só emprestarão o que tiverem disponível.

O trigo superior, tipo 1, teve o maior preço mínimo, de R$144/t, mas está 27% abaixo do definido para a safra passada, em termos reais. Para o trigo de qualidade inferior, o preço mínimo estabelecido ficou em R$107/t, igualmente defasado em termos reais.

Segundo comentários correntes no mercado, não é cabível a idéia de tornar o trigo brasileiro competitivo com o estrangeiro (os novos preços mínimos aproximam-se dos preços praticados em Kansas City, EUA), porque o cereal de procedência argentina é capaz de chegar a São Paulo por preço inferior ao do trigo para-

naense. Este último, em 1994, teve 60% de sua produção classificada como de tipo superior.

Deste modo, as intenções de plantio são amplamente desfavoráveis. No Paraná, maior estado produtor, foram cultivados 740 mil hectares em 1994 e, para este ano, o Departamento de Economia Rural da Secretaria da Agricultura calcula que serão plantados 650 mil hectares, que equivalem à área colhida no ano passado (13% abaixo da cultivada naquele ano). Há muito desestímulo e, quem não plantar, terá de fazer adubação no verão.

A triticultura desaparece nos estados centrais

Trigo — produção no Brasil — safra 1994

UF	Área colhida (ha)	Produção (t)	Rendimento físico médio (kg/ha)
Paraná	630.314	1.076.388	1.708
Rio Grande do Sul	554.055	806.983	1.456
Santa Catarina	61.055	89.671	1.469
Mato Grosso do Sul	57.924	69.084	1.193
São Paulo	35.350	33.900	959
Minas Gerais	4.680	17.373	3.712
Goiás	4.629	14.549	3.143

Fonte: IBGE.

No Rio Grande do Sul, segundo estimativas do Centro Nacional de Pesquisas de Trigo, da Embrapa, o máximo que se plantará, em 1995, serão 300 mil hectares (no ano passado, foram 554 mil hectares). A situação também é crítica, pois apenas os produtores considerados de primeira linha ainda demonstram interesse no cultivo. Mesmo assim, pretendem plantar, segundo avaliações preliminares, sem adubação, apenas arriscando. Em caso de desempenho positivo das plantações, as lavouras terão maior atenção. Caso contrário, serão transformadas em cobertura verde, para impedir a erosão no inverno, e talvez deixadas para o plantio direto, o que nunca foi feito com o trigo. Já houve anúncio de produtores qualificados que desistirão de produzir sementes certificadas, passando para as comerciais.

Isto mexe com um dos outros cereais de inverno, a aveia, que costuma ter 90% de seu cultivo gaúcho destinado à cobertura verde, mas atualmente está mais cara do que o trigo.

A produção de aveia branca tem seguido tendência oposta à do trigo. De acordo com a Conab, as 37 mil toneladas produzidas em 1977 transformaram-se em 309 mil toneladas, em 1994, com 70% da safra sendo direcionados para as alimentação de eqüinos. O consumo humano, dentro da verdadeira onda mundial de busca de alimentos mais saudáveis, tem crescido rapidamente no Brasil, cujo mercado é dominado pela marca Quaker.

Esta se abastece inteiramente da produção do país. Outras marcas, como Ferla, Maeda, Superbom e Yoki estão no mercado, o que leva a importações dos países do Mercosul. A área de plantio da aveia paranaense deverá aumentar de 60 mil hectares, em 1994, para 75 mil hectares, este ano. Também se expandirá no Centro-Oeste, podendo chegar aos 60 mil hectares plantados no Mato Grosso do Sul, conforme informação de cooperativas locais. Destaque-se que o trigo do cerrado é atividade praticamente em extinção, esperando-se que a extensão ocupada pela triticultura alcance menos de 10 mil hectares naquele estado, que já teve grande expressão como produtor.

No que diz respeito à cevada, espera-se, no Paraná, redução do plantio, que passaria dos 15,6 mil hectares do ano passado para 13,73 mil hectares. No Rio Grande do Sul, é um cultivo diminuto, qualificação igualmente aplicável ao centeio, aliás também no estado do Paraná (que deverá manter sua área de plantio de 580ha).

Outro cereal de inverno que vem-se expandindo é o triticale, híbrido de trigo e de centeio, de que o Brasil é o quinto maior produtor mundial, atrás da Polônia, EUA, França e Alemanha. Sua destinação costuma ser a substituição do milho nas rações para aves, bovinos e suínos, porém, até 1990, a Embrapa o recomendava para a fabricação de biscoitos. Seu emprego na alimentação animal começou a ser recomendado em 1991. Possui um bom nicho de mercado na suinocultura e grandes empresas do subsetor, como a Sadia e a Perdigão, têm-no incentivado em Santa Catarina. Este ano, entretanto, em razão dos preços extremamente baixos pagos pelo milho, devido a sua supersafra, o triticale poderá não crescer.

Um outro produto da estação fria é a canola, citada anteriormente, para a qual se esperava uma evolução favorável, por suas qualidades intrínsecas (dela se extrai o óleo vegetal mais saudável) e pelo encolhimento dos trigais. Estima-se, contudo, que seu plantio prosseguirá este ano com dificuldades. Houve doenças de difícil controle e seu transporte é caro, pois os grãos são muito pequenos e é necessário cobrir de lona os caminhões. Em 1993, o Paraná teve aproximadamente 20 mil hectares plantados com canola, que viraram 15 mil em 1994. Para este ano, não se sabe ainda qual a tendência do cultivo, que nos dois principais produtores, Paraná e Rio Grande do Sul, é feito em pequenas áreas localizadas. A demanda de óleo existe, mas faltam estímulos maiores ao plantio.

O número de agricultores que querem fazer algo no inverno para a produção animal aumenta, e há desistência dos cereais para o consumo humano, substituídos por pastagens.

É importante lembrar que o atraso na definição das regras para a safra somou-se ao pano de fundo da retração da triticultura, criando uma impossibilidade de reversão das tendências de novo retrocesso no plantio do trigo.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

ÍNDICE FGV/ABAG (IABAG) 1995

Resultados de abril de 1995

Discriminação	Variação %	Ponderação	Influência em pontos de percentagem	
			Iabag	IGP-DI
Total do mês	1,81	100,00	1,81	0,65
Itens do IPA-DI	1,80	68,10	1,23	0,44
Alimentação	3,90	38,26	1,49	0,53
Matérias-primas brutas	-0,90	29,84	-0,27	-0,10
Algodão arbóreo	0.00	0,14	0,00	0,00
Algodão herbáceo	0,73	1,28	0,01	0,00
Amendoim	-14,96	0,13	-0,02	-0,01
Arroz em casca	-5,60	2,23	-0,12	-0,04
Aves	-6,73	1,92	-0,13	-0,05
Babaçu	-2,97	0,07	0,00	0,00
Borracha hévea	0,00	0,12	0,00	0,00
Bovinos	-3,14	6,45	-0,20	-0,07
Cacau	11,20	0,64	0,07	0,03
Café em coco	-1,40	3,62	-0,05	-0,02
Cana-de-açúcar	1,70	4,62	0,08	0,03
Cevada	8,87	0,07	0,01	0,00
Erva-mate (bruta)	-0,95	0,04	0,00	0,00
Fumo em folha	-0,13	0,45	0,00	0,00
Juta	7,99	0,04	0,00	0,00
Leite *in natura*	8,24	3,36	0,28	0,10
Malva	0,00	0,05	0,00	0,00
Soja	-5,58	1,45	-0,08	-0,03
Suínos	-1,78	1,13	-0,02	-0,01
Trigo	-4,03	2,05	-0,08	-0,03
Itens do IPC-BR	1,84	31,90	0,59	0,21
Alimentação	1,30	29,64	0,38	0,14
Gêneros alimentícios	1,25	25,80	0,32	0,12
Adoçantes	1,99	0,48	0,01	0,00
Arroz e feijão	-0,29	0,97	0,00	0,00
Aves e ovos	-3,25	1,19	-0,04	-0,01
Bebidas não-alcoólicas	3,04	1,36	0,04	0,01
Carne bovina	-2,28	2,25	-0,05	-0,02
Carne suína	-3,57	0,14	-0,01	0,00
Carnes e peixes industrializados	0,14	1,34	0,00	0,00
Condimentos	0,86	0,75	0,01	0,00
Doces e chocolates	1,66	0,53	0,01	0,00
Frutas	3,05	3,27	0,10	0,04
Hortaliças	0,98	5,00	0,05	0,02
Laticínios	6,24	3,12	0,19	0,07
Massas e farinhas	2,28	0,71	0,02	0,01
Óleos e gorduras	-0,18	0,73	0,00	0,00
Outros gêneros alimentícios	2,26	0,19	0,00	0,00
Panificados	-0,45	2,32	-0,01	0,00
Pescado	-0,58	0,97	-0,01	0,00
Enlatados e conservas	1,49	0,46	0,01	0,00
Alimentação fora	1,59	3,84	0,06	0,02
Bebidas alcoólicas e fumo	8,93	2,25	0,20	0,07

Iabag — abril de 1995

Em abril o Iabag registrou alta de 1,81%, o que representa 0,25 ponto percentual de diferença em relação a março, quando foi verificada elevação de 1,56%. Os produtos pertencentes ao IPA-DI, com variação de 1,80%, exerceram influência de 67,65%, correspondente a 1,23 ponto, enquanto os componentes do IPC (alta de 1,84%) participavam com 32,35% (0,59 ponto de percentagem). A contribuição do grupo alimentação do IPA (IPA-ALI), que registrou elevação de 3,90%, foi de 1,49 ponto, e a de matérias-primas brutas (queda de 0,89%), de -0,27 ponto. No âmbito do IPC, alimentação, com aumento de 1,30%, foi responsável por 0,38 ponto.

Os itens de maior influência sobre o Iabag de abril, conforme pode ser observado na tabela, foram bovinos, com redução de 3,14%, aves (-6,73%) e arroz em casca (-5,60%), enquanto, em sentido contrário, leite *in natura* aumentou 8,23%, todos esses componentes de matérias-primas brutas do IPA. Pelo lado do IPC, cabe mencionar bebidas alcoólicas e fumo (8,93%) e laticínios (6,24%).

Com referência aos produtos do grupo alimentação do IPA não constantes das tabelas, que somente apresentam o resultado agregado, destacamos aqueles de maior influência no mês de abril: mamão (alta de 23,27%), tomate (62,09%) e banana (25,38%).

Iabag x IGP-DI

Nos últimos 12 meses, a variação acumulada do Iabag alcançou 250,18%, resultado que supera em 21,94% o do IGP-DI (205,17%). Essa diferença nos totais acumulados se formou entre julho e novembro do ano passado, quando as taxas correspondentes ao Iabag, que no primeiro semestre haviam se mantido próximas às do IGP-DI, tornaram-se bastante superiores. Em abril de 1995 o IGP-DI teve elevação de 2,30%, enquanto a do Iabag ficou em 1,81%.

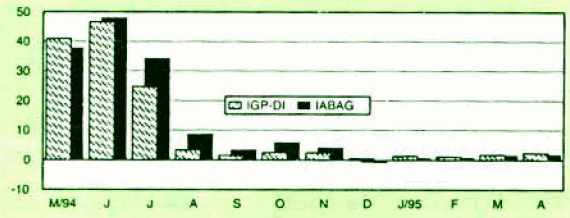
IPA-DI x IPA-ALI

Na confrontação entre o IPA-DI e o IPA-gêneros alimentícios (IPA-ALI), em termos do acumulado nos últimos 12 meses, observa-se que o IPA-ALI, com 310,86%, superou o IPA (189,84%) pela significativa margem de 63,75%. É interessante notar que apenas no período que vai de agosto a novembro de 1994, o IPA-gêneros alimentícios atingiu alta acumulada de 47,4%, contra 11,5% do IPA-DI. Em abril de 1995 a variação do IPA-DI foi de 1,99% e a do IPA-ALI chegou a 3,90%.

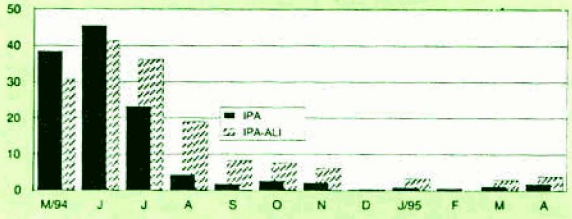
IPC x IPC-ALI

Enquanto a variação acumulada do IPC no período de 12 meses concluído em abril alcançava 246,49%, a do IPC-alimentação chegou a 245,19%, ou seja, os produtos da área de alimentação evoluíram de forma praticamente igual ao conjunto de bens e serviços integrantes do IPC, ao contrário, por exemplo, do que ocorre no caso do IPA, no qual os gêneros alimentícios tiveram elevação bem superior à do índice como um todo. Em abril, o IPC teve alta de 2,90% e o IPC-ALI, baixa de 1,30%.

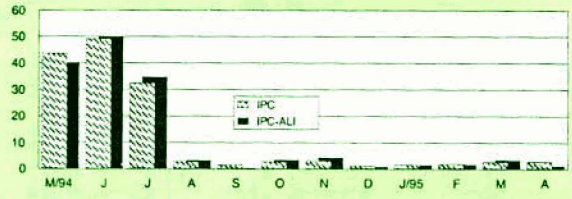
Variação mensal IGP-DI x Iabag



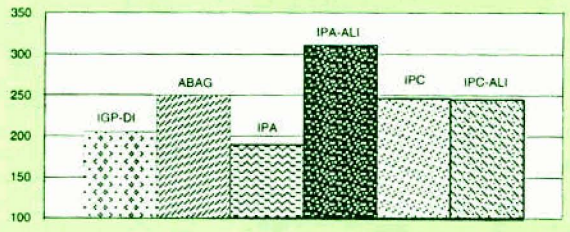
Variação mensal IPA x IPA-ALI



Variação mensal IPC x IPC-ALI



Variação acumulada — maio.94-abr.95



Iabag — estrutura

O Iabag é constituído por itens pertencentes ao índice de preços por atacado-disponibilidade interna (IPA-DI) e ao índice de preços ao consumidor (IPC). Em termos de grandes grupos, os integrantes do IPA-DI classificam-se em alimentação e matérias-primas brutas, e os produtos e serviços do IPC, em alimentação (gêneros alimentícios e alimentação fora) e bebidas alcoólicas e fumo.

A ponderação, ou seja, a importância relativa de cada componente do Iabag, assim como sua influência no índice, que resulta da conjugação do peso e da variação de preço ocorrida no mês, constam da tabela.

RUBENS ABDELHAY

IBGE — SÍNTESE ESTATÍSTICA

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	1990		1991		1992		1993		1994*	
	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área
Abacaxi	736	33	779	34	809	36	818	38	975	44
Algodão em caroço	1.821	1.895	2.076	1.830	1.885	1.878	1.135	1.060	1.363	1.184
1ª safra	38	512	39	345	22	284	8	137	17	121
2ª safra	1.783	1.383	2.038	1.484	1.863	1.594	1.127	922	1.346	1.063
Alho	71	17	85	19	78	17	87	17	85	18
Amendoim em casca	137	87	139	88	171	100	150	85	159	91
1ª safra	–	–	–	–	–	–	120	64	124	67
2ª safra	–	–	–	–	–	–	30	21	35	24
Arroz em casca	7.419	3.945	9.496	4.127	9.962	4.687	10.143	4.421	10.538	4.433
Aveia em grão	178	193	228	263	295	284	261	266	255	281
Banana	550	487	553	490	561	516	559	521	577	519
Batata-inglesa	2.219	158	2.265	161	2.421	172	2.360	162	2.440	170
1ª safra	–	–	–	–	1.406	–	1.285	92	1.330	97
2ª safra	–	–	–	–	699	–	724	54	793	58
3ª safra	–	–	–	–	317	–	350	15	317	15
Cacau	355	664	320	667	328	731	340	733	329	699
Café em coco	2.926	2.906	3.051	2.767	2.587	2.498	2.555	2.257	2.613	2.108
Cana-de-açúcar	262.605	4.271	260.839	4.211	271.432	4.201	244.303	3.863	290.211	4.347
Castanha de caju	108	583	186	645	108	695	62	689	127	627
Cebola	887	74	879	76	886	75	927	72	1.021	82
Centeio em grão	5	4	6	5	7	7	5	6	4	4
Cevada em grão	157	105	111	97	128	67	110	67	101	55
Coco-da-baía	734	214	849	228	879	236	823	228	902	233
Feijão em grão	2.219	4.680	2.749	5.443	2.795	5.142	2.480	3.886	3.333	5.470
1ª safra	–	–	–	–	1.553	–	1.343	2.324	1.638	2.928
2ª safra	–	–	–	–	1.019	–	854	1.356	1.401	2.317
3ª safra	–	–	–	–	228	–	283	207	294	224
Fumo em folha	444	272	413	286	577	343	657	372	536	338
Guaraná	2	11	2	7	2	7	2	7	2	7
Juta (fibra)	4	3	3	3	3	3	4	3	2	2
Laranja	87.531	910	94.512	981	98.286	987	93.855	799	87.231	896
Maçã	2.718	22	2.633	26	2.997	24	3.493	26	3.709	27
Malva (fibra)	19	21	12	13	19	16	17	11	16	10
Mamona	148	290	129	233	102	175	42	140	54	107
Mandioca	24.285	1.934	24.531	1.943	21.918	1.826	21.865	1.813	24.634	1.857
Milho em grão	21.341	11.389	23.739	13.110	30.557	13.389	30.004	11.868	32.394	13.755
1ª safra	–	–	–	–	29.096	–	27.739	10.747	30.069	12.333
2ª safra	–	–	–	–	1.460	–	2.266	1.121	2.325	1.422
Pimenta-do-reino	75	33	84	37	33	29	41	23	35	21
Rami (fibra)	10	7	8	6	7	5	7	5	4	3
Sisal (sisal)	185	249	234	300	204	264	126	179	132	165
Soja em grão	19.888	11.481	14.938	9.618	19.185	9.436	22.558	10.627	24.963	11.523
Sorgo em grão	236	138	254	172	285	159	251	125	289	151
Tomate	2.255	61	2.339	61	2.133	52	2.340	53	2.703	62
Trigo em grão	3.093	2.681	2.921	1.995	2.796	1.958	2.153	1.462	2.182	1.368
Uva	786	57	618	57	799	60	786	60	805	59
Total	–	49.878	–	49.997	–	50.073	–	45.945	–	50.713

Fonte: IBGE, Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (janeiro de 1995).
* Dados sujeitos a revisão.

Confirmam-se os resultados da safra de verão

À medida que a colheita se aproxima de sua conclusão, as estimativas do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do IBGE, passam de previsões a resultados verificáveis. E estes confirmam o que se vinha antecipando. A safra colhida em 1995 deverá superar o recorde de 1994.

A expansão da produção ainda se deve ao aumento do rendimento físico da atividade. A área colhida variou apenas 0,5%, mantendo-se no patamar dos 48 milhões de hectares. Entre as lavouras com mais peso no produto setorial, destacam-se aumentos nas safras de algodão (12%) e milho (8,5%). A produção de arroz cresceu 6,7%; a de soja, quase 3%. Dos produtos da cesta básica, as colheitas de feijão (-7%) e cebola (-11%) deverão registrar declínio.

No momento a grande preocupação é a safra de inverno, cujo plantio está se iniciando. A crise da política agrícola e o declínio da renda dos produtores rurais — conseqüência dos baixos preços recebidos nesta safra — indicam que o plantio de trigo deverá ser bastante reduzido. Do ponto de vista do abastecimento interno isto não deveria criar grandes complicações, já que este é um produto tradicionalmente importado a um preço inferior ao do custo do produto nacional. Contudo, o panorama atual é bem preocupante: problemas climáticos têm atrasado o plantio da safra norte-americana e as importações chinesas se encontram em expansão, o que pode resultar em substancial aumento dos preços mundiais. Não se deve, também, esquecer que a produção da Argentina, principal fornecedor do mercado brasileiro, da ordem de 11 milhões de toneladas, indica, segundo o USDA, uma disponibilidade de 6,4 milhões de toneladas para exportações. O consumo interno brasileiro gira em torno de 8 milhões de toneladas.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO

Produção anual das lavouras (em 1.000t) e área (em 1.000ha)

Discriminação	Área			Produção		
	Informantes	1994	1995	Informantes	1994	1995
Abacaxi	99,79	43,48	44,98	99,95	973,11	983,00
Algodão em caroço: arbóreo	100,00	121,10	107,86	100,00	16,90	19,59
herbáceo	99,83	1.058,44	1.163,90	9.991,00	1.349,09	1.513,08
Alho	31,84	5,62	4,92	31,49	26,74	22,45
Amendoim em casca: 1ª safra	100,00	66,98	67,89	100,00	124,31	124,62
2ª safra	100,00	24,09	23,95	100,00	34,54	34,52
Arroz em casca	99,70	4.401,75	4.330,03	97,32	10.460,07	11.155,78
Banana	97,36	503,68	500,93	97,32	559,94	561,95
Batata-inglesa: 1ª safra	100,00	97,91	98,70	100,00	1.357,46	1.419,54
2ª safra	100,00	58,77	59,10	100,00	805,05	849,79
3ª safra	54,51	7,94	7,94	54,38	172,50	172,50
Cacau	99,69	697,13	692,13	99,83	330,81	330,64
Café em coco	91,22	1.916,35	1.891,53	93,73	2.453,42	2.276,42
Cana-de-açúcar	99,93	4.346,03	4.390,41	99,96	291.846,02	295.737,65
Castanha do caju	100,00	627,56	645,80	100,00	126,25	177,47
Cebola	100,00	81,48	73,14	100,00	1.018,84	901,27
Coco da baía	100,00	232,37	235,54	100,00	902,13	917,04
Feijão em grão: 1ª safra	100,00	2.922,27	2.710,54	100,00	1.677,32	1.480,72
2ª safra	92,47	2.144,64	2.082,43	93,64	1.307,17	1.277,95
3ª safra	43,97	99,94	99,67	31,44	93,51	92,81
Fumo em folha	95,90	325,25	292,35	97,93	532,36	482,03
Guaraná	7,49	0,54	0,55	9,75	0,20	0,23
Juta (fibra)	8,49	0,15	0,10	8,38	0,19	0,13
Laranja	99,89	886,02	876,22	99,08	86.314,00	86.008,15
Maçã	100,00	26,67	26,86	100,00	3.666,84	3.796,48
Malva (fibra)	25,97	2,60	1,68	12,78	2,07	1,26
Mamona	100,00	105,89	82,47	100,00	53,50	52,45
Mandioca	97,78	1.809,20	1.929,31	97,89	23.952,77	25.681,11
Milho em grão: 1ª safra	99,91	12.313,87	12.505,44	99,95	30.156,99	32.413,58
2ª safra	90,53	1.287,66	1.491,47	86,06	1.993,92	2.477,98
Pimenta-do-reino	10,36	2,16	2,07	14,24	5,00	4,16
Sisal (sisal)	100,00	164,79	164,44	100,00	131,42	131,62
Soja em grão	100,00	11.514,43	11.555,06	100,00	24.911,35	25.597,38
Sorgo em grão	71,60	107,64	105,20	72,53	208,97	219,63
Tomate	99,78	61,42	59,08	99,94	2.676,48	2.464,61
Trigo em grão	7,27	97,95	73,43	100,00	120,36	89,16
Uva	100,00	60,10	59,08	100,00	806,68	802,48
Total		48.223,87	48.456,22			

A coluna "informantes" registra a participação das unidades da Federação que informaram a área e a produção de cada produto em relação ao respectivo total do Brasil. Última previsão (abril de 1995).

Mundo — algodão

Embora não seja recorde de baixa, o estoque final estimado para 1994/95 ficará aquém do já reduzido patamar de 1993/94.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Consumo	Importação	Exportação	Estoque final
1991/92	6.043	20.899	18.429	6.384	6.122	8.628
1992/93	8.628	18.023	18.691	5.932	5.546	8.166
1993/94	8.166	16.741	18.601	6.074	5.819	6.448
1994/95	6.448	18.245	18.502	6.462	6.245	6.372

Paquistão — algodão

As exportações paquistanesas em 1994/95 deverão sofrer forte queda, em função do baixo resultado estimado para a produção.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Consumo	Importação	Exportação	Estoque final
1991/92	348	2.177	1.411	18	448	648
1992/93	648	1.540	1.444	17	256	471
1993/94	471	1.368	1.464	63	69	369
1994/95	369	1.350	1.459	119	16	363

China — algodão

Apesar do avanço na produção em 1994/95, a China não deverá abrir mão de quadruplicar suas importações.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Consumo	Importação	Exportação	Estoque final
1991/92	1.384	5.683	4.137	355	131	3.088
1992/93	3.088	4.507	4.681	53	149	2.687
1993/94	2.687	3.745	4.550	176	163	1.829
1994/95	1.829	4.246	4.355	697	87	2.330

EUA — algodão

O forte aumento das exportações norte-americanas estimado para 1994/95 deve-se, em grande parte, às maiores vendas à China, adquirente de 24% do total exportado nos primeiros seis meses desta temporada.

Anos-safra 1991/92 a 1994/95 (em mil t)

Item	Estoque inicial	Produção	Consumo	Importação	Exportação	Estoque final
1991/92	510	3.835	2.093	1	1.447	806
1992/93	806	3.531	2.232	42	1.132	1.015
1993/94	1.015	3.513	2.268	3	1.494	769
1994/95	769	4.283	2.460	20	2.177	435

Obs.: anos-safra começando em 1º de agosto; totais arredondados; estimativas para 1993/94 e 1994/95.
Fonte: USDA/FAS (abril de 1995).

Brasil — índice de preços recebidos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

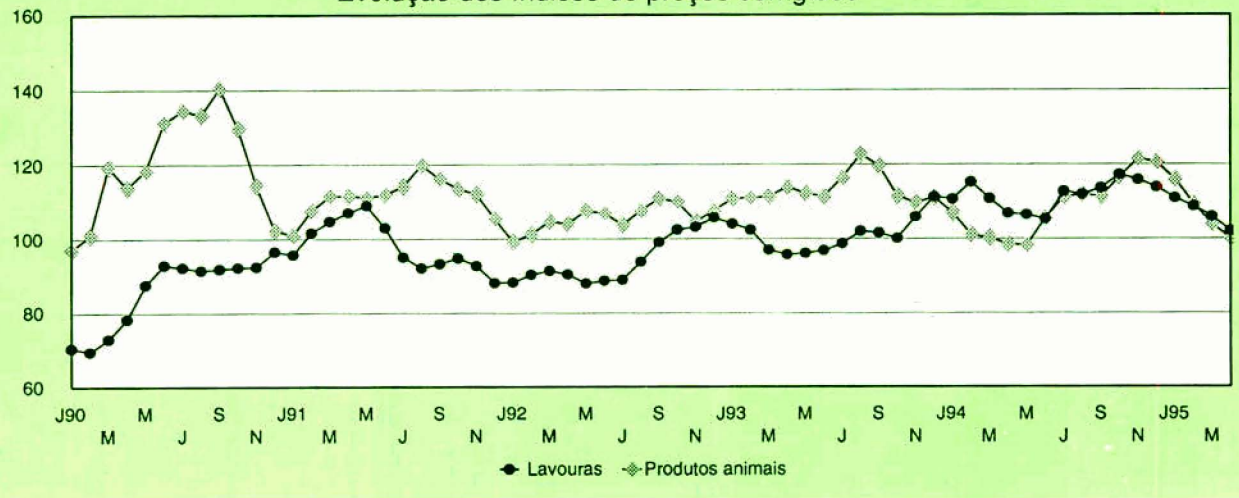
Anos/Produtos	Lavoura	Produtos - PGPM[1]	Demais lavouras	Produto animal	IPR
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
1992	0,11	0,14	0,08	0,12	0,11
1993	2,60	3,21	1,90	2,83	2,67
1994	111,81	120,54	100,94	108,69	110,63
Mar. 93	0,58	0,71	0,43	0,66	0,60
Abr.	0,73	0,91	0,53	0,87	0,77
Maio	0,97	1,21	0,70	1,13	1,02
Jun.	1,28	1,57	0,94	1,47	1,34
Jul.	1,72	2,10	1,28	2,03	1,81
Ago.	2,37	2,89	1,78	2,85	2,52
Set.	3,23	3,97	2,39	3,81	3,41
Out.	4,31	5,33	3,14	4,80	4,46
Nov.	6,24	7,70	4,58	6,47	6,31
Dez.	8,94	11,11	6,47	8,93	8,91
Jan. 94	12,64	15,63	9,23	12,22	12,47
Fev.	18,74	22,30	14,48	16,43	17,88
Mar.	26,10	30,88	20,38	23,58	25,17
Abr.	35,85	40,53	29,94	33,02	34,81
Maio	50,35	53,87	45,59	46,38	48,89
Jun.	72,98	76,82	67,74	73,15	73,04
Jul.	97,45	97,11	97,99	96,12	96,98
Ago.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Set.	103,09	101,39	105,74	101,00	102,36
Out.	109,07	110,51	106,61	108,41	108,85
Nov.	110,43	114,42	104,11	115,87	112,34
Dez.	109,18	114,84	100,50	115,51	111,39
Jan. 95	107,85	113,18	99,64	112,68	109,56
Fev.	106,90	110,41	101,21	107,54	107,19
Mar.	106,08	104,65	107,55	103,85	105,38
Abr.	104,52	101,61	108,37	102,42	103,87

[1] Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Aumento da produção das lavouras e incremento nos abates são fatores que deprimem os preços recebidos pelos agricultores.

Brasil — preços recebidos pelos agricultores

Evolução dos índices de preços corrigidos



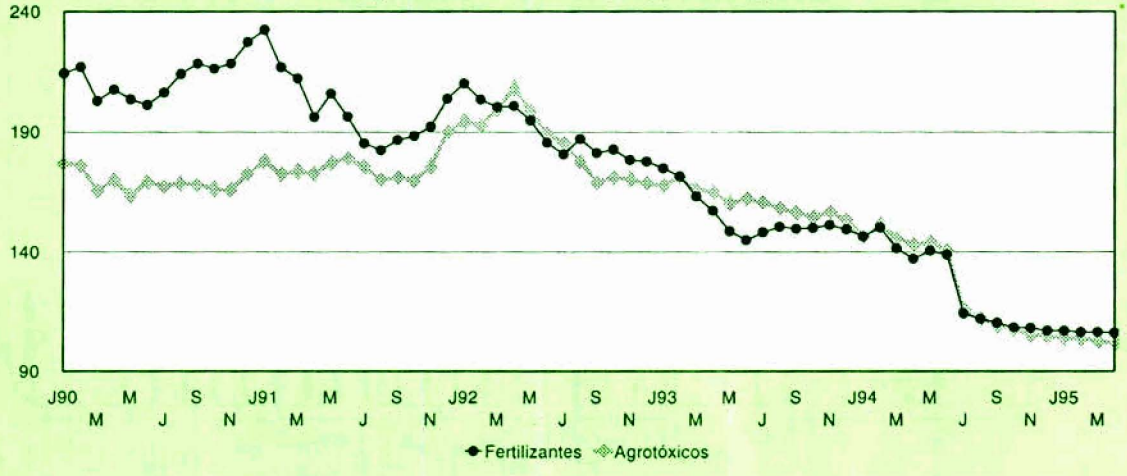
Brasil — índice de preços pagos pelos agricultores — valores nominais (base: agosto de 1994 = 100)

Anos/Produtos	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP-Brasil
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,02	0,02	0,02	0,02	0,01	0,02	0,02
1992	0,18	0,21	0,20	0,22	0,19	0,18	0,20
1993	3,58	3,77	3,92	4,16	4,01	3,70	3,83
1994	127,98	126,23	127,13	128,57	126,95	135,77	128,82
Mar. 93	0,84	0,97	0,99	1,14	0,91	0,98	0,96
Abr.	1,07	1,20	1,26	1,33	1,16	1,16	1,19
Maio	1,36	1,50	1,62	1,62	1,48	1,74	1,55
Jun.	1,86	1,91	2,14	2,19	2,06	2,03	2,01
Jul.	2,52	2,58	2,79	2,74	2,80	2,64	2,66
Ago.	3,41	3,49	3,67	3,91	3,79	3,35	3,57
Set.	4,62	4,76	4,97	5,25	5,11	4,95	4,91
Out.	6,15	6,45	6,65	7,16	6,94	6,40	6,58
Nov.	8,36	8,90	9,22	9,82	9,50	8,62	9,01
Dez.	11,53	11,98	12,27	13,12	13,05	11,18	12,10
Jan. 94	16,42	16,71	16,68	18,30	17,73	17,37	17,15
Fev.	24,39	24,39	24,56	25,33	24,63	24,71	24,63
Mar.	35,35	33,31	34,26	34,00	33,07	33,51	33,83
Abr.	49,18	45,98	48,03	48,16	47,57	46,99	47,43
Maio	67,45	66,39	68,04	63,33	64,88	64,85	65,81
Jun.	93,93	96,20	97,45	89,32	98,18	90,33	94,29
Jul.	97,50	98,63	99,95	96,46	99,93	95,07	97,84
Ago.	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Set.	99,64	100,00	99,18	102,26	100,00	111,17	102,31
Out.	102,53	100,78	99,95	105,58	100,00	122,93	105,70
Nov.	104,79	103,06	100,30	108,17	100,00	134,78	109,20
Dez.	106,71	102,54	100,30	106,99	100,00	149,65	111,99
Jan. 95	106,31	103,89	100,81	108,95	100,00	112,03	115,41
Fev.	105,95	104,45	102,15	110,67	100,00	169,46	116,80
Mar.	106,47	106,42	102,64	114,14	100,00	181,42	120,15
Abr.	106,14	108,58	104,11	115,12	100,00	186,27	121,85

Depois de um longo período de queda, os preços dos insumos modernos registram estabilização. À medida que os preços recebidos declinam, a relação de trocas se deteriora.

Brasil — preços pagos pelos agricultores

Evolução dos índices de preços corrigidos



Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de abril de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Algodão em caroço (kg)	Amendoim em casca (kg)	Arroz em casca (kg)	Banana (dúzia)	Batata-inglesa (kg)	Cacau (15kg)	Café em coco (kg)	Cana-de-açúcar (t)
1990	0,56	0,49	0,29	0,38	0,44	18,78	0,75	16,32
1991	0,58	0,57	0,37	0,39	0,47	21,27	0,71	17,44
1992	0,51	0,40	0,27	0,28	0,31	21,07	0,61	18,11
1993	0,57	0,51	0,27	0,30	0,33	18,62	0,77	16,17
1994	0,53	0,41	0,24	0,34	0,47	17,84	1,22	15,17
Mar. 93	0,69	0,43	0,26	0,28	0,28	16,49	0,77	15,94
Abr.	0,61	0,50	0,24	0,29	0,29	17,38	0,65	16,02
Maio	0,57	0,54	0,24	0,29	0,48	16,52	0,65	15,35
Jun.	0,56	0,53	0,23	0,31	0,60	15,44	0,67	16,00
Jul.	0,54	0,50	0,24	0,35	0,46	18,17	0,74	16,18
Ago.	0,54	0,58	0,26	0,36	0,36	17,25	0,85	16,64
Set.	0,54	0,66	0,27	0,34	0,22	20,93	0,85	16,02
Out.	0,51	0,62	0,28	0,30	0,18	19,96	0,80	16,48
Nov.	0,52	0,55	0,29	0,26	0,24	22,03	0,82	16,97
Dez.	0,52	0,51	0,31	0,26	0,28	24,08	0,84	16,93
Jan. 94	0,53	0,44	0,33	0,28	0,33	20,34	0,81	16,74
Fev.	0,58	0,38	0,28	0,29	0,50	20,16	0,90	18,15
Mar.	0,61	0,40	0,25	0,32	0,50	20,30	0,89	16,96
Abr.	0,61	0,36	0,23	0,32	0,64	19,23	0,94	17,40
Maio	0,64	0,39	0,23	0,34	0,55	21,62	1,22	17,22
Jun.	0,60	0,41	0,23	0,35	0,39	22,73	1,37	17,14
Jul.	0,49	0,37	0,20	0,31	0,37	17,39	1,63	13,75
Ago.	0,46	0,38	0,21	0,36	0,39	16,63	1,49	13,32
Set.	0,45	0,38	0,21	0,36	0,55	15,06	1,52	13,17
Out.	0,45	0,46	0,22	0,37	0,53	13,64	1,43	13,04
Nov.	0,45	0,47	0,21	0,39	0,48	13,66	1,28	12,57
Dez.	0,45	0,46	0,22	0,40	0,42	13,39	1,12	12,63
Jan. 95	0,45	0,43	0,22	0,42	0,42	14,21	1,05	12,27
Fev.	0,45	0,40	0,21	0,41	0,40	14,69	1,08	12,19
Mar.	0,45	0,31	0,18	0,44	0,37	16,67	1,17	11,97
Abr.	0,45	0,34	0,17	0,50	0,33	16,52	1,13	11,60

Por um lado, a queda dos preços da leguminosa tem contribuído significativamente para a queda dos índices de preço ao consumidor; por outro lado, pode provocar prejuízos mais à frente, ao desestimular a expansão das próximas safras. Em 1995, a produção de feijão deverá ser 7% inferior à de 1994.

Brasil — preços recebidos — feijão

(Em R$ de abril de 1995/kg)



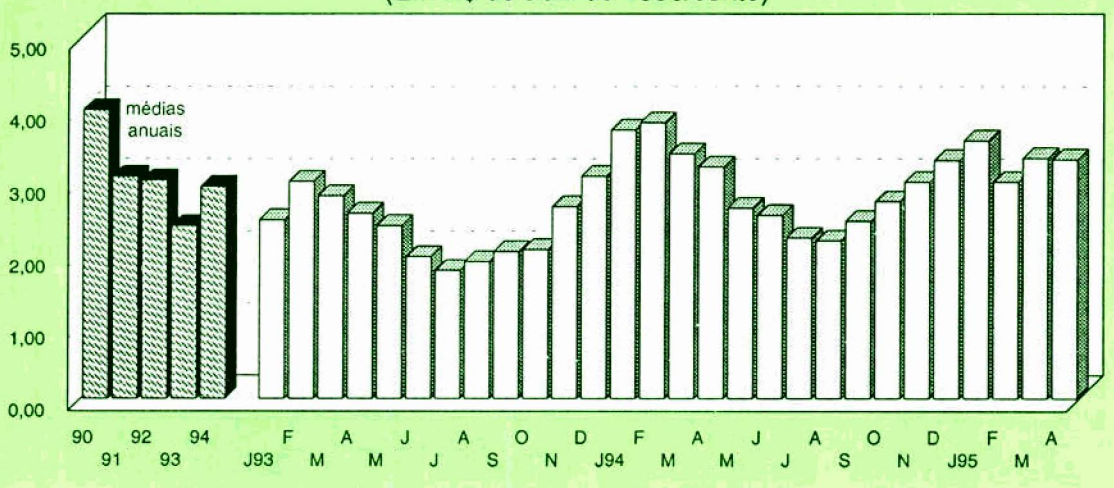
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de abril de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Feijão (kg)	Fumo em folha (kg)	Laranja (cento)	Milho (kg)	Mandioca (raiz — t)	Soja (kg)	Tomate (kg)	Trigo (grão — kg)
1990	0,87	1,92	4,00	0,20	58,02	0,23	0,53	0,19
1991	0,86	2,00	3,08	0,21	69,49	0,29	0,45	0,19
1992	0,67	2,77	3,03	0,19	78,55	0,30	0,42	0,22
1993	0,84	2,48	2,40	0,19	77,94	0,29	0,40	0,21
1994	0,93	1,94	2,94	0,15	50,85	0,24	0,45	0,15
Mar. 93	0,72	2,50	2,81	0,17	90,46	0,28	0,43	0,22
Abr.	0,87	2,58	2,57	0,17	89,73	0,26	0,53	0,21
Maio	0,99	2,53	2,40	0,17	81,44	0,26	0,42	0,22
Jun.	0,94	2,49	1,97	0,17	80,20	0,26	0,53	0,21
Jul.	0,77	2,52	1,78	0,17	75,66	0,31	0,40	0,21
Ago.	0,76	2,37	1,90	0,19	64,85	0,32	0,34	0,21
Set.	0,79	2,34	2,04	0,20	65,87	0,30	0,26	0,19
Out.	0,77	2,38	2,07	0,19	68,76	0,30	0,28	0,19
Nov.	0,90	2,36	2,66	0,21	68,05	0,31	0,31	0,18
Dez.	1,04	2,51	3,08	0,22	68,67	0,32	0,44	0,18
Jan. 94	1,04	2,23	3,72	0,21	67,36	0,31	0,55	0,18
Fev.	1,38	2,22	3,82	0,17	74,00	0,31	0,46	0,17
Mar.	1,69	2,13	3,39	0,16	62,31	0,28	0,46	0,16
Abr.	1,41	2,07	3,21	0,15	51,77	0,26	0,41	0,16
Maio	0,95	2,22	2,64	0,15	44,50	0,26	0,32	0,17
Jun.	0,73	2,26	2,54	0,15	42,74	0,28	0,25	0,17
Jul.	0,65	1,79	2,23	0,13	33,16	0,20	0,24	0,14
Ago.	0,60	1,73	2,19	0,13	42,52	0,19	0,40	0,14
Set.	0,59	1,67	2,46	0,12	43,69	0,19	0,67	0,14
Out.	0,76	1,63	2,73	0,13	43,25	0,19	0,67	0,14
Nov.	0,73	1,64	3,00	0,14	51,05	0,18	0,52	0,14
Dez.	0,65	1,63	3,30	0,14	53,89	0,18	0,42	0,15
Jan. 95	0,59	1,68	3,57	0,13	61,00	0,18	0,28	0,15
Fev.	0,58	1,67	3,00	0,11	63,22	0,18	0,37	0,15
Mar.	0,58	1,64	3,33	0,10	65,29	0,15	0,49	0,14
Abr.	0,55	1,61	3,31	0,10	63,14	0,14	0,58	0,14

Apesar de os preços internacionais do suco de laranja continuarem estagnados, as cotações no mercado interno se mantêm em patamares relativamente satisfatórios. Maior consumo no mercado interno e expectativas de um possível decréscimo do rendimento da fruta, quando do processamento da nova safra, explicam o fato.

Brasil — preços recebidos — laranja

(Em R$ de abril de 1995/cento)



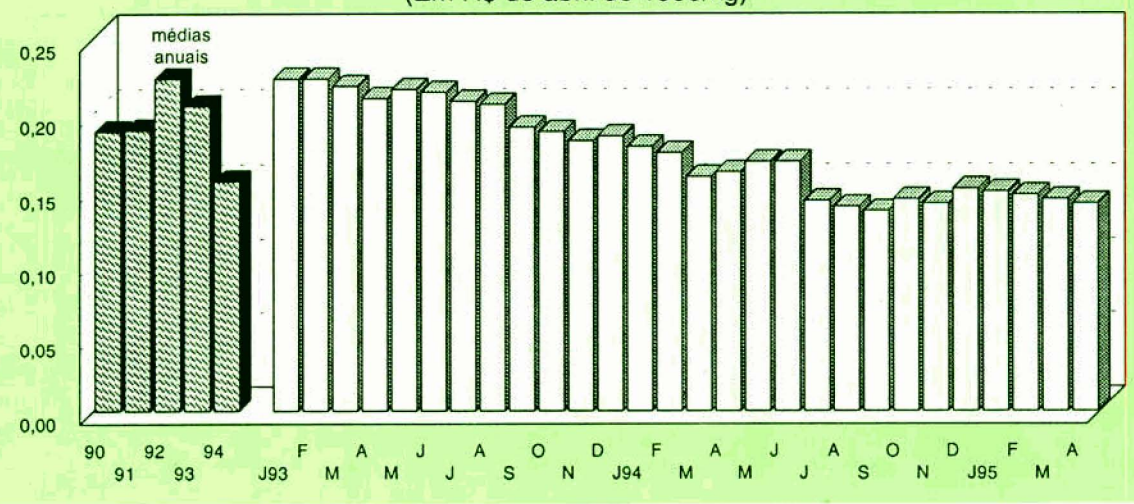
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais (em R$ de abril de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Cebola (kg)	Mamona (kg)	Pimenta-do-reino (kg)	Sisal (kg)	Uva (kg)	Bezerro (até 1 ano — cab.)	Boi gordo p/ corte (15kg)	Vaca leiteira de raça (cab.)
1990	0,76	0,28	1,35	0,20	0,36	185,16	37,72	908,40
1991	0,45	0,23	1,11	0,20	0,32	164,02	34,77	732,54
1992	0,47	0,25	0,91	0,18	0,27	149,49	33,18	626,94
1993	0,48	0,28	0,99	0,20	0,23	161,11	35,16	669,08
1994	0,34	0,26	1,41	0,21	0,12	166,53	30,82	745,41
Mar. 93	0,61	0,22	0,85	0,20	0,50	167,14	33,78	648,89
Abr.	0,70	0,24	0,73	0,21	0,52	168,76	34,09	646,24
Maio	0,74	0,29	0,77	0,19	0,52	163,85	32,27	670,39
Jun.	0,68	0,36	0,81	0,22	0,00	154,61	30,52	667,91
Jul.	0,50	0,32	0,92	0,20	0,00	150,37	32,51	656,84
Ago.	0,52	0,29	0,90	0,17	0,00	158,48	39,18	682,48
Set.	0,33	0,29	1,28	0,17	0,00	163,57	39,09	687,86
Out.	0,18	0,33	1,27	0,17	0,00	155,38	36,30	685,04
Nov.	0,21	0,30	1,40	0,20	0,00	157,56	36,00	682,89
Dez.	0,15	0,27	1,05	0,19	0,00	156,23	36,20	670,40
Jan. 94	0,18	0,27	1,00	0,19	0,40	161,68	35,61	675,60
Fev.	0,35	0,29	0,94	0,21	0,37	161,13	32,80	653,59
Mar.	0,40	0,33	0,99	0,27	0,33	163,48	33,03	645,86
Abr.	0,34	0,34	1,48	0,27	0,33	164,98	32,30	665,39
Maio	0,40	0,30	1,78	0,26	0,00	166,39	28,68	714,30
Jun.	0,32	0,28	1,31	0,22	0,00	183,76	34,75	798,05
Jul.	0,34	0,20	1,46	0,17	0,00	155,15	25,15	691,68
Ago.	0,31	0,21	1,55	0,15	0,00	162,75	26,93	733,50
Set.	0,29	0,21	1,52	0,18	0,00	165,00	26,65	667,58
Out.	0,39	0,22	1,64	0,21	0,00	172,70	30,61	827,45
Nov.	0,37	0,21	1,66	0,23	0,00	172,05	32,21	865,78
Dez.	0,38	0,22	1,59	0,22	0,00	169,27	30,14	906,18
Jan. 95	0,38	0,23	1,48	0,22	0,55	160,39	26,57	857,02
Fev.	0,43	0,23	1,52	0,24	0,40	159,41	25,74	846,73
Mar.	0,41	0,24	1,59	0,26	0,46	152,91	24,55	819,79
Abr.	0,43	0,24	1,70	0,25	0,00	144,64	23,03	777,05

Descapitalização dos agricultores, falta de política agrícola e baixos preços contribuem para que se projete um declínio da área cultivada na safra cujo plantio se inicia.

Brasil — preços recebidos — trigo

(Em R$ de abril de 1995/kg)



ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS

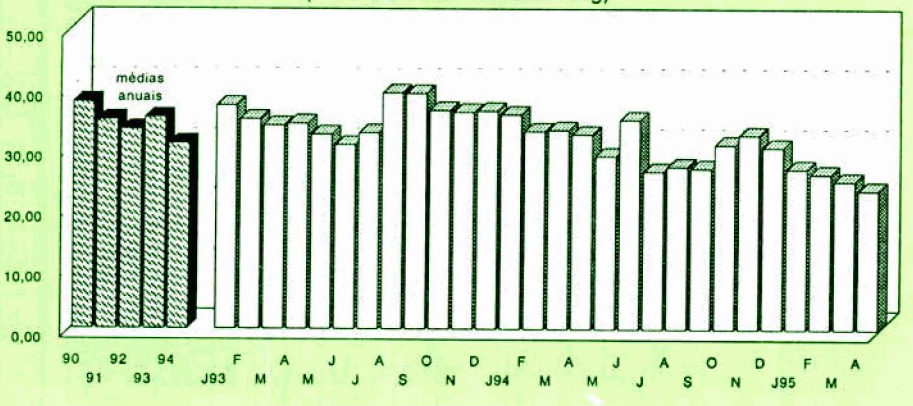
Brasil — preços recebidos pelos agricultores — valores reais
(em R$ de abril de 1995/unidade)

Anos/Produtos	Vaca leiteira comum (cab.)	Suíno para corte (15kg)	Frango/galinha corte (kg)	Leite (l)	Lã (15kg)	Ovos (dúzia)	Mel de abelha (l)	Boi magro (cab.)
1990	557,39	22,55	1,63	0,38	33,74	1,01	3,79	346,78
1991	458,02	21,57	1,40	0,36	19,92	0,89	4,44	299,81
1992	390,97	18,69	1,22	0,34	31,55	0,86	2,87	279,17
1993	416,21	20,88	1,24	0,35	26,21	0,96	2,98	292,65
1994	453,50	17,26	1,06	0,28	27,78	0,82	3,09	293,99
Mar. 93	412,10	20,92	1,26	0,33	30,28	1,11	2,71	293,16
Abr.	408,79	19,85	1,21	0,36	27,35	1,13	2,69	286,43
Maio	413,10	19,15	1,12	0,39	23,64	1,05	2,90	277,62
Jun.	403,60	20,16	1,10	0,40	21,08	1,09	2,94	268,19
Jul.	397,13	20,82	1,22	0,41	21,00	1,04	3,11	271,68
Ago.	423,01	20,54	1,26	0,39	25,00	1,00	3,28	294,41
Set.	427,77	20,38	1,26	0,37	25,58	0,90	3,21	309,83
Out.	423,62	19,74	1,19	0,34	23,46	0,81	3,08	303,89
Nov.	427,79	20,37	1,23	0,32	24,33	0,75	3,18	293,43
Dez.	422,18	22,42	1,29	0,30	23,69	0,80	3,09	302,83
Jan. 94	424,38	19,74	1,25	0,29	26,61	0,81	2,95	297,63
Fev.	418,48	17,82	1,17	0,28	24,78	0,84	2,72	290,28
Mar.	410,71	17,73	1,13	0,27	25,41	0,88	2,77	298,18
Abr.	411,04	16,18	1,11	0,27	27,06	0,90	2,81	301,30
Maio	445,94	16,08	1,11	0,30	28,17	0,90	3,05	282,21
Jun.	481,06	17,84	1,10	0,30	28,65	0,92	3,27	319,38
Jul.	414,53	15,44	0,99	0,27	26,22	0,86	2,90	270,04
Ago.	451,56	15,43	0,97	0,28	25,95	0,84	3,06	279,65
Set.	463,05	16,40	0,90	0,28	28,09	0,76	3,14	282,45
Out.	491,52	17,43	0,94	0,28	31,13	0,67	3,32	296,70
Nov.	506,02	18,05	1,02	0,28	30,07	0,70	3,40	307,23
Dez.	523,77	19,03	1,06	0,28	31,17	0,70	3,65	302,82
Jan. 95	489,91	18,55	1,02	0,28	32,95	0,72	4,18	278,80
Fev.	477,38	17,20	0,91	0,27	31,36	0,68	4,35	278,46
Mar.	459,18	16,15	0,80	0,27	32,19	0,63	4,47	265,41
Abr.	473,21	15,17	0,75	0,27	31,80	0,61	4,56	248,72

Fontes dos dados primários, brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras municipais.
Elaboração: Centro de Estudos Agrícolas — IBRE — FGV.

O aumento da oferta de carne bovina (no primeiro trimestre do ano os abates foram 17% superiores a igual período do ano anterior) contribuiu para a retração dos preços. Do lado da demanda, o consumidor parece continuar preferindo as carnes brancas.

Brasil — preços recebidos — boi gordo
(Em R$ de abril de 1995/15kg)



MARIA JOSÉ C. MONTEIRO

As previsões do mercado foram realizadas no dia 22 de maio e refletem as expectativas dos analistas em relação aos preços de junho de 1995.

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Maio 1994	Abril 1995	1 a 19 Maio 1995	15 a 19 Maio 1995	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A		
Açúcar raw US¢/lb-peso	11,93	13,34	11,65	11,75			11,65			10,66					10,45		↘	Perspectivas de boas safras em países como Brasil, Tailândia, Índia e Paquistão geram expectativas de desaparecimento do déficit mundial.
Algodão 1-1/16" US¢/lb-peso	82,14	107,65	94,72	91,28			94,72			83,12		81,33			82,12		↗	Problemas climáticos em importantes regiões produtoras como China e EUA vêm afetando o plantio da safra 1995/96.
Cacau Bahia US$/ tonelada	1.271,14	1.347,24	1.325,53	1.325,40			1.325,53		1.351,73			1.386,20			1.420,13		↘	Condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da safra baiana e africana pressionam as cotações para baixo.
Café contrato com Nova York US¢/lb-peso	115,63	168,24	171,65	168,27			171,65		173,89			175,47			177,54		→	— Estoques muito baixos nos países consumidores. — Importadores compram da mão para a boca. — Cotações continuam afetadas por condições climáticas no Brasil.

Fonte dos dados brutos: bolsas de Nova York e Chicago.

Mercado externo

Preços / Produtos	Média dos 1ºs futuros				Futuros												Tendência	Fatores ponderáveis
	Maio 1994	Abril 1995	1 a 19 Maio 1995	15 a 19 Maio 1995	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A		
Milho two yellow US¢/ bushel	265,61	248,87	252,10	25 2,50	252,10		257,88		262,65			266,27			272,20		↗	**M**ercado atento às chuvas, que vêm atrasando o plantio da nova safra.
Soja-grão one yellow US¢/ bushel	679,04	575,78	566,73	567,80	566,73		576,75	581,43	585,88		594,03		602,27		610,68		→	**O** mercado fica cada vez mais influenciado pelas estimativas do próximo plantio norte-americano.
Soja-farelo US$/ tonelada	191,80	167,42	164,87	167,30	164,87		168,20	170,71	172,47	174,13		177,47	178,05				↗	**A** demanda internacional continua firme.
Trigo soft red US¢/ bushel	326,64	351,29	362,97	368,10	362,97		359,43		365,45			377,95			382,30		↘	**A** safra mundial, apesar de perdas em importantes produtores, é bastante volumosa.
Suco de laranja U$¢/lb-peso	97,95	107,91	106,78	106,40			106,78		110,11		108,18		110,06				→	**A**umento do consumo nos EUA durante o verão não deverá ser suficiente para elevar as cotações.

Mercado interno

Os preços nominais foram corrigidos pelo IGP-DI até junho de 1994 e convertidos em R$ mediante a divisão pelo valor da URV média de junho de 1994. Posteriormente, foram corrigidos pelo IGP-DI (da nova base, após a implantação do real) para abril de 1995. Os valores de maio são nominais.

Produtos / Preços	Maio 1994	Abril 1995	1 a 19 Maio 1995	15 a 19 Maio 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Algodão tipo 6 – sul do Brasil – R$/15kg disponível	37,85	24,38	23,06	22,56	↗	Com o fim da colheita, as cotações no mercado interno devem começar a reagir.
Arroz agulhinha R$/sc. 60kg	39,23	23,50	23,25	23,25	↗	A efetivação da compra de 1 milhão de toneladas de arroz gaúcho pelo governo pode provocar reação nos preços.
Café tipo 6 R$/sc. 60kg	189,95	168,65	164,19	162,52	→	Reinício dos leilões dos estoques oficiais.
Boi gordo R$/arroba	33,04	23,25	22,40	22,00	→	— Frigoríficos esperam aumento da demanda em função do novo valor do salário mínimo. — Oferta permanece folgada.

Fontes dos dados brutos: algodão e café — BM&F; arroz, feijão, milho e soja — Bolsa de Cereais de São Paulo; boi gordo — IEA-SP; e frango vivo — APA-SP.
Nota: Todos os preços referem-se ao mercado de São Paulo, capital, exceto os do boi gordo, que são de Presidente Prudente, SP.

SOLICITO

- ❑ Assinatura anual (12 edições) nova de *AGROANALYSIS*
- ❑ Renovação de assinatura anual (consulte nossa Central de Atendimento para obter desconto especial)
- ❑ Alteração de dados cadastrais

Opções de pagamento

❑ R$ 42,00 (cheque nominal à Fundação Getulio Vargas)

❑ R$ 42,00 (depósito bancário na conta nº 55.597.036-1 do Banco do Brasil — agência 0287-9*)

** enviar cópia do comprovante à FGV*

❑ R$ 42,00 (cartão de crédito)

Nome .....

Empresa .....

Ramo de atividade .....

Função na empresa .....

Endereço .....

CEP ..... Cidade ..... Estado .....

DDD ..... Telefone ..... Fax .....

Data ..... / ..... / ..... Assinatura .....

Cartão de crédito (preencher, caso tenha sido a opção escolhida)

❑ VISA ❑ AMERICAN EXPRESS ❑ CREDICARD

Cartão ..... Nº ..... Validade ..... / ..... / .....

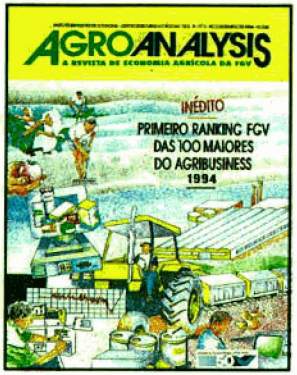
Fundação Getulio Vargas — Praia de Botafogo, 190 — 6º andar
Rio de Janeiro — CEP 22253-900

CENTRAL DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE — TEL: (021) 536-9196 — FAX: (021) 551-0948

AGROANALYSIS

A INFORMAÇÃO NO PESO CERTO

■ *Preços agrícolas* ■ *Índice* ■ *A análise pelos melhores técnicos* ■ *Entrevistas*



A S S I N E J Á

ISR-52-1166/86
UP-AC Pres. Vargas
DR/RJ

CARTÃO RESPOSTA

Não é necessário selar

O selo será pago por

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

20299-999 – Rio de Janeiro – RJ

Mercado interno

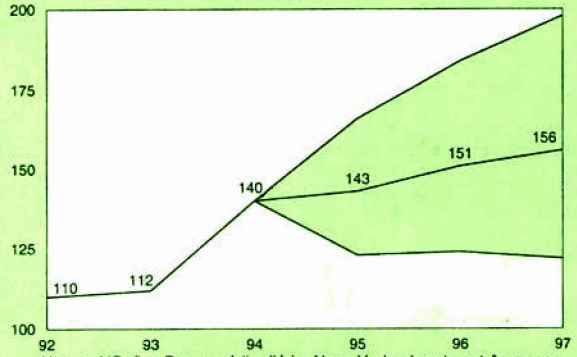
Produtos / Preços	Maio 1994	Abril 1995	1 a 19 Maio 1995	15 a 19 Maio 1995	Tendência	Fatores ponderáveis
Feijão carioquinha especial R$/sc. 60kg	63,81	31,62	30,20	29,70	→	Os corretores de São Paulo não esperam reação no mercado pelo menos até julho, devido à boa disponibilidade do produto com a entrada da segunda safra.
Frango vivo R$/kg	0,70	0,51	0,50	0,50	→	Oferta elevada da ave e baixos preços do milho.
Milho amarelo semiduro R$/60kg	10,53	6,91	6,87	6,78	→	Mercado ainda sob o impacto da colheita recorde e aguardando o resultado da safrinha.
Soja-grão industrial R$/60kg	17,97	9,71	9,57	9,55	↗	Com o encerramento da colheita, as cotações tenderão a declinar, em razão do tamanho da safra e de as empresas comprarem apenas o necessário.

Organização:
ELIANA CONDE B. VIGLIO

Projeção de preços do Banco Mundial

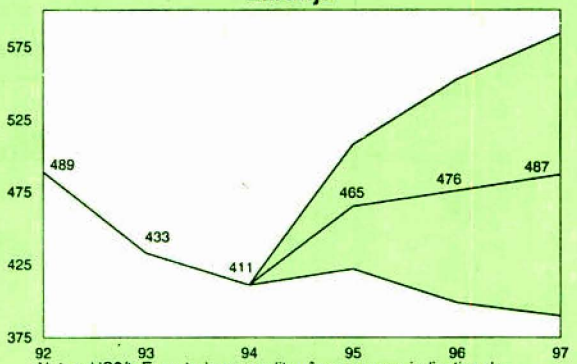
O relatório *Commodity markets and developing countries*, do Banco Mundial, publicou recentemente previsões de preços de mercadorias diversas, várias delas de grande interesse para o Brasil. O trabalho apresenta análises gráficas que consideram uma distribuição de probabilidade de 70% em relação a uma tendência, definida para o período compreendido entre 1992 e 1997.

Cacau



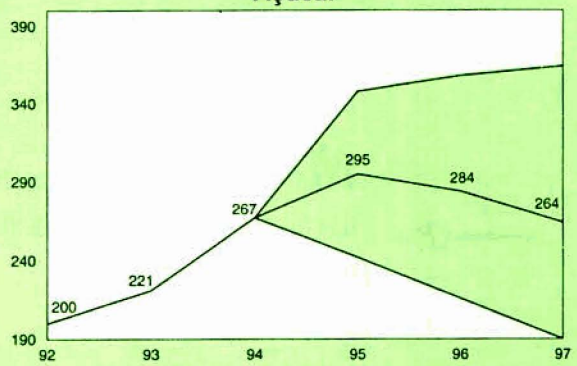
Notas: US¢/kg. Preço médio diário, Nova York e Londres, três meses mais próximos dos futuros.

Laranja



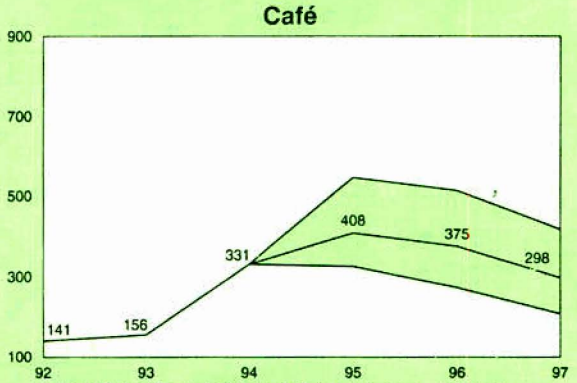
Notas: US$/t. Exportadores mediterrâneos, preço indicativo de importação da União Européia, CIF Paris.

Açúcar



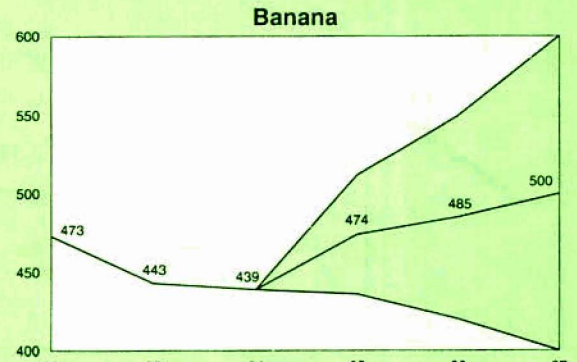
Notas: US$/t. Preço diário ISA, FOB portos importantes do Caribe.

Café



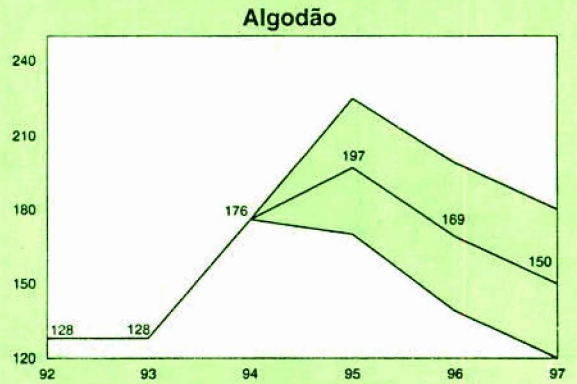
Notas: US¢/kg. Preço indicativo OIC,outros arábicas, média dos mercados de Nova York e Bremen/Hamburgo, pronto embarque.

Banana



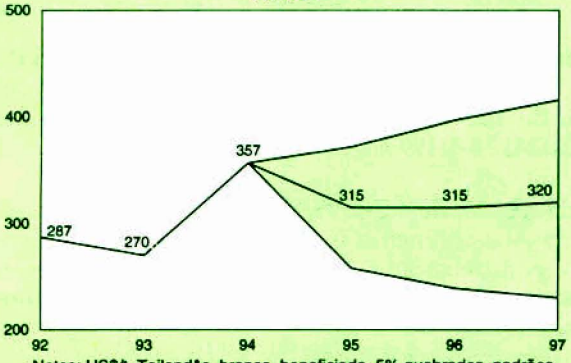
Notas: US$/t. América Central e América do Sul, 1ª qualidade, preço do importador, FOB portos dos EUA.

Algodão



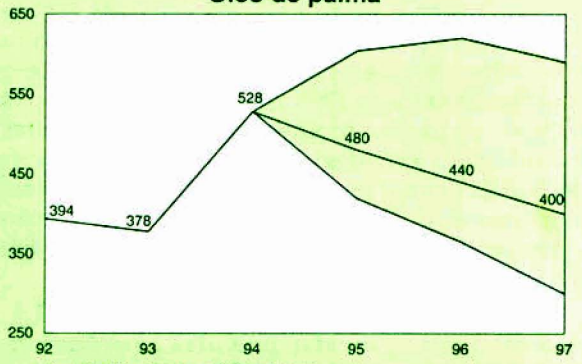
Notas: US¢/kg. Produto mediano (1 3/32"), CIF Europa.

Arroz



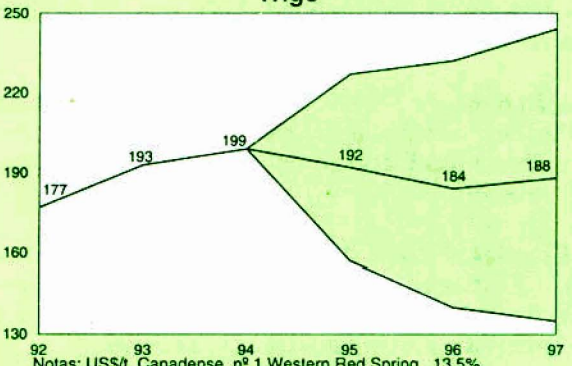
Notas: US$/t. Tailandês, branco, beneficiado, 5% quebrados, padrões do governo, FOB Bangcoc, preços de export. do Cons. de Exportação.

Óleo de palma



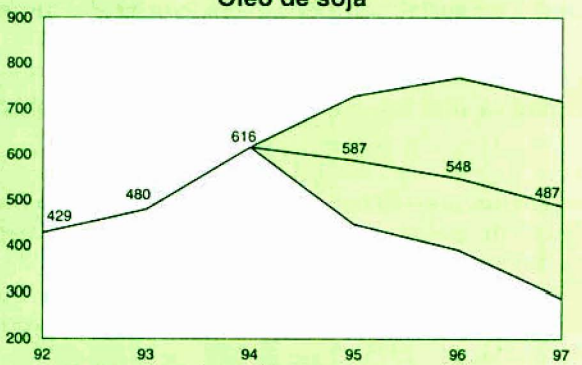
Notas: US$/t. Malaio, 5%, CIF Europa.

Trigo



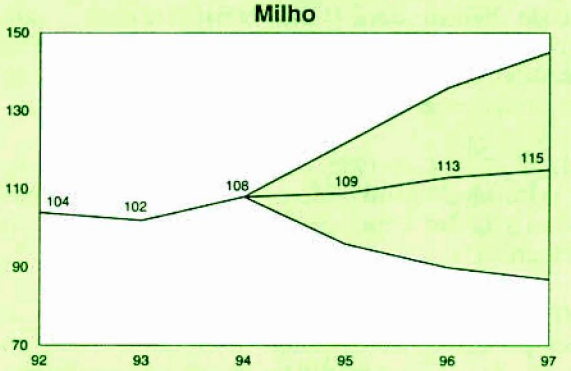
Notas: US$/t. Canadense, nº 1 Western Red Spring , 13,5%, armazenado em Thunder Bay.

Óleo de soja



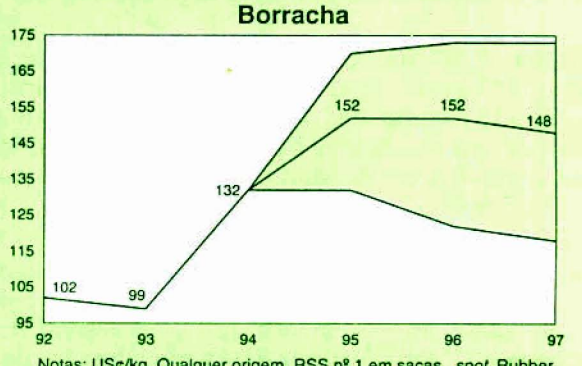
Notas: US$/t. Países Baixos, óleo cru, FOB, ex-mill.

Milho



Notas: US$/t. Norte-americano, nº 2, amarelo, FOB Golfo.

Borracha



Notas: USc/kg. Qualquer origem, RSS nº 1 em sacas, *spot*, Rubber Trade Association, Nova York.

Fonte: World Bank. *Commodity markets and developing countries*. Feb. 1995.

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

LEGISLAÇÃO AGRÍCOLA

O mês de maio foi marcado pela busca de uma solução para o problema dos encargos financeiros do crédito rural, sobretudo a partir da derrubada do veto presidencial à lei que extinguia a TR no crédito rural. Somente nos últimos dias do mês chegou-se a um acordo.

Pelo que foi anunciado das conversações entre o presidente da República e a bancada ruralista no Congresso, no custeio da safra de 1996 as taxas serão prefixadas em 16% para pequenos produtores com renda anual até R$30 mil. Já os grandes e médios produtores poderão obter até R$150 mil por lavoura plantada — obedecido o teto máximo de R$750 mil — à mesma taxa. Financiamentos para a soja e para o que exceder o limite ficarão sujeitos a taxas livres, de mercado.

A solução para as dívidas passadas ainda deverá ser equacionada, prevendo-se que 20 a 30% da dívida vencida em 1995 poderão ser refinanciados pelos bancos. Foi também anunciado que, a partir da comercialização da próxima safra de verão, o governo não fará EGF ou AGF para médios e grandes produtores, cujos preços deverão ser sustentados por meio do mercado futuro.

Falta estabelecer qual o instrumento legal que implementará as alterações: medida provisória ou projeto de lei.

Decreto de 28-4-1995. Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar proposta de diretrizes, estratégias e mecanismos operacionais, para a incorporação da variável ambiental no processo de gestão e concessão de crédito oficial e benefícios fiscais às atividades produtivas. D.O.U.: 2-5-1995.

Decreto nº 1.479, de 2-5-1995. Altera artigos do Decreto nº 1.141, de 19-5-1994, que dispõe sobre as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para comunidades indígenas. D.O.U.: 3-5-1995.

Portaria nº 267, de 4-5-1995, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Institui Certificado Especial de Identificação e Produção (Ceip) para bovinos resultantes de cruzamento planificado e para animais de raça pura com aptidão para corte. D.O.U.: 5-5-1995.

Lei nº 9.036, de 5-5-1995. Dá nova redação a artigo da Lei nº 8.177, de 1-3-1994, que estabelece regras para a desindexação da economia e dá outras providências. Autoriza o CMN a instituir novas modalidades de caderneta de poupança. D.O.U.: 8-5-1995.

Portaria nº 157, de 5-5-1995, do Ministério da Fazenda. Altera para 0%, até 31-12-1995, as alíquotas do imposto de importação incidente sobre as mercadorias que menciona, dentre as quais colheitadeiras etc. D.O.U.: 8-5-1995.

Resolução nº 2.157, de 5-5-1995, do Banco Central do Brasil. Dispõe sobre normas operacionais de EGF para sementes da safra 94/95. D.O.U.: 8-5-1995.

Resolução nº 2.158, de 5-5-1995, do Banco Central do Brasil. Dispõe sobre a interrupção da cobrança da comissão de 1,25% em favor da Conab incidente sobre EGF. D.O.U.: 8-5-1995.

Portaria nº 268, de 4-5-1995, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Reconhece a padronização e classificação de bovinos especialmente criados para abate denominados de novilhos precoces. D.O.U.: 8-5-1995.

Portaria nº 269, de 4-5-1995, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Aprova as Normas de Procedimentos Técnico-Administrativos, para o cadastramento dos criadores e o credenciamento de matadouros frigoríficos e da entidade credenciada para a certificação de qualidade da carne de novilho precoce. D.O.U.: 8-5-1995.

Resolução nº 82, de 3-5-1995, do Codefat/Ministério do Trabalho. Dispõe sobre o Programa de Geração de Emprego e Renda destinado ao setor rural — Proger rural. D.O.U.: 9-5-1995.

Carta Circular nº 2.547, de 17-5-1995, do Banco Central do Brasil. Dispõe sobre os encargos financeiros aplicáveis aos financiamentos do Pronagri no período de 1-1 a 30-6-1995 (TR + 7,61% a.a.). D.O.U.: 19-5-1995.

Portaria nº 48, de 24-4-1995, da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Determina que toda a produção de sementes de soja das áreas afetadas pelo nematóide do cisto da soja seja beneficiada em unidades equipadas com máquinas para desinfecção e exige apresentação de certificado de garantia para grãos e sementes produzidos em tais áreas. D.O.U.: 18-5-1995.

Portaria nº 8, de 15-5-1995, da Secretaria do Desenvolvimento Rural, do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Dispõe sobre o Arquivo Zootécnico Nacional. D.O.U.: 16-5-1995.

Decreto nº 1.488, de 11-5-1995. Regulamenta as normas que disciplinam os procedimentos administrativos relativos à aplicação de medidas de salvaguarda, tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.355, de 30-12-1994. D.O.U.: 12-5-1995.

MARIA JOSÉ CYHLAR MONTEIRO



VOCÊ SABE ONDE CONSEGUIR INFORMAÇÕES ECONÔMICAS?

O Banco de Dados do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas possui mais de 10 anos de experiência nesta atividade e oferece a seus usuários diversos serviços de informação econômica.

BANCO DE DADOS *ON-LINE*

O ARIES *ON-LINE* é um serviço de banco de dados que permite ao assinante o acesso *on-line* a duas bases de dados numéricas sobre a economia brasileira.

As consultas podem ser feitas através da Renpac, rede de telefonia pública ou telex.

CONJUNTURA ELETRÔNICA

CONJUNTURA ELETRÔNICA é um sistema de armazenamento e recuperação em disquete contendo 500 séries históricas indispensáveis para o acompanhamento da realidade econômica brasileira. O serviço é prestado sob a forma de assinatura anual com entregas mensais de disquetes contendo as atualizações da base de dados.

SERVIÇO AVULSO

No ARIES AVULSO os pedidos podem ser tanto para fornecimento de um único dado quanto de séries históricas.

A solicitação, sem a necessidade de cadastramento prévio do cliente, pode ser feita por fax ou pelo correio.

SERVIÇO DE ALERTA

O ARIES ALERTA permite ao usuário cadastrado selecionar o perfil dos indicadores econômicos que deseja incluir no seu alerta.

Os relatórios do alerta são enviados por fax ou pelo correio.

CÁLCULOS ECONÔMICOS

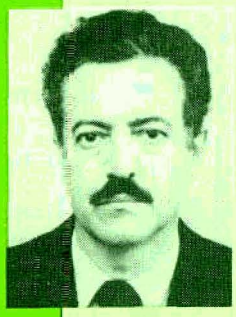
Além do fornecimento de dados, podem ser solicitados CÁLCULOS ECONÔMICOS tais como atualizações monetárias e mudanças de bases de números índices.

Recorrendo à produção de dados da própria FGV ou selecionando informações junto às principais fontes estatísticas, o Banco de Dados atua nos seguintes assuntos:

- **Contas Nacionais**
- **Economia Internacional**
- **Emprego e Rendimento**
- **Empresas**
- **Energia**
- **Indicadores Financeiros**
- **Índices de Preços**
- **Indústria**
- **Setor Externo**
- **Vendas**

IBRE/Banco de Dados
Praia de Botafogo, 190 — Sala 830 — Rio de Janeiro — RJ
CEP: 22253-900 — Tels: (021) 551-9099 - 536-9346
Fax: (021) 536-9486

Quem tem medo do Mercosul?



ROQUE G. ANNES TOMASINI

A agricultura do Sul do Brasil está olhando assustada para as fronteiras do Mercosul. Como, a partir do início de 1995, as alíquotas de importação para a grande maioria dos produtos foram zeradas e há poucas restrições à quantidade de produtos agrícolas a serem importados, muitos deles estão sendo substituídos pelos argentinos. Os maiores prejudicados têm sido os agricultores gaúchos, que possuem produtos semelhantes aos dos demais países do Mercosul. Diante das crescentes importações, ficam as perguntas: onde colocar nosso trigo, cevada, queijo, milho, vinho? O problema da falta de competitividade está no nível do agricultor (dentro da porteira) ou no nível da política macroeconômica brasileira (fora da porteira)?

O trigo tem sido o produto mais duramente atingido. Em 1987, o Brasil produziu 6,2 milhões de toneladas, o que quase permitiu alcançar a auto-suficiência. Em 1995, o Rio Grande do Sul deverá plantar somente 300 mil hectares, o que é muito pouco para quem, em 1979, plantou 2,2 milhões de hectares. Conseqüência: hoje somos um país totalmente dependente do trigo importado, sobretudo dos 4-4,5 milhões de toneladas de trigo argentino.

O problema da produção de trigo no Rio Grande do Sul não é só dos agricultores. Também é dos moinhos, os quais têm de concorrer com a farinha argentina, que pode ser vendida diretamente aos grandes consumidores ou nas prateleiras dos supermercados. O problema deixa de ser apenas dos agricultores para ser um problema da sociedade.

Os recursos investidos pela sociedade na pesquisa de trigo, por meio do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), localizado em Passo Fundo, Rio Grande do Sul, e de outras instituições oficiais e privadas permitiram alcançar produtividades semelhantes às dos grandes países exportadores de trigo. Hoje podemos competir com o trigo argentino ou de outros países exportadores, desde que não seja subsidiado e tenha idênticas condições de comercialização (prazo e taxas de juro). A atual situação da tecnologia da produção de trigo no Rio Grande do Sul e nos demais estados produtores tem permitido atingir produtividades de mais de 5 mil kg/ha, em anos de condição normal de clima. Produtividades de 1 mil kg/ha ficaram nos livros de história.

Na moderna agricultura, independentemente do tamanho da propriedade, não há lugar para amadores. É um jogo para profissionais. Sob o ponto de vista do consumidor, o que interessa é preço e qualidade do produto. O povo brasileiro ainda está muito longe de um apelo tipo "compre produto nacional". O que lhe interessa é sobreviver com sua baixa renda.

O crescimento da demanda ocorrido após o início do Plano Real também tem-se refletido no crescente consumo de trigo. Se, por hipótese, os 30 a 35 milhões de brasileiros que estão incluídos na categoria dos que passam fome passassem a consumir apenas 10kg a mais *per capita*, onde o Brasil iria buscar os 3 a 3,5 milhões de toneladas adicionais? Certamente não seria na Argentina, que não tem capacidade para nos fornecer, a médio prazo, mais de 4,5 a 5 milhões de toneladas, a menos que utilize técnicas que irão aumentar seus baixos custos de produção ou que deixe de plantar áreas com soja e com milho. Vamos buscar este trigo nos grandes países que o vendem subsidiado? Vamos desprezar nossa capacidade de produzi-lo internamente? Na hipótese de esta população de subnutridos (igual a toda a população da Argentina) melhorar a sua renda, de onde virão todos os alimentos necessários para mantê-la? Decerto não será dos demais países do Mercosul. Terão que ser produzidos no Brasil.

A abertura para o Mercosul deve ser vista como uma oportunidade para dar um "salto qualitativo". Afinal, devemos acreditar que não é do interesse do governo brasileiro enriquecer os agricultores argentinos e falir os brasileiros. Não há por que ter medo do trigo e de outros produtos agrícolas argentinos. Devemos ter medo é da nossa falta de agressividade na busca dos nossos direitos políticos de produzir. Temos tecnologia, temos toda a infra-estrutura, o agricultor quer ganhar dinheiro. Então, por que ter medo?

Roque G. Annes Tomasini, engenheiro agrônomo, MSc em economia rural, é pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa de Trigo (CNPT), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Caixa Postal 569, 99001-970, Passo Fundo, RS.

INFORMAÇÕES MACROECONÔMICAS

O Centro de Estudos de Economia e Governo da Fundação Getulio Vargas elabora um conjunto de informações macroeconômicas, com o objetivo de ilustrar de forma atualizada o comportamento dos diversos setores da economia brasileira. As informações estarão disponíveis mensalmente em disquete.

Para maiores informações entrar em contato com Marina pelo telefone:
(021) 536-9163
Fax: (021) 551-3549

INDICADORES INTERNOS

Inflação — taxas anualizadas.

Indicadores de liquidez — base monetária, meios de pagamento e seus componentes em termos nominais e reais.

Tesouro Nacional — execução orçamentária, balanço orçamentário, execução financeira e ICMS.

Salário — relações entre salário mínimo e salário médio FIESP.

INDICADORES EXTERNOS

Balança comercial — exportação, importação, saldo e projeção da balança comercial — dados sazonalizados e dessazonalizados.

Índices de taxas reais de câmbio e da taxa efetiva real — relação da moeda nacional com as moedas dos países da OCDE e do Mercosul, considerando-se as respectivas inflações interna e externa, tendo como deflatores IPA-PI, IPA-DI, IPC-Brasil e salário médio FIESP.

X X Congresso Brasileiro de Agronomia & Expo Agribusiness 95

Pela primeira vez na história, São Paulo sediará um Congresso Brasileiro de Agronomia (de 25 a 29 de julho de 95 - Agrocentro). Como não poderia deixar de ser, o XIX CBA será um evento marcante e diferenciado, fazendo juz à importância do setor agrícola no cenário nacional.

O XIX CBA terá como destaque uma diversidade de eventos simultâneos, transformando esta realização no maior acontecimento do agribusiness no Brasil, no ano de 95. Tais eventos correlacionam-se buscando uma "interface" perfeita entre si e proporcionando aos participantes e patrocinadores algo jamais visto no meio rural brasileiro.

Os engenheiros agrônomos do Brasil, através de 1500 (mil e quinhentos) membros da categoria reunidos nesse congresso formularão um documento em conjunto com 500 (quinhentos) produtores presentes no ENPR - Encontro Nacional de Produtores Rurais, a ser realizado durante o evento, objetivando apresentar ao Governo Federal uma proposta para o desenvolvimento do País através do agribusiness.

O evento contará ainda com FONSEA - Forum Nacional de



XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA

1 9 9 5

Secretários Estaduais de Agricultura, ESMA - Encontro Estadual de Secretários Municipais de Agricultura e o ENPM - Encontro Nacional de Prefeitos Municipais, que sem dúvida, trarão uma grande contribuição à implantação de uma Política Agrícola segundo o poder local, e indicarão soluções para os problemas da agricultura em aspecto "macro", saneando-se a nível regional e local.

EXPO AGRIBUSINESS 1995

Todo esse conglomerado institucional e profissional do setor agrícola, merece com certeza um cenário apropriado contando com a participação do setor de abastecimento de produtos e equipamentos nesse mercado de grande potencial. Pensando nisso o XIX CBA, não poderia deixar de promover uma feira de agribusiness, expondo assim todo o aparato tecnológico necessário para as realizações previstas nos plenários.

Por essa razão, esse evento conta com o apoio e o incentivo da iniciativa privada, onde o Agrocentro, juntamente com a FAEAB/AEASP, realizarão a Expo Agribusiness 95, proporcionando, dessa forma aos expositores, uma excelente perspectiva de negócios.

Para coroar esse mega evento, encerraremos com chave de ouro esse grandioso Congresso contando, na plenária final, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso.

Finalizando, teremos o show de Almir Satter, que traz em sua música a poesia de integração entre a cidade e o campo.

Toda organização deste evento ficou a cargo da empresa **Agribusiness Marketing**, a primeira agência de agribusiness do Brasil.

Engenheiros Agrônomos, Produtores Rurais, Secretários de Agricultura, Prefeitos, Expositores e Patrocinadores, terão uma oportunidade ímpar de buscar soluções para o desenvolvimento deste País através de uma agricultura forte, proporcionando melhoria da qualidade de vida a milhões de brasileiros e gerando divisas para colocar o Brasil em patamar privilegiado num futuro próximo.

Guido José da Costa
Presidente - AEASP

FICHA DE INSCRIÇÃO - XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA - 25 a 29/Julho/95

ASSOCIADO?

☐ Sim ☐ Não

PARTICIPARÁ:

☐ **CBA** - Congresso Brasileiro de Agronomia ☐ **ENPR** - Encontro Nacional de Produtores Rurais ☐ **ENPM** - Encontro Nacional de Prefeitos Municipais
☐ **FONSEA** - Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Agricultura ☐ **ESMA** - Encontro Estadual de Secretários de Agricultura

INSCRIÇÕES:

SÓCIO/ESTUDANTES	NÃO ASSOCIADOS/OUTROS
R$ 50,00 até 30/05	R$ 80,00 até 30/05
R$ 60,00 até 30/06	R$ 90,00 até 30/06
R$ 70,00 até 25/07	R$ 100,00 até 25/07

***PACOTE PROMOCINAL**

DESEJA ADQUIRIR	EM CASO DE HOSPEDAGEM
Passagem aérea e hospedagem ☐	APARTAMENTO
Passagem aérea ☐	Single ☐ Duplo ☐ Triplo ☐ Casal
Hospedagem ☐	
Locação de veículo ☐	HOTEL
Locação de telefone celular ☐	★★★★★ ☐ ★★★★ ☐ ★★★ ☐ Alojamento ☐

EM CASO DE PASSAGEM AÉREA: /São Paulo/

* Esta informações têm caráter consultivo. Será realizado posteriormente, um contato pela agência de turismo oficial.

ACOMPANHANTE

Nome:

End.:

Tel. Coml.:

AEASP - Associação de Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo
R. 24 de Maio, 104 - 10º andar - CEP 01041-000 - São Paulo -SP
Tel.: (011) 222-0764/221-6322 - Fax (011) 221-6930

JUNTO COM A FICHA DE INSCRIÇÃO, ENVIE CHEQUE CRUZADO NOMINAL À AEASP. ESTES VALORES INCLUEM: 03(TRÊS) ALMOÇOS, TRANSPORTE E INGRESSOS PARA FEIRA E SHOW